

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Zilma Cardoso Barros Soares

**Deficientes Físicos e Desenvolvimento Regional:
Aplicação e Contribuição das Políticas Públicas
Educativas de Inclusão Social para o
Desenvolvimento de Guaraí/TO**

Taubaté – SP
2021

Zilma Cardoso Barros Soares

**Deficientes Físicos e Desenvolvimento Regional:
Aplicação e Contribuição das Políticas Públicas
Educativas de Inclusão Social para o
Desenvolvimento de Guaraí/TO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Lourival da Cruz Galvão Júnior.

**Taubaté – SP
2021**

Grupo Especial de Tratamento da Informação -
GETI Sistema Integrado de Bibliotecas -SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU

S676d Soares, Zilma Cardoso Barros
Deficientes Físicos e Desenvolvimento Regional: Aplicação e
Contribuição das Políticas Públicas Educacionais de Inclusão Social para
o Desenvolvimento de Guarai/TO / Zilma Cardoso Barros Soares. --
Taubaté : 2021.
156 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de
Gestão e Negócios / Eng. Civil e Ambiental, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Lourival da Cruz Galvão Júnior, Departamento
de Gestão e Negócios.

1. Desenvolvimento regional. 2. Educação. 3. Políticas Pública. 4.
Inclusão econômica. I. Título.

CDD - 658

ZILMA CARDOSO BARROS SOARES

Deficientes Físicos e Desenvolvimento Regional: Aplicação e contribuição das Políticas Públicas Educacionais de inclusão social para o desenvolvimento de Guarai/TO

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Data: 15/04/2021

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA



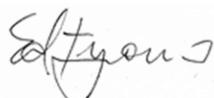
Prof. Dr. Lourival da Cruz Galvão Júnior (orientador)

Universidade de Taubaté - UNITAU



Profa. Dra. Leila Urioste Rosso Pires (membro externo)

Fatec / Faculdades de Tecnologia de Guaratinguetá e Cruzeiro



Prof. Dr. Edson Trajano Vieira (membro interno)

Universidade de Taubaté- UNITAU

RESUMO

Os deficientes físico-motores são representantes da heterogeneidade social. Arelada aos dispositivos legais que convergem entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9.394/1996) e amparada pela Lei 10.098/2000ao estabeleceras normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, torna possível a inclusão desse grupo nas atividades econômicas. Estas pessoas, mesmo com dificuldades e limitações, quando educadas utilizando-sede recursos e condições apropriadas, podem colaborar para o desenvolvimento local.Portanto, o objetivo deste estudo é analisar quais são e como têm sido aplicadas as políticas públicas educacionais para inclusão dos deficientes físicos em Guaraí/TO sob a óticado desenvolvimento daquela localidade.Como metodologia,foiempregada uma pesquisa social que utilizou questionários e entrevistas com pessoas deficientes físico-motoras, chefes de empresas, professores, gestores de escolas, da Diretoria Estadual e Secretaria Municipal de Educação, a fim de avaliar a influência das políticas públicas educacionais no processo de inclusão. Para a fundamentação da pesquisa foi realizada uma revisãodocumental junto à Prefeitura Municipal para o levantamento do quantitativo de pessoas deficientes físico-motores empregadas nas diferentes secretarias do município e sua contribuição para o desenvolvimento local, assim como a participação do poder público municipal no processo de empregabilidade. Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, documental, descritiva e exploratória. De acordo com os resultados encontrados na revisão documental, a maioria destas pessoas concentra-se na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC). Com base nos resultados encontrados, a maioria dos deficientes físico-motores de Guaraí nunca ingressam no mercado de trabalho e, sobrevivem de doações, aposentaria ou pensão e não completaram a escolaridade na educação básica, com poucos representantes que finalizaram o ensino superior. Portanto, é possível concluir que as Políticas Públicas Educacionais para a inclusão social de deficientes físicos e a contribuição deste processo para o desenvolvimento apresenta falhas e necessitam de adequações. Outro fator importante é que, mesmo com um número reduzido de deficientes no mercado de trabalho, estes participam do processo de desenvolvimento local, diante da contribuição com tributos e a prestação de serviço formal e informal.

Palavras-chave: Educação. Desenvolvimento Regional. Políticas Públicas. Inclusão. Deficientes Físico-Motores.

ABSTRACT

The physically-motor disabled are representatives of social heterogeneity. Linked to the legal provisions that converge between the Law of Guidelines and Bases of Brazilian Education (Law 9.394 / 1996) and supported by Law 10.098 / 2000 by establishing general rules and basic criteria for promoting accessibility for people with disabilities or mobility reduced, makes it possible to include this group in economic activities. These people, even with difficulties and limitations, when educated using appropriate resources and conditions, can collaborate for local development. Therefore, the aim of this study is to analyze what are and how public educational policies have been applied for the inclusion of the physically handicapped in Guaraí/TO from the perspective of development of that locality. As methodology, a social research was used that used questionnaires and interviews with disabled people, heads of companies, teachers, school managers, the State Board, and the Municipal Department of Education, to evaluate the influence of public educational policies in the inclusion process. For the rationale of the research, a documentary review was carried out with the City Hall to survey the number of disabled people employed in the different departments of the municipality and their contribution to local development, as well as the participation of the municipal government in the employability process. Therefore, it is a qualitative and quantitative, documentary, descriptive and exploratory research. According to the results found in the documentary review, most of these people focus on the Municipal Department of Education and Culture (SEMEC). According to the results found, the majority of the physically disabled in Guaraí never enter the labor market and survive on donations, retire, or pension and have not completed schooling in basic education, with few representatives who have higher education. Therefore, it is possible to conclude that the Educational Public Policies for the social inclusion of disabled people and the contribution of this process to development are flawed and require repairs. Another important factor is that, even with a small number of disabled people in the labor market, they participate in the local development process, given the contribution with taxes and the provision of formal and informal service.

Keywords: Education. Regional Development. Public Policy. Inclusion. Physically-Motor disabled.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Perfil por gênero e faixa etária dos deficientes físicos participantes da pesquisa.	55
Tabela 2. Relação entre o estado civil e a formação familiar dos deficientes físicos de Guaraí.	58
Tabela 3. Demonstração dos resultados encontrados quanto ao tipo de ensino cursado por deficientes físicos, tempo de conclusão e período de matrícula.....	67
Tabela 4. Relação entre reprovação no ano letivo com o motivo da reprovação por deficientes físicos motores de Guaraí –TO.	69
Tabela 5. Satisfação com a atual situação trabalhista; possibilidades de contratar um deficiente físico-moto para trabalhar em uma empresa sob sua responsabilidade e realização financeira individual.	80
Tabela 6. Relação entre as dificuldades encontradas para conseguir em emprego e tempo que levou após a conclusão da escolaridade ao qual se encontra atualmente.	83
Tabela 7. Relação entre o plano de saúde utilizado pelo deficiente e a quantidade de pessoas cobertas por este plano.	90
Tabela 8. Os principais motivos que interferem na contratação de deficientes físico-motores em Guaraí-TO.....	100
Tabela 9. Os principais problemas existentes na concepção dos chefes imediatos quanto a inclusão de deficientes físico-motores em Guaraí-TO no meio social e no mercado de trabalho.....	103
Tabela 10. Possibilidades de avançar nos estudos devido a contratação e a existência de cursos de capacitação fornecidos pela empresa para atender a demanda dos deficientes físico-motores.	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Colocação do IDH de Guaraí em relação ao das maiores cidades do Estado do Tocantins.....	37
Figura 2. Localização espacial do município de Guaraí, Estado do Tocantins – Brasil.....	42
Figura 3. Gráfico da quantificação em números reais da origem e dos principais tipos de deficiências físicas acometem a população de Guaraí.....	59
Figura 4. Gráfico que demonstra a relação entre o grau de dificuldade e a necessidade de utilizar utensílios e equipamentos auxiliares para a locomoção.	61
Figura 5. Existência de doenças crônicas em deficientes físicos de Guaraí – TO.....	62
Figura 6. Gráfico que demonstra a relação familiar da população de deficientes físicos de Guaraí – TO.....	63
Figura 7. Panorama do grau de escolaridade da população de deficientes físicos de Guaraí – TO.	64
Figura 8. Gráfico de dispersão dos alunos deficientes pelas escolas de Guaraí – TO.	70
Figura 9. Relação entre a existência de professores capacitados; a adequação da didática utilizada e as adaptações físicas espaciais para atender as necessidades dos deficientes físicos.	71
Figura 10. Concepção dos alunos quanto a qualidade do ensino que lhes foi ofertado diante das oportunidades de emprego e de provas externas.....	73
Figura 11. Perfil da dependência financeira dos deficientes físico-motores de Guaraí-TO. .	78
Figura 12. Perfil da atuação dos deficientes físico-motores de Guaraí no mercado de trabalho.....	79
Figura 13. Principais dificuldades encontradas pelos deficientes físico-motores em desempenhar suas funções trabalhistas.	81
Figura 14. Relação entre gastos mensais e tipo de residência da população de deficientes físicos motores de Guaraí – TO.	85
Figura 15. Avaliação da estrutura imobiliária das residências dos deficientes físico-motores de Guaraí quanto a itens importantes que possibilitam melhorias para a qualidade de vida.	86
Figura 16. Levantamento dos itens pertencentes aos bens mobiliários dos deficientes físico-motores de Guaraí.....	88
Figura 17. Posse de veículos adaptados ao tipo de deficiência físico-motor.	89
Figura 18. Relação entre doenças crônicas e a forma de aquisição dos medicamentos.	91
Figura 19. Relação entre o grau de instrução dos chefes imediatos e a formação profissional.	92
Figura 20. Relação entre o ramo e o segmento das empresas que empregam os deficientes de Guaraí.....	93

Figura 21. Relação dos cargos ocupados pelos chefes imediatos nas empresas empregatícias de Guaraí-TO.	94
Figura 22. Relação entre a quantidade total de funcionários de cada empresa com a quantidade de funcionários deficientes.	95
Figura 23. Relação entre a quantidade total de funcionários deficiente de cada empresa com a quantidade de funcionários deficientes físico-motores.	98
Figura 24. Concepção dos chefes imediatos quanto ao desempenho trabalhista dos deficientes físico-motores de Guaraí – TO.....	99
Figura 25. Grau de escolaridade dos deficientes físico-motores de Guaraí – TO empregados nestas empresas.	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Descrição da população amostral de pessoas deficientes participantes da presente pesquisa, residentes em Guaraí-TO.....	44
Quadro 2. Naturalidade e nacionalidade dos deficientes físicos de Guaraí.	57
Quadro 3. Anseios dos deficientes físicos motores participantes da pesquisa quanto as ações que devem ser implantadas nas escolas para melhorar o processo ensino aprendizagem.....	74
Quadro 4. Registro de promoção de cargos ocupados por deficientes físico-motores nos últimos 5 anos em empresas empregatícias de Guaraí – TO.....	105
Quadro 5. Os tipos de adaptações físicas e a existência de cursos de capacitação para todo o quadro de funcionários com a finalidade de atender os deficientes físico-motores de Guaraí – TO.	109
Quadro 6. Perguntas da entrevista destinada a coletar informações para a identificação das Políticas Públicas Educacionais de Guaraí – TO.....	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Problema.....	12
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 Delimitação do Estudo	14
1.4 Relevância do Estudo	16
1.5 Organização do Trabalho.....	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1 Inclusão de deficientes: historicidade, desafios e legislação.....	18
2.2 Desenvolvimento regional: definições, estratégias e indicadores	24
2.3 Políticas Públicas Educacionais: definições, conceitos e objetivos.....	28
2.4 Processo educacional, deficientes físicos e desenvolvimento regional	32
2.5 Perfil do desenvolvimento local de Guaraí	35
3 MÉTODO.....	39
3.1 Área de realização da pesquisa social.....	40
3.2 População e amostra	42
3.3 Instrumentos	46
3.4 Procedimentos para análise de dados	51
4 RESULTADOS e discussão	55
4.1 Resultado da aplicação dos questionários para os deficientes físicos motores de Guaraí	55
4.2 Resultados dos questionários aplicados aos chefes imediatos dos deficientes físico-motores de Guaraí - TO.....	91
4.3 Resultado da entrevista realizada com os mediadores da educação de Guaraí	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	133
Prezado(a) colaborador(a), a seguir será apresentado o termo que esclarece o objetivo do trabalho ao qual você será participante.....	133
APÊNDICE B – questionário aplicado aos deficientes físico-motores residentes de guaráí - to.....	137

APÊNDICE C – questionário aplicado aos chefes imediatos dos deficientes físicos de guará – to.....	154
APÊNDICE D – entrevista realizada com a diretoria de ensino e com a secretaria de educação de guará –TO.....	160

1 INTRODUÇÃO

A educação é uma das principais ações que colaboram para a transformação das sociedades humanas ao longo da história. Nesta perspectiva, Políticas Públicas Educacionais foram elaboradas com a finalidade de tornar este recurso acessível e igualitário a todos. O conceito de “Políticas Públicas Educacionais” pode ser definido por ações ou estratégias que objetivam melhorar os mecanismos educacionais ofertados a uma população (SANTOS, 2018). As primeiras abordagens a respeito de Políticas Públicas Educacionais surgiram por volta de 1990, quando ocorreu a fusão entre importantes instituições mundiais, como: UNESCO, UNICEF, Banco Mundial e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em prol da oferta igualitária da educação pelo mundo (SANTOS, 2018; SHIROMA *et al.*, 2000).

No Brasil, as Políticas Públicas Educacionais são preconizadas por leis e diretrizes específicas. Os principais documentos que asseguram a garantia destas políticas se encontram principalmente na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394 de 1996 que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Plano Nacional de Educação de 2001 (PNE) e, mais recentemente, na nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o objetivo de promover a equidade educacional no país (BRASIL, 1996, 2010, 2018, MACEDO, 2019).

Conforme descrito no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação deve ser um “direito de todos e dever do Estado e da família e necessita ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2018).

Mesmo com os direitos garantidos em lei, ainda existem determinados grupos de pessoas que apresentam limitações quanto ao acesso igualitário à educação (LIBÂNEO *et al.*, 2012). Os deficientes, especialmente aqueles que possuem algum tipo de restrição motora, representam um dos grupos sociais vulneráveis e de maior dependência de Políticas Públicas Educacionais específicas, para garantir o seu acesso aos diferentes ambientes de ensino do Brasil.

Este acesso ocorre por meio de uma modalidade de educação denominada “educação inclusiva”, também conhecida por educação especial, que tem por objetivo fundamental a oferta igualitária de oportunidades a pessoas deficientes do

país (BRASIL, 1996, 2018). No entanto, até o final da década de 1970, a inclusão destes indivíduos era concedida numa conformação de segregação que só passou a mudar no decorrer do tempo (BUENO, 1993; MIRANDA, 2003).

É notória a necessidade de se realizar a inclusão socioeducacional e trabalhista de deficientes. Estudos comprovam que, apesar das dificuldades e limitações e mediante metodologias educacionais eficientes e inclusivas, eles desempenharão funções como cidadãos e poderão contribuir para a melhoria na qualidade de vida da sociedade ao qual representam, devido à participação no processo de desenvolvimento no local em que habitam (BRASIL, 2018; CASTRO e ALMEIDA; 2014; LIBÂNEO et al., 2012; PHILERENO et al., 2015).

Diante dos debates sobre a problemática quanto à oferta de emprego e à garantia do direito trabalhista dos deficientes, o tema “inclusão” passou a ser discutido pela Constituição Brasileira de 1988, o que viabilizou a elaboração de leis específicas que visam cobrar do poder público e privado a inclusão social e trabalhista destas pessoas. O artigo 37, inciso VIII do texto Constitucional e o Artigo 93 da Lei nº 8.213 de 1991 (Lei de Cotas) determinam e tornam obrigatório a reserva de vagas para a investidura de pessoas deficientes tanto em cargos públicos como privados (BRASIL, 2004; 2018).

Posteriormente, foi elaborada e publicada, em 1991, a Lei de Cotas (Lei nº 8213 de 1991), embasada no texto constitucional brasileiro, que garante a obrigatoriedade da inclusão sócio trabalhista. Empresas públicas e privadas com 100 (cem) ou mais funcionários devem destinar, no mínimo, 2% destas vagas a pessoas deficientes. Esse número de vagas aumenta na mesma proporção em que o número de colaboradores empregados também aumenta, podendo chegar até 5% destas vagas reservadas para a inclusão de deficientes (BRASIL, 1991).

Estas leis possibilitam a inclusão socioeconômica dos deficientes por meio de capacitação profissional por meio da educação e da elaboração de políticas públicas favorecendo o processo de desenvolvimento local e contribuindo para a redução do estado de pobreza da população em questão. Esta afirmação também foi enfatizada por Aúnet *al.* (2005), ao declarar que, “a inclusão social permite a elaboração de Políticas Públicas que visam reduzir o quadro de desigualdade por entre uma população, possibilitando, assim, o desenvolvimento regional de uma determinada localidade”.

Portanto, a contribuição das Políticas Públicas Educacionais destinadas à inclusão social de pessoas com deficiência reflete-se na melhoria da qualidade de vida desta população, devido ao aumento da empregabilidade e da renda, consecutivamente melhorando os investimentos em saúde, segurança, lazer e educação.

Carvalho e Gumbowsky (2019) explicam que o crescimento econômico para ser considerado “desenvolvimento” deve elevar a qualidade de vida dos habitantes de uma região ou país, atendendo às necessidades dos indivíduos. Ainda, se a renda per capita destes for suficiente para satisfazer as necessidades básicas, certamente o desenvolvimento ocorrerá. Entretanto, somente a elevação da renda não é suficiente para que se rompa a linha da pobreza, sendo que os setores econômicos e sociais devem trabalhar juntos para alcançar este objetivo.

Estes parâmetros também são considerados como “indicativos de desenvolvimento” comparados em todas as regiões do país. No entanto, no Estado do Tocantins, os indicadores de desenvolvimento só apresentaram prosperidade a partir da primeira década do século XXI, momento em que ocorreu um abrupto desenvolvimento na economia e na urbanização do Estado (MARQUES, 2019).

Nesse período, a população tocantinense exibiu aumento médio de 22,5% entre os anos de 2000 e 2010. O Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins foi um dos maiores nos anos de 2002 a 2010 em relação aos anos anteriores, com uma média de 74,2% em termos absolutos (IBGE, 2018). No que se refere aos empregos formais, no ano 2000, o Estado contava somente com 106.040 vagas; em 2013, este número dobrou, sendo registrado um total de 257.536, ou seja, um crescimento de 142% (MTE, 2014). De acordo com o Ministério do Trabalho (2020), no ano de 2019, por meio dos dados apresentados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Guaraí apresentou 51,63% de admissões de empregos, pouco maior em relação aos desligamentos (48,37%).

O reflexo do desenvolvimento do Estado também pode ser observado no município de Guaraí, Tocantins, região norte do país. Em 2018, o salário médio mensal do município era de 2.1 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de vagas era de 13,6%. Na comparação com os outros municípios do Estado, Guaraí ocupou a 18ª posição quanto ao número de pessoas ocupadas. Em relação aos domicílios que possuíam rendimentos mensais de até

meio salário-mínimo por pessoa, o município possuía, em média, 36,7% da população que se encontrava nesta condição, colocando-o na 131ª posição em relação aos 139 municípios do Estado (IBGE, 2017).

À luz deste propósito, é possível perceber que o município de Guaraí conta com desenvolvimento econômico e social que pode influenciar no planejamento de Políticas Públicas Educacionais para a inclusão socioeducacional e trabalhista de pessoas deficientes nos vários setores públicos e privados do município.

1.1 Problema

O processo de elaboração e execução de Políticas Públicas voltadas à inclusão de portadores de deficiência física nos vários setores da sociedade brasileira, especialmente na educação e no mercado de trabalho, bem como os impactos deste processo ao desenvolvimento local, vem sendo objeto de discussão nas últimas décadas em todo o país, inclusive no Estado do Tocantins.

Entretanto, a inclusão ocorrerá se houver uma divisão entre as esferas civil e política, exigindo-se a principal representação da primeira para que se tenha legitimidade nas decisões da elite política. Gomes (2005) acrescenta que, o Estado liberal vigente se estrutura sobre a base representativa democrática que sofreu impactos e foi fragilizada ainda nos anos da década de 1970, devido ao distanciamento entre a esfera civil e as decisões políticas. Estas discussões estão pautadas basicamente na efetividade do processo de inclusão.

Maciel (2000) e Pereira-Silva *et al.* (2018) afirmam que, há alguns anos, era inviável a existência de pessoas com deficiência nas diferentes áreas sociais e trabalhistas, devido ao fato de não estarem inseridas nos modelos padrões de competência trabalhista para desempenhar uma função, ocasionando então, a total exclusão destas pessoas dos grupos de trabalhadores brasileiros (FIGUEIRA, 2008).

Segundo Camino *et al.* (2001), na maioria dos casos, os argumentos utilizados para justificar a exclusão dos deficientes físicos nem sempre representam a realidade. Esta adversidade pode ser explicada pela ausência de informação e a exposição do preconceito por parte de muitos para com o público referente, prejudicando-os catastroficamente, pois são ações que poderão restringir todas as oportunidades destas pessoas em ingressar no mercado de trabalho (ZOLA, 2005;

FERRONATTO *et al.*, 1988), assim, contribuir para o desenvolvimento local da população em questão.

Portanto, o entendimento em relação a tentativa de inserção de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho é marcado por inúmeros obstáculos oriundos do preconceito e da falta de conhecimento sobre as possibilidades e habilidades que podem ser desenvolvidas para que este indivíduo possa desempenhar suas funções com êxito (DA SILVA, 2018).

Com o objetivo de assegurar a inserção dos portadores de deficiência, foi elaborada e publicada a Lei de Cotas (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991), que confere ao deficiente o direito de ingressar, tanto no mercado de trabalho, como em diferentes setores sociais.

No texto constitucional desta Lei encontra-se o fragmento que evidencia o seu objetivo diante da inclusão social de deficientes, sendo: “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”. Esta Lei define ainda que, a inclusão trabalhista destas pessoas deve ocorrer em “ambiente acessível e inclusivo, com igual oportunidade com as demais pessoas” (BRASIL, 1991). No entanto, mesmo com leis específicas destinadas a garantir os direitos destas pessoas, ainda existem uma série de obstáculos que podem tornar ineficientes as recomendações da legislação em vigor.

Os principais obstáculos que permeiam a inclusão estão pautados em vários fatores que estão citados na literatura, sendo que, os agravantes estão concentrados em: ausência de escolaridade básica por parte dos deficientes, dificuldades de interação com a sociedade, falta de circulação em repartições públicas, o descompromisso para desenvolver atividades profissionais e dentre outros (TOLDRÁ *et al.*, 2010; DA SILVA, 2018).

Neste contexto, o seguinte problema norteou a pesquisa: Quais são e como têm sido aplicadas as Políticas Públicas Educacionais para inclusão dos deficientes físicos em Guaraí/TO? Quais são os reflexos para o desenvolvimento do município estudado?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a aplicabilidade das Políticas Públicas Educacionais para inclusão dos deficientes físicos em Guaraí/TO sob a ótica do desenvolvimento local.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Averiguar a participação da escola para o desenvolvimento cognitivo, social e profissional de pessoas com deficiência física de Guaraí/TO.
- Analisar a taxa de empregabilidade e de escolaridade dos deficientes físicos motores residentes em Guaraí/TO.
- Identificar a eficiência da aplicação das Políticas Públicas Educacionais no processo de inclusão social destas pessoas em Guaraí.
- Relacionar a participação dos deficientes físicos de Guaraí com o desenvolvimento local do município.

1.3 Delimitação do Estudo

A presente pesquisa teve como foco o município de Guaraí, localizado no Estado do Tocantins, o qual é considerado a mais nova Unidade Federativa do Brasil e situa-se na Região Norte do país, possuindo um total de 139 municípios (SEPLAN, 2012). Nesse contexto, a revisão bibliográfica também fez uma abordagem sobre a importância das Políticas Públicas Educacionais e sua contribuição para a aproximação das pessoas deficientes com o poder público, perpassando o desenvolvimento regional e local de Guaraí. Também foram abordados os conceitos e os indicadores dos diferentes tipos de desenvolvimento e a participação da educação deste município.

Dessa forma, para melhor adentrar e debater o tema, também se fez necessário trazer uma abordagem do perfil de desenvolvimento local do município de Guaraí – Tocantins, buscando argumentos tangíveis para justificar a importância do trabalho diante das expectativas e possibilidades de contribuição dos deficientes físicos residentes no município para o desenvolvimento desta região. Diante do exposto, o município de Guaraí-TO, encaixa-se no perfil de localidade condizente

para o desenvolvimento do presente trabalho, pois trata-se de um município localizado às margens da BR 153, motivo este que faz com que Guaraí seja utilizado como rota de comércio, sendo essa uma importante contribuição para o crescimento e desenvolvimento.

É importante destacar que a revisão do presente estudo não buscou inferências para a inclusão socioeducacional e trabalhista de todos os tipos de deficiência existentes na população brasileira e, conseqüentemente, de Guaraí, sendo, então, enfatizados somente os deficientes físicos motores que apresentam diferentes níveis de dificuldade de locomoção e que estão inseridos nos seguintes tipos de deficiência: Paraplegia, Paraparesia, Monoplegia, Monoparesia, Tetraplegia, Tetraparesia, Triplegia, Triparesia, Hemiplegia, Hemiparesia, Malformação Congênita, AVC (Acidente Vascular Cerebral) leve e Amputação de Membros.

O presente estudo apresenta também uma pesquisa de campo que buscou avaliar o índice de empregabilidade, a independência financeira, a formação estudantil, social e familiar das pessoas deficientes físicas motoras diante da inclusão socioeducacional e trabalhista no município de Guaraí, buscando discutir o grau de satisfação das empresas e órgãos empregatícios quanto aos serviços prestados pelo quadro de funcionários deficientes físicos de cada instituição avaliada, assim como a participação das Políticas Públicas Educacionais no sucesso deste processo inclusivo.

Nesta mesma pesquisa de campo, levantou-se a média salarial dos deficientes físicos, bem como, a compreensão do cargo ocupado por estas pessoas dentro das instituições trabalhistas e suas possibilidades de promoção diante do desempenho da função, buscando compreender a satisfação deles quanto à sua participação nos deveres e direitos de um cidadão.

De maneira concreta e contemporânea, no âmbito da teoria democrática, não faz parte do objetivo desta pesquisa buscar e identificar os responsáveis diretos pela execução destas Políticas Públicas Educacionais em Guaraí. Portanto, a limitação desta pesquisa está baseada somente na identificação da existência e de quais políticas estão sendo envolvidas no processo de inclusão e desenvolvimento local.

1.4 Relevância do Estudo

As Políticas Públicas Educacionais direcionadas à promoção da equidade educacional apresentam como principal finalidade a redução da desigualdade social na população, especialmente pelo processo de inclusão. Portanto, a realização desta pesquisa justifica-se devido sua relevância social e acadêmica, trazendo dados quantitativos e qualitativos que poderão ser utilizados para a elaboração de projetos e ações que tem por objetivo a inclusão socioeducacional e trabalhista de deficientes físicos motores, possibilitando assim, sua participação no processo de desenvolvimento e contribuindo para a melhoria na qualidade de vida da população local.

Pautada na legislação vigente, sob a Lei nº 9.394 de 1996 que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assegura a oferta da educação em todas as modalidades de ensino, sem distinção de classe social, religião, cor ou opção sexual. Nessa mesma linha, a Lei nº 8.213/91, por meio da lei de cotas, assegura o direito do ingresso do portador de deficiência inserir-se no mercado de trabalho com os meios direitos, deveres e atribuições e em diferentes setores da sociedade.

Outro fator relevante que justifica a importância da realização deste estudo é o fato de ainda não existirem pesquisas para o município de Guaraí-Tocantins, como tema descrito no presente estudo. Como consequência, não é possível afirmar que as recomendações preconizadas pela legislação brasileira para a inclusão de deficientes, especialmente aqueles que apresentam dificuldades motoras, estão sendo cumpridas no município, tanto pelo poder público como privado, dificultando a compreensão da contribuição destas pessoas para o desenvolvimento desta região.

Essa problemática baseia-se principalmente no quantitativo de deficientes matriculados em escolas regulares de ensino de Guaraí. De acordo com informações da Diretoria Regional de Ensino, existem 28 alunos matriculados na rede estadual de Guaraí e, segundo informações da Secretaria Municipal de Guaraí, existem 2 alunos, um total de 30 em todo o município. Assim como, no número de deficientes físicos motores residentes no município de Guaraí-TO, que segundo dados do INSS do município, existem 508 deficientes físico-motores no município em 2020.

Diante desta problemática, ainda não existem dados que comprovem os reflexos do processo de inclusão destes deficientes no mercado de trabalho, na carreira estudantil e acadêmica e a contribuição desta inclusão para o desenvolvimento do município.

1.5 Organização do Trabalho

O presente estudo encontra-se dividido em cinco seções resumidamente descritas: a Seção 1 (um) apresenta a introdução do trabalho com uma abordagem da historicidade do problema, problemática da pesquisa, objetivos – subdivididos em geral e específicos, delimitação do estudo, relevância e organização do trabalho. Já na Seção 2 (dois) apresenta a Revisão da Literatura abordando os temas inclusão socioeducacionale trabalhista de pessoas deficientes e sua contribuição para o desenvolvimento local.

Já na Seção 3 (três), estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a composição deste estudo. A Seção 4 (quatro) apresenta os resultados e a discussão do trabalho e, por fim, a Seção 5 (cinco) traz as considerações finais a respeito dos problemas encontrados ao longo da execução do trabalho. Ao final são destacados as referências e os anexos que complementam a apresentação desta dissertação.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O presente trabalho está inserido na área de concentração de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Portanto, a literatura utilizada no presente trabalho foi escolhida com o intuito de fundamentar definições, conceitos e posicionamentos teóricos e, por conseguinte, buscar respostas aos objetivos evidenciados nesta pesquisa, como por exemplo, as Políticas Públicas Educacionais para a inclusão de deficientes físicos nos diferentes ambientes sociais e suas implicações para o desenvolvimento regional do município de Guaraí, Estado do Tocantins.

Compreende-se, então, que esta seção tem por finalidade demonstrar que as estratégias de inclusão de pessoas deficientes, especialmente no mercado de trabalho, podem não somente influenciar no desenvolvimento humano da região por meio destas estratégias, como também apresentar os conceitos aplicados ao desenvolvimento local, regional e inclusão de pessoas deficientes.

2.1 Inclusão de deficientes: historicidade, desafios e legislação

A Educação Inclusiva, também conhecida por educação especial, possui como objetivo fundamental a oferta igualitária de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência, além de assegurar e garantir os direitos e deveres delas diante das dificuldades de adaptação do espaço físico escolar como um todo.

Diante das várias conformações adotadas por esta modalidade de educação é possível descrever quatro estágios distintos para o reconhecimento e atendimento ao deficiente no decorrer do tempo (KIRK; GALLAGHER, 1987; MENDES, 1995; SASSAKI, 1997).

Inicialmente, ainda na era pré-cristã, os deficientes eram completamente ignorados e abandonados pela sociedade e não possuíam direitos, nem mesmo à educação, o que configurou esse como o momento de negligência para com estas pessoas. Durante a era cristã, a atenção à pessoa com deficiência dependia da sociedade ao qual fazia parte, pois em algumas destas civilizações eram considerados aberrações e, em outras, enviados divinos (PESSOTTI, 1984).

No terceiro momento, iniciou-se o processo de reconhecimento dos deficientes como representantes da sociedade com a determinação de seus direitos,

que foram postulados entre os séculos XVIII e XIX, marcados pelo período de institucionalização, objetivando proteger e isolar estas pessoas em ambientes elaborados para essa finalidade (MIRANDA, 2001). Este período é convencionalmente descrito pela oferta da educação especial, que ocorriam impreterivelmente no interior de escolas ou salas de aula diferenciadas visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte (MIRANDA, 2001).

O quarto e último momento iniciou-se ainda no final do século XX, nos quais foram observadas mudanças importantes e decisivas a nível global quanto à atenção e aos direitos das pessoas deficientes, marcadas pela integração social destes, com a finalidade de inseri-los em ambientes educacionais que pudessem estar o mais próximo possível daqueles disponibilizados às pessoas não deficientes, surgindo assim, termo referente a “educação inclusiva” (MIRANDA, 2001).

No entanto, no Brasil, o atendimento dos deficientes apresentou-se em momentos diferentes daqueles expressos por outros países do mundo, pois o período conhecido como o da negligência se estendeu por um tempo maior em território brasileiro, até aproximadamente o início da década de 1950 e, não apresentava nenhum interesse em ofertar educação especializada aos deficientes, privando-os da garantia dos seus direitos (DECHICHI, 2001; MENDES, 2010).

A historicidade da educação especial brasileira possui como marco principal a implantação do “*Instituto dos Meninos Cegos*”, conhecido atualmente como “*Instituto Benjamin Constant*” e o antigo “*Instituto dos Surdos-Mudos*”, o atual *Instituto Nacional de Educação de Surdos “INES”*, ambos localizados no Rio de Janeiro e fundados ainda pelo Governo Imperial (JANNUZZI,1992; BUENO,1993; MAZZOTTA,1996). A partir de 1950, a educação especial passou por várias mudanças, como, por exemplo, a implantação de inúmeros centros de atendimento especial, que geralmente ocorriam em escolas regulares públicas para atender a demanda dos “excepcionais” (deficientes) brasileiros (MIRANDA, 2003).

Somente a partir de 1957 que o atendimento educacional aos deficientes foi reconhecido pelo governo federal brasileiro, em âmbito nacional, com a criação de ações voltadas especificamente para este fim, inaugurado com o lançamento do primeiro movimento de conscientização, intitulada “*Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro*”. Em 1958, foi lançada a segunda ação que contemplou os

deficientes visuais denominada “*Campanha Nacional da Educação e Reabilitação do Deficiente da Visão*” (MIRANDA, 2003).

Em 1960, foi organizada uma ação para a educação de deficientes mentais, conhecida por “*Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais*” (CADEME). Essa tinha por objetivo primordial a promoção da “educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional às crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo” (MAZZOTTA, 1996).

Contudo, o Artigo 208 da Constituição do Brasil, a Lei nº 9.394 de 1996 e, mais recentemente, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica (BRASIL, 1996; 2018), preconizam que o atendimento educacional oferecido às pessoas deficientes deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino (FERREIRA e GLAT, 2003; GLAT e OLIVEIRA, 2003; BRASIL, 2018). Estas leis foram elaboradas principalmente para dar força ao texto constitucional. O Ministério da Educação publicou em 1994, a Política Nacional de Educação Especial, oferecendo financiamento aos projetos destinados à educação especial (BRASIL, 1994).

A importância da oferta da educação regular para as pessoas deficientes é reforçada por Mazzarino *et al.* (2011) o qual enfatiza que “a educação especial e inclusiva só é efetiva se for ofertada preferencialmente na educação regular”. No entanto, não basta somente ofertar aos deficientes o acesso à educação regular, mas também, realizar adaptações necessárias para atender a demanda na diversidade de deficiências atendidas pela Unidade Escolar.

Diante das várias propostas de mudanças preconizadas pela legislação brasileira para o atendimento dos alunos deficientes, a Lei nº 10.098 de 2000 e o Decreto nº 5.296 de 2004, deixam claro que, para haver inclusão, é necessário que ocorram mudanças em toda a estrutura material e imaterial de atendimento coletivo (BRASIL, 2000; MENDES, 2002; BRASIL, 2004; BAHIA, 2006; GLAT, 2007), que possam suprir as necessidades particulares e individuais de cada discente matriculado na Unidade Escolar (MIRANDA, 2001; HEMMINGSON, 2001).

Alguns autores enfatizam ainda que essas adaptações devem ocorrer de forma geral e ofertar reflexos positivos para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, com ênfase na capacitação dos docentes (TESINI e MANZINI, 1999; SARTORETTO, 2001; TESSARO *et al.*, 2005; GLAT, 2007;

BRASIL, 2018) e do corpo gestor, assim como, adaptações dos materiais didáticos ofertados, dos métodos de ensino e suas avaliações, assegurando desta forma, o acesso e a permanência de todos no ambiente escolar, em todos os níveis de instrução (MAZZARINO *et al.*, 2011; GLAT, 2007).

Conforme afirmações de Castro e Almeida (2014), a ausência do conhecimento básico por parte de pessoas deficientes também pode interferir drasticamente em sua aprovação e permanência em um curso de ensino superior, levando inúmeros alunos deficientes à evasão universitária em todo o território brasileiro.

A educação inclusiva é considerada também um marco para a inclusão de pessoas deficientes no mercado de trabalho, pois quando eficientemente educadas, essas pessoas adquirem competências e habilidades necessárias para desempenhar uma profissão e, assim, apropria-se da condição de cidadãos diante dos seus direitos e deveres a serem cumpridos.

Entretanto, o contrário culminaria em sérias consequências para essas pessoas, sendo que estes podem ser permanentemente excluídos do mercado de trabalho, levando-os a depender integralmente de seus responsáveis ou de programas sociais, por não conseguirem conquistar a autonomia financeira devido à ausência de escolaridade e/ou capacitação (BRASIL, 1999; KAFROUN; PAN, 2001; TANAKA; MANZINI, 2005; RODRIGUES; LUCHESE, 2014).

Torna-se imprescindível que a educação também deve ser inclusiva, para se configurar como um vetor de desenvolvimento humano aos brasileiros com necessidades especiais, como, por exemplo, aqueles que possuem algum tipo de deficiência física.

Conforme explicações de Libâneo *et al.* (2012), a inclusão educacional e social de pessoas deficientes é fundamental para o seu próprio desenvolvimento, pois é a única forma de proporcionar a estas pessoas melhorias em sua qualidade de vida por meio da inserção no mercado de trabalho, assegurando-lhes os direitos garantidos pela Constituição de 1988.

Diante desta abordagem, algumas leis foram constituídas, ao longo da história, para tratar dos direitos dos cidadãos com deficiência. Em 1949, a Lei Federal nº 909 criou um selo para obter recursos para hansenianos (BRASIL, 1949).

A essas se seguiram o Decreto de Lei nº 44.236 de 1958, que instituiu a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos deficientes visuais (BRASIL, 1958).

A Lei Federal nº 4.613 de 1965 propôs programas de isenções de impostos sobre veículos em favor de paraplégicos ou de pessoas com algum tipo de deficiência física comprovada por laudo médico (BRASIL, 1965). A Lei Federal nº 7.070 de 1982 preconizou a concessão de pensão especial às pessoas com deficiência física, condição conhecida na época como “*síndrome da Talidomida*” (BRASIL, 1982). O Decreto nº 81.872 de 1985 instituiu comitê para traçar política de educação e integração das pessoas com deficiência (ASSIS; PUSSOLI, 1992).

Contudo, foi somente nas décadas de 1980 e 1990 que ocorreram mudanças no reconhecimento da pessoa deficiente, pois foram organizadas diversas lutas e manifestos em busca dos direitos destes cidadãos, o que culminou em legalização dos direitos e deveres dos deficientes na Constituição de 1988, reconhecendo a pessoa deficiente como parte integral da sociedade e estabelecendo dentre vários benefícios, especialmente, a educação igualitária e o direito de ingressar no mercado de trabalho (BRASIL, 2018).

Com a promulgação da Constituição de 1988, tornou-se possível a proteção infraconstitucional às pessoas com deficiência. Segundo a Lei Federal nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, primeira lei editada após a constituição de 1988, que apresenta em seu texto o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, instituindo a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), a qual integra a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, cujas atribuições estão estabelecidas nos artigos 10 e 12 da referida Lei (BRASIL, 1989).

Esta Lei evidenciando que a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos e a atuação é de responsabilidades do Ministério Público, que passou a ter atribuições específicas para a defesa dos interesses das pessoas com deficiência, inclusive com a possibilidade de propor Ação Civil Pública e instaurar inquérito civil.

Um exemplo do trabalho ostensivo do Ministério Público é a Lei Federal nº 8.686 de 20 de julho de 1993 que dispõe sobre o reajustamento da pensão especial aos deficientes físicos, aos portadores da “*Síndrome de Talidomida*”, instituída pela Lei Federal nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982 e a Lei Federal nº 8.742 de 07 de

dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (BRASIL, 1982; 1993; 1993).

Conforme destacado anteriormente, também podem ser citadas a Lei nº 8.899 de 29 de junho de 1994 que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual e a Lei Federal nº 8.213 de 24 de julho de 1991 que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências (BRASIL, 1991; 1994).

Outro fator importante a ser considerado é a participação do processo de inclusão dos deficientes no desenvolvimento regional por meio da movimentação da economia local e das possibilidades na melhoria da qualidade de vida da população mediada por sua participação no processo de arrecadação local.

A inclusão trabalhista destas pessoas também é prevista pelo artigo 37, inciso VIII do texto Constitucional de 1998 e o Artigo 93 da Lei nº 8.213 de 1991 (Lei de Cotas), que determinam a reserva de vagas para a investidura de pessoas deficientes tanto em cargos públicos como privados (BRASIL, 2018; 2004), possibilitando a participação destas pessoas não somente no desenvolvimento humano regional, mas também no desenvolvimento econômico local.

Considerando as recomendações da legislação brasileira que confere os direitos e deveres dos deficientes, ao se observar os dados publicados pelo IBGE em 2015, com o levantamento para a Região Norte do Brasil, essa ocupa o 5º lugar na quantidade de deficientes físicos motores, apresentando o menor número em comparação às outras regiões do país (IBGE, 2015). Estes dados demonstram que 46,5% da população de deficientes desta região apresentam dificuldades intensas ou muito intensas de locomoção e que poderiam interferir no processo de inclusão social, especialmente no mercado de trabalho, e assim, inviabilizando a participação destes indivíduos no processo de desenvolvimento regional.

Por outro lado, existem relatos científicos que comprovam que estas pessoas, mesmo com dificuldades intensas de locomoção, quando preparadas de forma eficaz, são capazes de desempenhar suas funções frente ao mercado de trabalho com mão-de-obra de qualidade e com compromisso (RIBEIRO; CARNEIRO, 2009; BAPTISTA; SILVA, 2010; VELTRONE; ALMEIDA, 2010; MACHADO *et al.*, 2014).

Diante destes relatos, é possível afirmar que pessoas deficientes físicas, a depender das dificuldades de locomoção e das possibilidades que lhes são

ofertadas, podem desempenhar suas funções de forma a contribuir com o desenvolvimento daquele local, possibilitando assim, a melhoria da qualidade de vida da população em questão.

2.2 Desenvolvimento Regional: definições, estratégias e indicadores

Nas últimas décadas, o termo “desenvolvimento regional” tem sido vastamente discutido pela comunidade científica, a fim de propor modelos cabíveis que possam ser utilizados como ferramentas de estudos para a verificação do avanço econômico, tecnológico e humano de uma região (CARNIELLO *et al.*, 2016; SACHS, 2005; VEIGA, 2005; POCHMANN, 2004; ESTEVA, 2000).

Carniello *et al.* (2016) apontam que o termo “desenvolvimento” foi proposto ainda no início do século XX e, conseqüentemente, submetido a inúmeras alterações de significado, tornando-se mais evidente somente no contexto histórico da atualidade devido à emergência da globalização e das necessidades de se realizar uma reestruturação na produtividade, com o intuito de atender a demanda mundial (SANTOS; CARNIELLO, 2019; DALLABRIDA *et al.*, 2004).

Os autores enfatizam ainda que “desenvolvimento” é compreendido equivocadamente como um sinônimo de melhora econômica interpretada pelos movimentos pós-guerras mundiais que tinham como objetivo a reconstrução do contexto social e econômico dos países que foram radicalmente devastados durante esses confrontos (VEIGA, 2005). Atualmente, o conceito de desenvolvimento agrega-se também ao conjunto de ações que possibilitam a melhoria na qualidade de vida de uma sociedade, incluindo a melhoria na saúde, educação e segurança pública.

Com a finalidade de tornar concreto o conceito de desenvolvimento, autores relacionam também a aspectos abrangentes como: desenvolvimento humano (qualidade de vida); igualdade nos direitos e deveres (justiça social); direitos humanos; distribuição de renda e aproveitamento do potencial interno (FURTADO, 2007; SEN, 2000; SACHS, 2000), embasando-se em uma perspectiva multidimensional e anulando a definição simplista do desenvolvimento atrelado somente ao livre mercado como forma de impulsionar a economia de uma região (HAFFNER, 2002).

Portanto, os estudos sobre desenvolvimento estão subdivididos e delineados em basicamente seis linhas de pesquisas, sendo estas: desenvolvimento econômico; desenvolvimento humano; ciência regional; desenvolvimento regional; desenvolvimento local; e, desenvolvimento territorial (CARNIELLO *et al.*, 2016; DALLABRIDA, 2011; FURTADO, 2007).

Conforme Furtado (2007), o desenvolvimento econômico está fortemente apoiado nos discursos que envolvem os eixos da economia nos contextos político-sociais, relacionando-os à industrialização, e no caso do Brasil, desenvolvimento também é relacionado à baixa renda *per capita* do país justificada pela sua industrialização tardia (CASTELLS, 1999). O Brasil é considerado um país em desenvolvimento que, por sua vez, ainda não é capaz de ofertar melhor qualidade de vida à sua população devido à distribuição desigual das possibilidades de crescimento coletivo e individual.

A linha de pesquisa do desenvolvimento que estuda a “ciência regional” está preocupada em tentar explicar por meio de pesquisas e utilizando-se dos estudos com dinâmica territorial, buscando sempre compreender os fatores internos, externos e multidisciplinares extrapolando as limitações da compreensão para além dos fatores econômicos, propondo assim uma reflexão própria a respeito dos discursos sobre ciência regional, desenvolvimento regional ou território (RIBEIRO; MILANI, 2009).

Contudo, as linhas de pesquisas que envolvem os três termos restantes (desenvolvimento regional, desenvolvimento local e desenvolvimento territorial), estão fortemente entrelaçados a um espaço geográfico (território). Nestas condições, o território é definido como um “um lugar específico” passível para o planejamento de uma proposta de desenvolvimento.

O termo “região” é definido como o espaço geográfico utilizado em um dado território (CARNIELLO *et al.*, 2016; DALLABRIDA, 2011). Desse modo, o termo “desenvolvimento regional” diz respeito aos vários aspectos que contribuem para o crescimento de uma região, desencadeando impactos econômicos, culturais e sociais que configuram a identidade a uma comunidade regional (DALLABRIDA, 2015; SANTOS *et al.*, 2012; VIEIRA, 2009; DANIEL, 2002).

Sandroni (1999) afirma que diferentes aspectos que possibilitam o desenvolvimento de uma região estão interconectados, portanto, com o aumento da

produção e o fortalecimento econômico, podem interferir positivamente na qualidade de vida da população residente desta região (SANTOS *et al.*, 2012).

Conforme Sachs (2004) e Sen (1999), o desenvolvimento econômico acelerado nunca deve ser entendido como desenvolvimento regional, pois só será considerado desenvolvimento quando for constatado que ocorreu uma significativa redução nos níveis de pobreza e de desigualdade social e que possibilitou a implantação de novos empregos e/ou das possibilidades de diferentes formas de geração de renda para as famílias residentes nesta área geográfica, sendo, portanto, um gerador da liberdade e política.

Existem fatores como a saúde, educação, cultura e lazer que podem contribuir para a promoção do desenvolvimento de uma região. Nesse caso, os fatores ligados ao desenvolvimento regional apresentam-se na forma de concentração de renda, poder, cultura, conhecimento e acumulação de riqueza. São fatores econômicos e extra econômicos do desenvolvimento e nos quais eles estão ligados, de uma forma, ou de outra, a partir de suas funções (FRANCO, 2001).

A promoção do desenvolvimento regional não ocorre apenas pelo fator do crescimento econômico (que, ao mesmo tempo, pode ocasionar desequilíbrios sociais quando não atinge alguns setores que promovem o bem-estar social de uma população), mas também pela agregação de valor de recursos disponíveis e pela exploração do capital humano e social (CARVALHO; GUMBOWSKY, 2019).

A forma de desenvolvimento também discutida é o desenvolvimento social, que engloba as questões de assistência e atendimento no que se refere ao bem-estar das pessoas de uma determinada sociedade ou região.

Desenvolvimento é o movimento que pode ser observado em um aspecto amplo de uma população. É a mudança gerada pela contribuição de um número considerável de indivíduos desta população em busca de ofertar oportunidades, direitos e deveres sociais beneficiando o coletivo. O desenvolvimento ocorre de acordo com as transformações da sociedade ao longo do seu processo de civilização (FRANCO, 2001). Portanto, foram elaborados alguns indicadores que demonstram que o desenvolvimento pode estar ou não ocorrendo em um dado local e, por meio destes indicadores, poderão ser tomadas decisões acerca da melhoria na qualidade de vida da população.

Com muita frequência os indicadores são apresentados como um valor estatístico em si, desvirtuando o sentido do próprio conceito: um indicador expressa algo que ele mesmo não é, ou seja, ele exprime apenas parcialmente determinado aspecto, sendo somente uma espécie de representante de um determinado aspecto de uma realidade bem mais complexa. Um indicador é, portanto, apenas uma unidade de medida parcial, substitutiva (SIEDENBERG, 2003).

Assim, deve-se considerar que uma medida estatística representativa somente se configura como um indicador de desenvolvimento quando se insere num contexto teórico-metodológico que lhe empresta o respectivo significado, ou seja, indicadores de desenvolvimento são, na melhor das hipóteses, apenas variáveis representativas de aspectos parciais de determinados processos de desenvolvimento em contextos bem específicos (MCGRANAHAN, 1974).

Nos trabalhos sobre regional, a utilização de indicadores tem a finalidade de quantificar determinada concepção de desenvolvimento. Entretanto, uma variável econômica ou social somente se configura como um indicador quando representa algum aspecto relevante desta concepção. Em função disso, a questão essencial não está relacionada ao fato de como mensurar algo, mas, sobretudo, se aquilo que está sendo mensurado realmente expressa aspectos relevantes do processo de desenvolvimento que está sendo analisado (NOHLEN; NUSCHELER, 1993).

Desta forma, toda vez que um determinado aspecto do desenvolvimento não é diretamente mensurável, um indicador recebe a função de expressar quantitativamente este aspecto. Neste caso, é possível considerar que este indicador, indiretamente, também fornece informações sobre as condições de vida e de saúde de um determinado grupo social (PAIVA, 2006).

Há ainda uma característica que diferencia indicadores econômicos e sociais. Enquanto diferentes aspectos do desenvolvimento econômico podem ser quantificados diretamente, como por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) de um país ou região, a sua variação e evolução, ou também a renda per capita, a maior parte dos indicadores do desenvolvimento social, como os aspectos relacionados à educação, saúde, bem-estar, direitos, cidadania, dentre outros, não é diretamente mensurável nem há uma definição consensual sobre o uso dos mesmos, sobre o modo de obtenção destes dados, sobre as relações que se estabelecem, sobre os

valores (éticos) embutidos e sobre os conceitos teóricos que os fundamentam (SIEDENBERG, 2003).

Apesar de todos os esforços realizados na construção e utilização de diferentes indicadores, não há um indicador suficientemente abrangente para mensurar um processo de desenvolvimento regional em toda sua amplitude. Mesmo o mais aperfeiçoado ou acabado indicador é incapaz de abarcar a complexidade do desenvolvimento de um país ou região, pois há uma grande porção de aspectos não quantificáveis ou de difícil mensuração que precisariam ser considerados.

Não se pode, todavia, desconsiderar que, em geral, toda e qualquer política de desenvolvimento demanda e se baseia em índices e indicadores. É por meio destes instrumentos que o sucesso ou o fracasso, assim como os pontos fortes e fracos de uma estratégia de desenvolvimento são analisados ou evidenciados. Portanto, não há como negar: indicadores são necessários para permitir análises e comparações inter ou intrarregionais (CARACAS, 1989).

É necessário considerar ainda que este conjunto de características elementares de um bom indicador de desenvolvimento socioeconômico, pode ser simples, dinâmico, sensível, holístico, confiável, participativo e capaz de combinar aspectos gerais com específicos, configurando um arranjo complexo e difícil de ser encontrado ou construído; trata-se muito mais de um catálogo de requisitos desejáveis (SIEDENBERG, 2003).

2.3 Políticas Públicas Educacionais: definições, conceitos e objetivos

Existem inúmeras vertentes para a definição de Políticas Públicas, sendo que elas estão distribuídas de acordo com os objetivos específicos das propostas a serem desenvolvidas. De forma geral, a Política Pública é toda ação ou um conjunto de ações planejadas e executadas por órgãos governamentais e suas repartições administrativas com a finalidade de resolver um determinado problema de abrangência social (AZEVEDO; LOUREIRO, 2003).

Ainda dentro deste conceito, o filósofo e historiador Foucault (1979) propõe uma teoria com a seguinte explicação: todos os indivíduos inseridos socialmente dentro de uma dada população podem praticar eficientemente a política diante de

suas vivências do dia a dia. Sendo assim, “Política” trata-se de uma ação conflituosa de diferentes características e naturezas que anseiam por decisão claras e objetivas.

Diante do conceito social, Pretto (2006) define a política como um agrupamento de conflitos regidos por interesses gerais de uma determinada sociedade, buscando sempre o respeito às similaridades e diferenças tanto nos aspectos econômicos, étnicos, raciais e da diversidade religiosa, cultural e de gênero.

Contudo, compreende-se que a principal distinção entre “Política” e “Política Pública” está pautada na seguinte explicação: as Políticas são definidas como estratégias a serem elaboradas e, as Políticas Públicas são as ações e as decisões provenientes destas estratégias e que são destinadas à resolução de um determinado problema social, que exige uma medida interventiva imediata e eficaz (LAMÓGLIA; BONETI, 2018).

Azevedo; Loureiro (2003) aponta a existência de três tipos básicos de políticas públicas: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias. As políticas públicas redistributivas referem-se, na avaliação do autor, à redistribuição de algo, como, por exemplo, de algum tipo de renda destinada a fomentar serviços públicos necessários que, estrategicamente, visam minimizar a desigualdade social por intermédio de projetos denominados “programas sociais”.

Por sua vez, as políticas distributivas são definidas como qualquer atividade ou ação que o governo é obrigado a realizar para ofertar qualidade de vida para a população. Pretto (2006) indica como exemplo as podas de árvores, os reparos e manutenção de instituições públicas, como creches, escolas, hospitais e até mesmo projetos socioambientais (PRETTO, 2006).

Esse modelo já existe na prática, porém se faz necessário um olhar fiscalizador para que todo esse trabalho aconteça de forma contínua e eficiente, objetivando sempre a inclusão de novas ações que visem a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, aqui denominadas de “Políticas Públicas”.

O terceiro conceito a ser discutido, “Políticas Públicas Regulatórias”, versa pela elaboração e execução de leis e decretos que são considerados de suma importância para que ocorra o progresso de um país. Essa terceira classificação, conforme descrito por Leal (2018), é indispensável para o bom andamento e êxito das primeiras conformações de Políticas Públicas discutidas acima.

Essas três conformações de Políticas são importantes para que ocorra o desenvolvimento econômico, social e educacional de um país, pois é sob a ótica dessas que os recursos públicos são liberados e destinados à realização de ações em áreas necessárias que buscam impulsionar o desenvolvimento de um dado local.

Para tanto, as Políticas Públicas estão distribuídas em uma diversidade de áreas que são descritas como “de extrema necessidade”, como por exemplo, as Políticas Públicas Educacionais. Essa área de atribuição das Políticas Públicas possui como objetivo primordial a elaboração de ações e planejamentos que são necessários para a melhoria da educação básica brasileira, objetivando promover a equidade educacional, os direitos e os deveres dos estudantes assegurados por lei (LEAL, 2018).

Pela natureza da pesquisa e em virtude dos seus objetivos, a fim de melhor efetivar esta categoria de análise, fica claro a necessidade de ressaltar que o termo educação é muito amplo e envolve uma série de aspectos que devem ser cuidadosamente trabalhados e priorizados (LAMÓGLIA; BONETI, 2018). No entanto, assim como toda ação a ser desenvolvida em prol de minimizar a desigualdade social, as Políticas Públicas Educacionais também possuem seus pontos negativos. Lamóglia; Boneti (2018) propõe ainda que, esses pontos negativos têm íntima relação com as “crises políticas, econômicas e sociais” de uma dada população.

Em resposta a estas crises é necessário que possam surgir projetos e ações associados às necessidades de estratégias na forma de Políticas, com a finalidade de minimizar as desigualdades nos seus mais diversos aspectos, objetivando centralmente a criação de oportunidades para todos (PRETTO, 2006), sem distinção. Azevedo; Loureiro (2003) enfatiza que esse é um elemento primordial para compreender o sentido que cada Política Pública assume diante da resolução de determinados problemas, comparando-se a uma ação que surge de uma necessidade, de um problema social ou de uma questão emergencialmente problematizada.

Para complementar este conceito de Políticas Públicas, Shiroma *et al.* (2000) enfatizam ainda que estas Políticas devem abranger ações práticas que vão além daquelas executadas diariamente e destinadas à resolução de um dado problema social, sendo que a comprovação de sua eficiência está vinculada à organização e elaboração de forma objetiva. Os autores defendem ainda que é indispensável a

elaboração de projetos sociais governamentais que visem levantar não apenas as carências e deficiências educacionais, como também as possíveis intervenções que serão tomadas por meio de Políticas sociais.

Azevedo (2001), ao contribuir com estas explicações, definiu que as Políticas Sociais devem ser visualizadas como intervenção dos poderes públicos diante de uma determinada realidade social. Nesse sentido, é necessário que esta definição possa extrapolar as pautas e surgir diante de ações concretas, em que possam ser observadas de fato a ocorrência do processo de inclusão, preferencialmente, quanto ao acesso à educação.

Em território brasileiro, as Políticas Públicas Educacionais são discutidas em uma variedade de documentos orientadores para a educação básica ofertada no país. Sardagna (2006) ressalta que o Plano Nacional de Educação de 2001 (PNE), a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, uniram-se com o objetivo de desenvolver Políticas Educacionais que possam promover a equidade no processo de acessibilidade à educação. Um desafio a ser vencido pelo sistema público de ensino, mesmo diante da diversidade social e econômica do país.

Ao discutir sobre as Políticas Públicas destinadas ao sistema educacional, faz-se necessário ressaltar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Trata-se de uma importante lei que é utilizada como documento orientador para que determinadas diretrizes sejam realizadas. Portanto, a LDB é a legislação da educação básica na qual são encontrados incisos referentes ao planejamento, prazos, fiscalização, execução e avaliação da educação. Todas essas divisões são imprescindíveis para o sucesso educacional do país (LAMÓGLIA; BONETI, 2018).

Mais recentemente, foi publicado pelo Ministério da Educação (MEC) um documento norteador da educação básica brasileira, baseado principalmente nas propostas da Constituição Federal de 1988, do PNE e da LDB. Esse novo documento é a BNCC que se autodescreve como “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018; MACEDO, 2019).

Esse documento normativo aplica-se a todas as escolas dos sistemas de ensino e redes escolares públicas e privadas, urbanas e rurais (LAMÓGLIA;

BONETI, 2018). Essa normatização, na visão do Conselho Nacional de Educação (CNE), é entendida como instrumento de equidade educacional da atualidade.

Em seu texto introdutório, a Base institui que a equidade “compreende que todos são diversos, que a diversidade é inerente ao conjunto dos alunos, inclusive no que diz respeito às experiências que trazem para o ambiente escolar e aos modos como aprendem” (BRASIL, 2018).

Para isso, o Ministério da Educação (MEC) espera que instituições e profissionais de ensino aceitem a pluralidade e não rejeitem as minorias sociais. Dessa forma, defende que todos “têm o direito de ingressar, permanecer e aprender na escola, tendo como foco principal a igualdade na unidade nacional” (MACEDO, 2019).

Portanto, as considerações do MEC se estendem também a todos os indivíduos deficientes matriculados na Unidade Educacional, inclusive, as pessoas deficientes físicas com diferentes necessidades de locomoção. A inclusão dessas pessoas deve ocorrer de forma igualitária e respeitando as limitações individuais de cada aluno matriculado no ensino regular, sendo, então, possível promover a equidade educacional por meio de Políticas Públicas Inclusivas, e assim, oportunizar estas pessoas a ativa participação no processo de desenvolvimento local, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida da população.

2.4 Processo Educacional, Deficientes Físicos e Desenvolvimento Regional

Ao longo da história, a educação tem contribuído significativamente para as transformações ocorridas no pensamento humano, as quais podem ser refletidas nas suas ações.

Em razão do objetivo e da dinâmica destas transformações, a sociedade tem caminhado constantemente para tornar-se uma sociedade do conhecimento, nas quais a educação e a pesquisa são os principais elementos para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e humano (ANDREOLI; CAMPOS, 2017; FAGUNDES; GIROLETTI, 2014).

As discussões a respeito da importância da educação para a formação de indivíduos dinâmicos e transformadores também foram mencionadas por Durkheim e Anthony (1972). Para o autor, a educação possui como obrigatoriedade a função de

formar identidades de maneira coesa e homogeneizadora, pois o seu papel é essencialmente social e tem por finalidade adaptar o educando ao meio para o qual se destina.

Dowbor (2009) explica que a educação, antes de tudo, promove a socialização do indivíduo e seu conteúdo é dotado de um conjunto de princípios e valores transmitidos de geração a geração, que são capazes de transformar a sociedade ao qual essa se aplica.

O reconhecimento da importância do processo educacional para a tomada de decisões, uma importante ferramenta mediadora de mudanças favoráveis para a melhoria da qualidade de vida, também foi considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Segundo Werthein e Cunha (2005), existe um documento publicado pela UNESCO que enfatiza em seu texto principal que “a educação deve ter como objetivos o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (ANDREOLI; CAMPOS, 2017).

No contexto da atual sociedade do conhecimento, a educação assume um papel primordial para a construção e disseminação do desenvolvimento local. Caberia à educação, preparar as pessoas para a vida e para o trabalho (ANDREOLI; CAMPOS, 2017), possibilitando e promovendo o desenvolvimento social do local em questão.

Portanto, a melhora nas condições da sociedade e as mudanças nos aspectos socioeconômicos, culturais e humanos dependeria da ação desses novos profissionais oriundos do processo educacional (VEIGA, 2007).

De acordo com afirmações de Fagundes e Giroletti (2014), “a educação, em especial a de nível superior, é um elemento primordial no processo de desenvolvimento socioeconômico e humano das diversas regiões existentes nos diferentes países do mundo”.

Na relação entre educação e desenvolvimento, este último conceito ocupa um espaço central na sociedade atual, constituindo, muitas vezes, um receituário técnico, teórico ou ideológico (FAGUNDES; GIROLETTI, 2014).

Contudo, a ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão e à necessidade de se formar pessoas que amanhã

possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas (AMIGUINHO, 2005).

Portanto, a “educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la” (DOWBOR, 2009). Essas atribuições estabelecidas pelo processo educativo devem ser aplicadas a todos os indivíduos que fazem parte do processo e, em especial, aos alunos deficientes, devido às inúmeras dificuldades encontradas para a sua inclusão social.

A maior dificuldade de inclusão social destas pessoas está intimamente ligada ao ingresso na educação regular e, especialmente, no mercado de trabalho. Esses ambientes sociais são considerados os mais importantes para a aplicação de Políticas Públicas Inclusivas que visem garantir a promoção da equidade por entre os indivíduos de uma dada sociedade.

Por tanto, Sassaki (1997) definiu os problemas relacionados à inclusão de deficientes, especialmente no mercado de trabalho, afirmando tratar-se de um reflexo da ausência de preparo e conhecimento cabíveis para a garantia da equidade, sendo que esta falha está atribuída tanto para as empresas quanto para os próprios deficientes.

Porém, na contemporaneidade, uma visão mais integrada em relação à pessoa com deficiência tem substituído os discursos do passado, os quais enfocavam somente aspectos patológicos que consideravam os deficientes como pessoas “doentes” e “incapazes” de desempenhar suas funções, de forma a atender a demanda exigida pelo processo de inclusão, especialmente, no mercado de trabalho.

Desta forma, considera-se a pessoa com deficiência em todas as suas dimensões, e isso inclui o âmbito socioeducacional e até mesmo trabalhista (KLEIN, 1998). Conforme Klein (1998), o trabalho tem sido um meio de as pessoas deficientes superarem a deficiência e conquistarem sua autonomia, considerando que é um meio eficiente para realizar a sua integração na sociedade.

O Brasil tem se preocupado com a necessidade de incluir pessoas deficientes no mercado de trabalho, sendo um dos países mais avançados do mundo na criação de leis de proteção à pessoa deficiente (ASSIS; PUSSOLI 1992).

No Brasil, a partir do século XX, o estudo relativo às normas constitucionais federais, aplicáveis às pessoas com deficiência torna-se relevante, pois além de obrigarem os fundamentos da vida jurídica, em conjunto, formam a lei fundamental e suprema de um Estado e, tem como fim “a implantação dos valores voltados para a existência desta comunidade” (SILVA, 1987).

Nesse contexto, a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho pode contribuir para o seu desenvolvimento educacional e social de forma satisfatória. Diante do exposto, compreende-se que é essencial a existência de um processo de implementação de mudanças que aumentem as oportunidades sociais e as condições educacionais.

Pastore (2000) aponta que a pessoa com deficiência colocada no mercado de trabalho gera benefícios para a empresa. Ela se traduz em um tipo de mão de obra de qualidade, zelosa, disciplinada e que, na maioria das vezes, apresenta satisfação em trabalhar.

No entanto, a contratação de uma pessoa com deficiência ocorre quase que em sua totalidade em decorrência do cumprimento da Lei de Cotas, Lei Federal nº 8.213, de 25/07/91, que determina à empresa com 100 (cem) ou mais empregados o preenchimento de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

2.5 Perfil do desenvolvimento local de Guaraí

Guaraí é um município localizado no interior do Estado do Tocantins e que se situa entre as coordenadas geográficas de 08°50'03" de latitude e 48°30'37" de longitude, 259 m (metros) acima do nível do mar e cujo posicionamento está vinculado à região central do Estado (IBGE, 2017).

De acordo com informações da Secretária de Planejamento do Estado, Guaraí está distante 172 km da Capital, Palmas e o acesso principal aos limites de seu território é por meio da rodovia federal BR – 153, a qual perpassa pelo centro comercial do município (SEPLAN, 2012). O tráfego nessa rodovia é pesado, pois constitui o principal canal de atividade econômica da região (MARQUE *et al.*, 2019).

Trata-se de uma cidade com uma extensão territorial de 2.270,99 km² que possuía uma população de 23.200 habitantes e densidade populacional de 10,23

habitantes por km² registrados no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo aquele primeiro realizado em 2019 e os 2 (dois) últimos realizados ainda em 2010, apresentando uma estimativa de 26.165 habitantes para o ano de 2020 (IBGE, 2017).

Ainda de acordo com dados do IBGE (2017), desse total de habitantes, somente 3.480 pessoas do município se encontravam em atividade no ano de 2017, exercendo uma profissão remunerada, o que é o equivalente a 13,6% do total da população, sendo que, desse total, 2.267 encontravam-se ocupados em atividades que envolvem os estabelecimentos agropecuários do município. Esses, por sua vez, contribuíram para que Guaraí pudesse ocupar o 8º lugar no ranking estadual quanto ao PIB do Tocantins, culminando em uma arrecadação total de R\$ 584.922,76 (reais) neste mesmo ano.

As principais atividades que contribuíram para o PIB municipal estão basicamente alocadas na agropecuária e agricultura. Esse município conta com 130.452 ha (hectares) destinados à agropecuária, sendo que, desse total, 116.969 estavam ocupados com a produção individual, distribuídos em 678 estabelecimentos agropecuários em todo o território; e, desse total, 585 são destinados à produção individual (IBGE, 2017). A pecuária de Guaraí está fortemente embasada na criação de asininos, bovinos, bubalinos, caprinos, codornas, equinos, galináceos, muares, perus, suínos etc.

Outro fator importante quanto ao PIB estadual é a utilização do solo para o plantio, pois Guaraí conta com 4.790 ha (hectares) de terra destinados a lavouras permanentes, como: açaí, banana, caju, coco, goiaba, laranja, lima e manga e, 10.052 ha (hectares) para lavouras temporárias (abacaxi, abóbora, arroz, cana-de-açúcar, fava, feijão, mandioca, melancia, milho e, especialmente a soja) (IBGE, 2018).

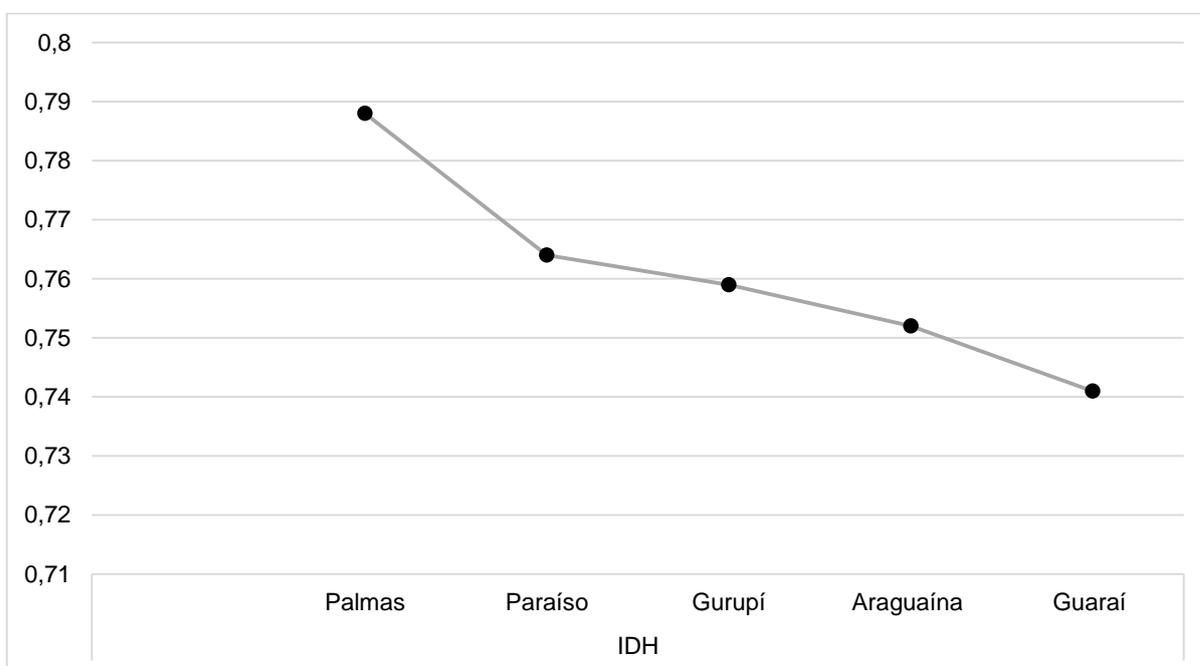
Guaraí destina ainda 11.765 ha (hectares) de seu território para pastagens naturais, 52.849 ha (hectares) para pastagens plantadas em boas condições para o desenvolvimento do rebanho e 468 ha (hectares) destinados ao sistema agroflorestal, com o objetivo primordial de áreas cultivadas com espécies florestais que também são utilizadas para lavoura e pastoreio por animais (IBGE, 2017).

Além da agricultura e da agropecuária, a população guaraiense impulsiona o desenvolvimento da região por meio do extrativismo, como, por exemplo, o carvão

vegetal com uma produção estimada de 3 t (toneladas) ao ano, ocupando o 30º lugar no ranking de produção estadual (IBGE, 2018). Além do carvão, a lenha e a madeira em tora também atuam no desenvolvimento da região com uma produção de 1.500 m³ e 560 m³ anual respectivamente, ocupando então as seguintes colocações para a extração desses produtos: 54º lugar na produção de lenha e 11º de madeira. Além disso, Guaraí conta com 400 ha (hectares) de área plantada com eucalipto, estando em 42º lugar na produção e extração desta matéria prima no Estado.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, realizado pelo IBGE em 2010, o município conta com um índice de 0,741, sendo então considerada uma cidade com o IDH alto, apresentando índice de longevidade de 0,839 (IBGE, 2010; IPEA, 2013a). Número esse, que o coloca em 5º lugar no ranking de desenvolvimento do Estado, perdendo somente para a Capital, Palmas que possui um IDH de 0,788, Paraíso do Tocantins (0,764), Gurupi (0,759) e Araguaína (0,752) (IBGE, 2017) (Figura 1).

Figura 1. Colocação do IDH de Guaraí em relação ao das maiores cidades do Estado do Tocantins.



Fonte: IBGE (2017).

Diante disto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística calculou ainda em 2003, por meio do índice de Gini (cálculo da concentração de renda em determinado

grupo, sendo que, quanto mais próximo ao 0, mais bem distribuída essa), o mapa da pobreza e da desigualdade existente por entre a população guaraiense, e chegaram ao resultado 0,43. Também foram realizados esses cálculos por meio de estatística descritiva e chegaram à conclusão de que a distribuição da renda municipal gerava uma porcentagem de pobreza em aproximadamente 40,53% da população, vivendo com recursos insuficientes (IPEA, 2013b).

Com relação à qualidade da educação do município de Guaraí, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nas séries finais do Ensino Fundamental do Estado, Guaraí ocupava o 96º lugar, com um índice de 3,9 em 2017 em comparação ao município de Araguaçu do Tocantins, que no mesmo ano registrou o índice de 5,7 no IDEB. Quando se relaciona o IDEB de Guaraí de 2017 com o índice nacional, o município ocupa a posição 3817º lugar (IBGE, 2017; 2018).

No censo realizado em 2018, Guaraí contava com 60 docentes atuando no ensino infantil, 164 no ensino fundamental e 69 no ensino médio. Esse censo apontou ainda que no ano de 2018 esse município contava com 11 escolas especializadas no ensino infantil, 16 no ensino fundamental e 5 no ensino médio (IBGE, 2018).

3 MÉTODO

O presente trabalho é de cunho qualitativo e quantitativo, descritivo, documental e exploratório. Do ponto de vista da abordagem do problema, este estudo inicialmente realiza uma pesquisa qualitativa devido à necessidade de investigação bibliográfica e documental para embasar cientificamente a pesquisa de campo que envolve a pesquisa do trabalho. No entanto, considerando a necessidade de mensuração de alguns dados, em outro momento a pesquisa também terá abordagem quantitativa, em razão dos resultados encontrados pela pesquisa social.

Leal e Lima (2009) explicam que é comum que em pesquisas quantitativas utilizem-se de procedimentos qualitativos para analisar e realizar o tratamento dos dados encontrados durante a pesquisa de campo. Essa associação entre esses dois tipos de pesquisas é primordial, especialmente em trabalhos que exigem o desenvolvimento interdisciplinar e envolvem várias áreas do conhecimento. As pesquisas quantitativas são aquelas que consideram que, os resultados podem ser quantificados, ou seja, exemplificados por meio de números, as opiniões e informações coletadas para fins de classificação e análise dos resultados (SILVA, 2005).

Silva (2005) define ainda que a pesquisa quantitativa está intimamente relacionada aos fenômenos observados no mundo real e o sujeito, culminando, assim, em uma forte conexão entre a subjetividade do sujeito com a objetividade do mundo real, tornando impossível que esses resultados sejam apresentados de forma numérica. No entanto, a interpretação dos fatos, assim como os seus significados, são mecanismos básicos utilizados em pesquisas de cunho qualitativo e não há necessidade de utilizar técnicas metodológicas de apresentação dos resultados de forma estatística.

Com relação às pesquisas de cunho exploratório, Siqueira (2013) considera essa metodologia como um dos primeiros passos a serem desenvolvidos em qualquer tipo de pesquisa, principalmente, devido às suas características de flexibilização e expansão relativos à pesquisa bibliográfica, conferindo a este tipo de pesquisa as possibilidades de realizar entrevistas com pessoas pertencentes a áreas específicas, e que possam tornar possível a compreensão geral do tema abordado.

Devido à natureza apresentada pela pesquisa descritiva e diante dos seus objetivos, é possível representar uma definição expansiva de uma determinada população em questão e, até mesmo a compreensão de fenômenos específicos, mesmo que não objetive descrevê-los, mas podendo ser utilizados como base para explicá-los (VERGARA, 2010).

Desta forma, uma pesquisa científica não pode limitar-se somente às ferramentas determinadas para a coleta de dados, sendo necessário que esses dados possam ser tabulados, interpretados e evidenciados para justificar a importância da investigação proposta diante da necessidade de compreensão dos fenômenos envolvidos no objeto de estudo.

Essas abordagens foram instrumentos necessários para alcançar os objetivos predestinados para esta pesquisa, pois vários fatores que envolvem o desenvolvimento de um determinado local, inclusive aqueles que visam as Políticas Públicas para a inclusão social de deficientes físicos, podem estar contribuindo para o desenvolvimento do município de Guaraí, Tocantins.

Faz-se necessário, portanto, a participação ativa do pesquisador durante a coleta dos dados cabíveis, bem como na escolha dos mecanismos e instrumentos necessários para realizar a sua análise, de modo a expressar fidedignamente e sem intercessões pessoais os resultados encontrados, evitando assim, gerar prejuízos para a demonstração da relevância do estudo e sua contribuição científica e social.

3.1 Área de realização da pesquisa social

A presente pesquisa de campo foi desenvolvida no município de Guaraí, Estado do Tocantins. Esse Estado é considerado a mais nova Unidade Federativa do Brasil e foi reconhecido em 05 de outubro de 1988, completando em 2021 exatamente 33 anos de emancipação. O território tocantinense está situado na Região Norte do país, possuindo 139 municípios ao longo do seu mapa territorial (SEPLAN, 2012).

Esse Estado do Tocantins apresenta destaque principal para a produção de grãos, especialmente a cultura de soja, contribuindo fortemente com os aspectos agropecuários do Brasil e está classificado pelo Ministério da Agricultura como a

última fronteira agrícola a nível mundial, fazendo parte dos estados que atualmente compõe o MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) (SILVEIRA *et al.*, 2017).

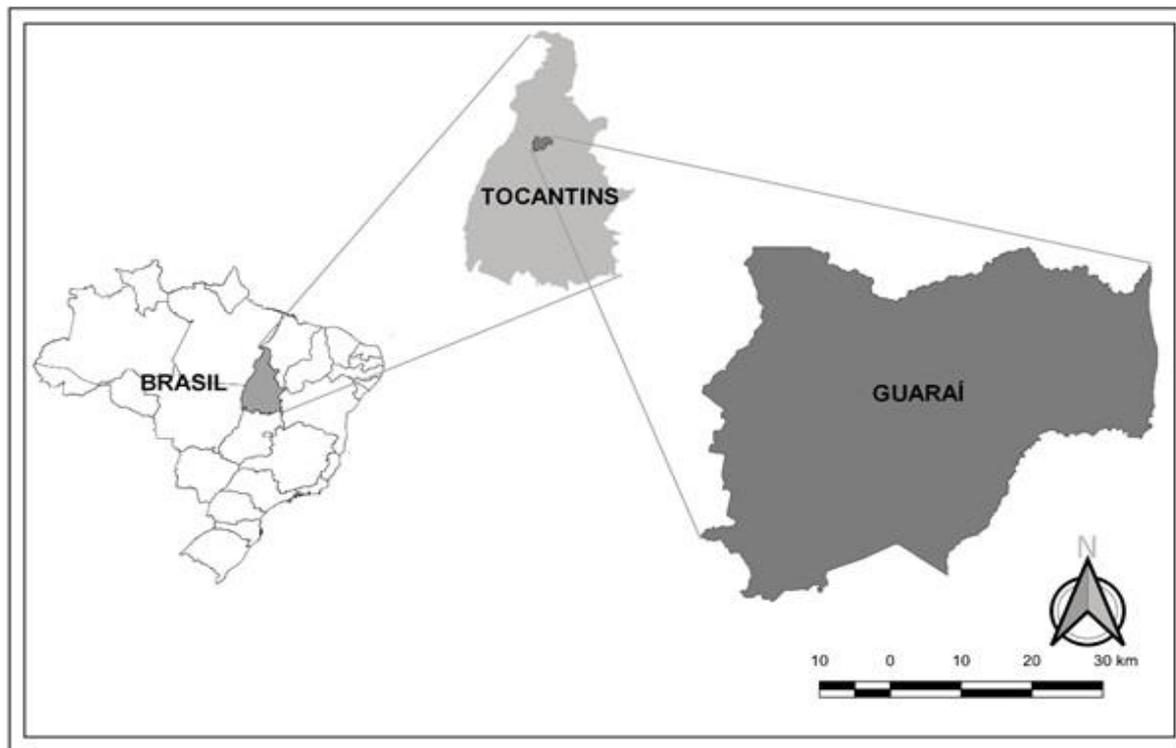
De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado, o Tocantins possui na maior parte do seu território um clima tropical com características sazonais compostas por duas estações bem definidas, um período de chuva e outro de seca. O período de chuva está distribuído entre os meses de novembro a abril e o período de seca de maio a outubro (SEPLAN, 2017).

Quanto ao município de Guaraí, esse está enquadrado na Mesorregião Ocidental do Tocantins, com destaque para a Microrregião de Miracema do Tocantins, fazendo parte da 6ª Região Administrativa do Estado. De acordo com dados do IBGE Guaraí possui uma população aproximada de 23.200 habitantes (dados do último censo em 2010) e, uma estimativa de 26.165 habitantes para o ano de 2020 e densidade demográfica de 10,23 h/km² (IBGE, 2017).

A população de Guaraí está subdividida em duas subpopulações (urbana e rural). Apesar de se tratar de um município localizado as margens de uma das maiores e mais movimentadas rodovias federais do Brasil e estar em constante desenvolvimento, este município ainda possuem populações rurais e comunidades tradicionais. De acordo com o último censo do IBGE destinado a quantificar a população rural e urbana de Guaraí, ocorreu ainda no ano de 2010, quando o município ainda apresentava uma população total de 23.200 habitantes, sendo que, deste total, 91,1% residiam na zona urbana do município e 8,9% na rural (IBGE, 2017; SEPLAN, 2017).

Com relação à localização geográfica de Guaraí, este encontra-se sob as coordenadas de 8°50'03" de latitude e 48°30'37" de longitude, posicionado ao noroeste do Estado, distante da Capital (Palmas), 172 km (SEPLAN, 2012; IBGE, 2017). O principal acesso ao município se dá por meio da rodovia federal, Belém Brasília (BR 153) que faz interconexão entre Belém do Pará e Brasília, Goiás (Figura 2).

Figura 2. Localização espacial do município de Guaraí, Estado do Tocantins – Brasil.



Fonte: IBGE, 2016. (Produzido no software Qgis).

Dessa forma, é visível que a economia do município está pautada basicamente na agricultura e na agropecuária, com predominância da agricultura familiar de subsistência e pequenas criações agropecuárias (SILVEIRA *et al.*, 2017). Ademais, a economia guaraiense também é intensificada pelo comércio local composto principalmente de mercados varejistas e pela venda de insumos, além de empresas educacionais de cunho privado e pela prestação de serviços (ACIAG-GUARAÍ, 2020).

3.2 População e amostra

A população amostral foi selecionada obedecendo os critérios impostos pelos objetivos da pesquisa, ou seja, “avaliar a influência das Políticas Públicas Educacionais para a inclusão social de deficientes físicos, especialmente no mercado de trabalho e seus reflexos no desenvolvimento local de Guaraí”.

A escolha do público participante da pesquisa foi mediada pelas características intrínsecas ao trabalho e que correspondem aos questionamentos

decorrentes da problemática apresentada. Dessa forma, a população amostral de Guaraí definida no presente trabalho consiste no conjunto de elementos necessários com determinadas características, as quais podem responder os questionamentos restritos a esta pesquisa. Nesse caso, a amostra é vista como cada unidade que compõe a população ou universo (RICHARDSON, 2012).

Para a estruturação da pesquisa foram aplicados questionários semiestruturados com perguntas objetivas fechadas, além de entrevistas com perguntas abertas. Esses questionários foram aplicados aos deficientes físicos com limitações motoras, aos gerentes, empresários e chefes imediatos de empresas trabalhistas públicas e privadas de Guaraí. A entrevista foi realizada com os responsáveis hierárquicos por elaborar e colocar em prática Políticas Públicas Educacionais destinadas à inclusão social de pessoas deficientes durante o processo de ensino-aprendizagem, com a finalidade de avaliar os reflexos destas Políticas para o desenvolvimento local de Guaraí.

Para ter acesso ao público de deficientes físicos, objeto desta pesquisa, foi necessário a elaboração e aplicação de um questionário contendo 50 (cinquenta) perguntas semiestruturadas e fechadas, objetivando a coleta de dados por meio de uma pesquisa social com abrangência específica para os deficientes físico-motores, os quais apresentam diferentes níveis de dificuldade de locomoção, a fim de triar sua participação no processo de desenvolvimento local de Guaraí-TO.

Considerando estas informações, a população amostral não contempla as deficiências intelectuais, como por exemplo, a paralisia cerebral e outras. Assim, o questionário foi aplicado às pessoas com deficiências físico-motoras de caráter congênitas ou adquiridas, e que são residentes do município (Quadro 1).

Quadro 1. Descrição da população amostral de pessoas deficientes participantes da presente pesquisa, residentes em Guaraí-TO.

POPULAÇÃO AMOSTRAL DE DEFICIENTES GUARAIENSES		
Tipo de deficiência	Breve descrição da deficiência	
DEFICIÊNCIA FÍSICA CONGÊNITA E ADQUIRIDA Macedo (2008)	Paraplegia	Paralisia total ou parcial da metade inferior do corpo, comprometendo as funções das pernas.
	Paraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.
	Monoplegia	Perda total das funções motoras de um só membro (podendo ser membro superior ou membro inferior).
	Monoparesia	Perda parcial das funções motoras de um só membro (podendo ser membro superior ou membro inferior).
	Tetraplegia	Paralisia total ou parcial do corpo, comprometendo as funções dos braços e pernas.
	Tetraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
	Triplegia	Perda total das funções motoras em três membros.
	Tri paresia	Perda parcial das funções motoras em três membros.
	Hemiplegia	Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).
	Hemiparesia	Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).
	Malformação Congênita	Anomalia física desde o nascimento.
	AVC (Acidente Vascular Cerebral) leve	Quando ocorre um derramamento de sangue no tecido cerebral devido a ruptura de um ou mais vasos sanguíneos, comprometendo a mobilidade.
	Amputação	Quando há falta total ou parcial de um ou mais membros do corpo.

Fonte: Macedo (2008).

Quanto ao número amostral (N) de pessoas deficientes físico-motoras que participaram da pesquisa, esse foi definido de acordo com a metodologia utilizada para a coleta de dados por meio da aplicação do questionário, sendo que o método mais indicado para este tipo de pesquisa é o *snowballsampling* (bola de neve), a qual é classificada como um tipo de amostragem não probabilística bastante utilizada em pesquisas sociais, tratando-se de um tipo de amostragem que utiliza cadeias de referência; uma espécie de rede que busca coletar o máximo de informações sobre os membros inseridos nessa rede (*complete network design*) (BALDIN; MUNHOZ, 2011; ALBUQUERQUE, 2009).

Nesse método de pesquisa, os participantes iniciais indicam outros participantes de acordo com as peculiaridades do estudo. Esses novos participantes, por sua vez, indicarão outros participantes e, essa técnica se repetirá até o momento em que o ponto de “saturação” da pesquisa for alcançado, o qual ocorre a partir do momento em que as respostas dos novos candidatos indicados passam a apresentar um padrão repetitivo a respostas anteriores e não agregam mais informações que sejam relevantes para a pesquisa (WHA, 1994).

Dessa forma, o quantitativo total de pessoas deficientes físicas motoras residentes em Guaraí – TO, de acordo com dados existentes no banco de informações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Guaraí, consiste atualmente em um total de 508 indivíduos (INSS-GUARAÍ, 2020). Seguindo as recomendações da metodologia *snowballsampling* para a coleta de dados, o número amostral (N) encontrado nesta população de deficientes deste município foi de 214 indivíduos, momento no qual atingiu-se o ponto de saturação da pesquisa mencionado anteriormente.

Esta pesquisa buscou também obter informações a respeito do índice de satisfação dos chefes imediatos das empresas públicas e privadas de Guaraí, quanto a qualidade dos serviços ofertados pelos deficientes físico-motores trabalhadores destas empresas. Para realizar este levantamento também foi elaborado e aplicado um questionário contendo 20 perguntas objetivas e semiestruturadas, com a finalidade de obter dados que possam ser comparados e possibilitem relacionar a participação dos deficientes físicos com o desenvolvimento de Guaraí.

Contudo, quanto à aplicação dos questionários para os chefes imediatos das empresas públicas e privadas, foram selecionadas somente aquelas que possuem o número mínimo de funcionários preconizados pela Lei nº 8.213 de 1991, também conhecida por Lei de Cotas Trabalhista. Essa Lei determina que empresas que possuem 100 (cem) ou mais funcionários devem destinar de 2% a 5% de seus cargos a pessoas deficientes. Portanto, existem 19 (duas) empresas privadas de Guaraí que se enquadram nesta definição contendo em torno de 100 (cem) funcionários, devendo destinar 2% de suas vagas a pessoas deficientes. No que diz respeito aos cargos públicos, 3 (sete) secretarias municipais lotam mais de 900 (novecentos) funcionários; nessas condições, o quantitativo de vagas destinadas aos deficientes é de 5%.

Com relação à efetividade das Políticas Públicas Educacionais aplicadas e destinadas para a inclusão de deficientes nas Escolas municipais e estaduais de Guaraí, foi realizada uma entrevista com os responsáveis hierárquicos da área educacional de Guaraí (Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Regional de Ensino). Dessa forma, essa entrevista continha 8 perguntas abertas visando identificar a existência dessas Políticas Públicas, quais são e como são aplicadas no município.

Portanto, essa entrevista foi realizada com a Diretora Regional de Ensino, responsável por elaborar e aplicar as Políticas Públicas Educacional na rede estadual de ensino e, como o Secretário Municipal de Educação, que responde por este ofício na rede municipal de educação de Guaraí – TO.

3.3 Instrumentos

O trabalho foi estruturado com a finalidade de atender as exigências dos objetivos propostos pela pesquisa, tanto de forma geral como específica. Portanto, foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (Figura 3).

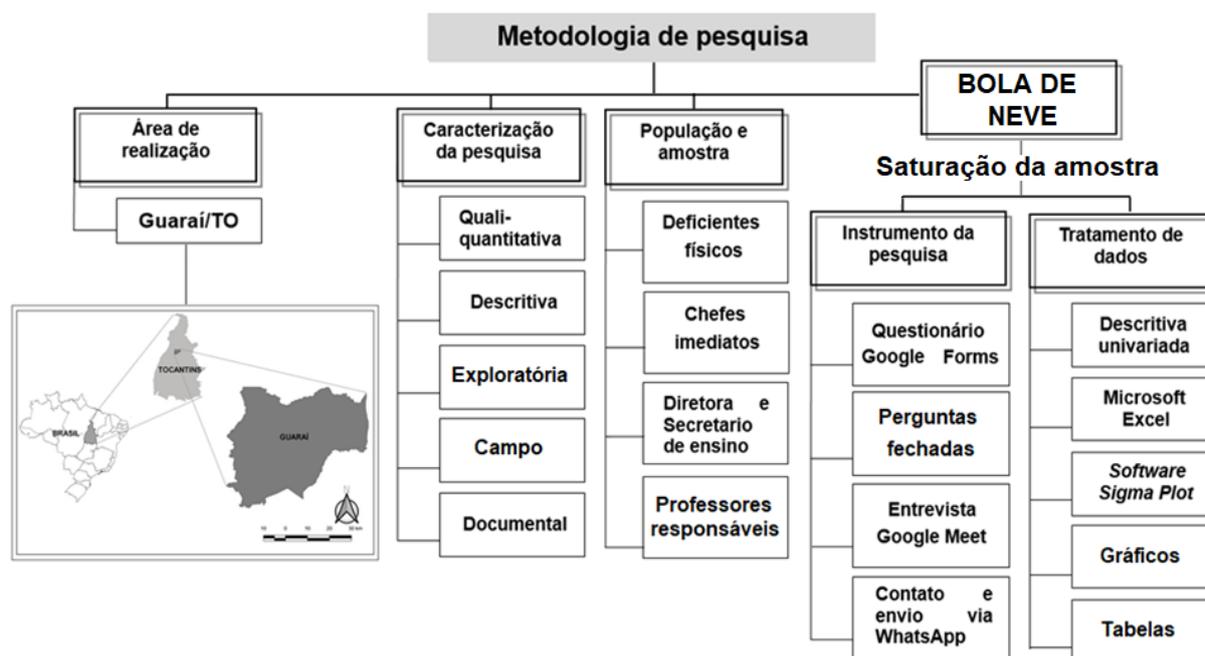


Figura 3.Percurso metodológico adotado na presente pesquisa.

Fonte:Elaborado pela autora.

A pesquisa bibliográfica/documental trata-se da modalidade de pesquisa mais comum e uma das mais importantes fontes de informação, sem a qual não seria possível conduzir a presente investigação. Assim, a pesquisa perpassou toda a investigação e foi utilizada, em especial, para abordar aspectos históricos definidos pela trajetória dos deficientes pela humanidade, assim como, pontos relevantes quanto ao município de Guaraí.

Além da estruturação cronológica da historiografia necessária para a compreensão da problemática do trabalho, também foi abordado a importância da inclusão dos deficientes físicos para o desenvolvimento regional de Guaraí, bem como as definições específicas da evolução da legislação brasileira sobre os direitos e deveres dos deficientes em território nacional e as definições de desenvolvimento territorial, regional e local.

Também foram abordados durante a pesquisa, aspectos voltados a definições de Políticas Públicas Educacionais e sua importância para o processo de inclusão de deficientes físicos motores, além do reconhecimento do processo ensino aprendizagem para o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos frente a necessidade de resolução de problemas da vida real.

Para tanto, como fonte bibliográfica e documental foram utilizados livros dos principais autores que discorrem sobre o assunto, dissertações de mestrado e teses de doutorado, bem como artigos científicos, documentos e outras informações disponíveis em plataformas de divulgação científica e em sites governamentais. Por tanto, as pesquisas foram realizadas em plataformas científicas com bases de dados especializadas, como: Google Acadêmico, LILACS, Scielo, Bireme, periódicos de revistas científicas, sites governamentais, repositórios universitários e entre outros.

Para a busca ativa dos arquivos necessários para realizar a fundamentação teórica do trabalho foram utilizadas as seguintes palavras-chave: desenvolvimento regional; desenvolvimento local; desenvolvimento territorial; desenvolvimento humano; desenvolvimento econômico; desenvolvimento sustentável; deficientes físicos; mercado de trabalho; inclusão social e índice de desenvolvimento.

Com relação à pesquisa documental, contemplou a discussão dos resultados encontrados no presente trabalho, como também apresenta números que reforçam a justificativa e os objetivos de realização deste. Dessa forma, a pesquisa documental foi realizada junto à Prefeitura Municipal de Guaraí, à ACIAG, ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Guaraí, em documentos oficiais acessíveis e públicos para obter o quantitativo de deficientes residentes em Guaraí, o quantitativo de órgãos e empresas empregadoras, a quantidade de deficientes inseridos no mercado de trabalho, assim como, os indicativos de desenvolvimento regional do município.

Desse modo, a pesquisa social foi realizada por meio de questionários e entrevistas elaborados e semiestruturados para atender os objetivos propostos no trabalho. Os questionários foram construídos considerando as recomendações de Godoy e Antonello (2009); Santo (2013), com adaptações necessárias para a presente pesquisa, com perguntas objetivas e fechadas. Já a entrevista contemplou perguntas subjetivas, abertas. De acordo com Flick (2009), a utilização de questões subjetivas em pesquisas sociais é de suma importância, pois capta opiniões e ações das pessoas inseridas em um determinado grupo social.

Neste contexto, os questionários foram elaborados com a seguinte conformação: foram formulados 2 (dois) questionários distintos e de acordo com o público respondente (deficientes e empresários chefes imediatos). As questões foram classificadas em: de ordem pessoal, com questionamentos que abordam perguntas

voltadas à identificação social do indivíduo, como: idade, sexo, profissão, escolaridade, tempo de atuação e outras, objetivando formular o perfil do respondente, respeitando o princípio da confidencialidade, na qual não consta espaço para a assinatura do nome do candidato no questionário.

Já o questionário aplicado aos deficientes físico-motes foi subdividido em 3 categorias específicas: perguntas de ordem pessoal, com a finalidade de obter o perfil geral da população de deficientes físicos de Guaraí. Perguntas destinadas a identificar o grau de instrução destes deficientes, assim como, as dificuldades associadas ao processo de escolarização, com a finalidade de montar o perfil de desenvolvimento humano desta população e, por fim, perguntas de ordem pessoal trabalhista, para avaliar o desenvolvimento econômico destas pessoas (APÊNDICE A).

Esses questionários contém questões com o objetivo de levantar dados que evidenciem a aplicação das Políticas Públicas Educacionais no processo de inclusão social dos deficientes e os seus reflexos para o desenvolvimento local de Guaraí, como: a existência e a especificação de quais são as Políticas Públicas Educacionais presentes nas escolas frequentadas pelo público participante da pesquisa, assim como a contribuição do ensino para a inclusão social e profissional dessas pessoas no mercado de trabalho e as principais dificuldades encontradas pelos professores, deficientes e empresários durante o processo de inclusão.

O questionário aplicado aos chefes imediatos estava subdividido em duas categorias: de ordem pessoal, para realizar o perfil dos chefes de Guaraí e, de satisfação quanto aos serviços prestados pelos deficientes físico-motores empregados nas diferentes empresas públicas e privadas do município, para identificar a eficiência das Políticas Públicas Educacionais no processo de inclusão destas pessoas (APÊNDICE B)

Posterior à elaboração do questionário, esse foi transferido para a ferramenta de elaboração de formulários on-line do pacote Google, conhecida como *Google Forms*. Essa ferramenta permite a elaboração de questões de múltipla escolha e discursiva de forma on-line. Ademais, anterior à aplicação dos questionários e à realização das entrevistas, o Projeto de Pesquisa deste trabalho foi submetido à apreciação do Conselho de Ética da Universidade de Taubaté (UNITAU), São Paulo, instituição ao qual conferiu sua aprovação e disponibilizou seu registro junto à

Universidade com o CEP 12020-040 anexo ao termo de consentimento livre e, esclarecimento durante a coleta de dados por meio dos questionários (ANEXO 1).

Após a aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Conselho de Ética, o questionário foi transferido para o formulário on-line *Google Forms*. Ao término da transferência, gerou-se o link de acesso remoto deste, o qual foi encaminhado ao receptor por meio da multiplataforma de comunicação *WhatsApp* ou e-mail pessoal, para que pudesse responder de forma on-line e realizar a devolutiva remotamente, sem interferência do aplicador e respeitando as normas de distanciamento social preconizadas pelo Ministério da Saúde para evitar a disseminação do *Sars-Covi-2* (COVID-19) durante a pandemia do novo coronavírus que circula no Brasil em 2020. O mesmo procedimento foi realizado com o termo de esclarecimento e livre consentimento.

Inicialmente, o pesquisador realizou contato primário com os primeiros protagonistas da pesquisa com a finalidade de convidá-los a participar dessa, lendo e assinando o termo de consentimento livre, e esclarecimento on-line enviada via *Forms*, que continha de forma clara as explicações dos objetivos do trabalho e a importância da participação destes indivíduos na pesquisa, seguindo as recomendações de Goldimet *al.* (2003). Após a leitura virtual do termo, o leitor aceitou participar dessa pesquisa inserindo o seu e-mail pessoal e no campo do questionário que faz a seguinte pergunta: “Diante da leitura, você aceita participar desta pesquisa?”, o participante opta por “sim” ou “não”. Para finalizar o envio do termo, os participantes indicaram o consentimento quanto à clareza nas informações do objetivo da pesquisa clicando em “sim, o termo deixa claro o motivo da minha participação”. Por fim, os participantes clicaram em enviar, encaminhando assim, suas respostas para o pesquisador. O mesmo processo foi realizado com o questionário destinado aos deficientes físicos e aos chefes imediatos.

De acordo com Matallo (2000) que explica a importância e o objetivo de se realizar pesquisa social utilizando-se de questionários, sendo que, essas são classificadas como “técnicas” e, objetivam coletar informações de ordem pessoal do participante, envolvendo questões como: conhecimento e opinião, assim como, crenças, sentimentos, anseios, expectativas e vivências.

Além do questionário, também foram elaboradas perguntas para a entrevista destinada para aos responsáveis hierárquicos da Diretora Regional de Ensino e a

Secretaria Municipal de Educação pela elaboração de Políticas Públicas Educacionais destinadas a inclusão social de deficientes físicos. Essas entrevistas têm como objetivo identificar quais são e como são aplicadas essas Políticas em Guaraí (APÊNDICE C).

Após a elaboração da entrevista, o pesquisador contactou os participantes da pesquisa via *WhatsApp* ou e-mail, esclarecendo os objetivos do trabalho e convidando essas pessoas a participarem da pesquisa, mediante a apresentação do termo de consentimento livre e esclarecimento para que esse fosse lido e enviado ao pesquisador, consentindo quanto à participação destes, no presente trabalho, e assim, realizando o agendamento da data e horário em que as entrevistas poderiam ocorrer de forma remota.

As entrevistas foram realizadas com o auxílio de ferramentas do pacote Google, tanto a versão *Hangouts*, quanto o *Google Meet*. Essas ferramentas permitem a criação de salas virtuais com possibilidades de inserir participantes simultâneos com lotação máxima de 250 (duzentos e cinquenta) indivíduos conectados à sala por meio de um endereço eletrônico gerado pela própria ferramenta, o qual foi copiado e encaminhado aos participantes do trabalho via *WhatsApp* ou e-mail. Essas entrevistas foram gravadas e tiveram seu texto transcrito para o presente trabalho, diante das respostas fornecidas individualmente por cada membro integrante da sala virtual e foram utilizadas como objeto de discussão relevante do trabalho.

3.4 Procedimentos para análise de dados

Todos os resultados encontrados pela aplicação dos questionários foram tabulados no programa *Microsoft Excel* do pacote *Office*. Após a tabulação foram montadas planilhas de organização desses dados para serem então submetidos a um *software* específico mediante cada análise necessária para a expressão dos resultados.

Para expressão dos resultados populacionais que demonstram a situação de cada indivíduo dentro da população de deficientes físicos de Guaraí utilizou-se das seguintes informações: sexo, faixa etária, nacionalidade, naturalidade, estado civil, quantidade de filhos, tipo, origem e intensidade da deficiência, principal forma de

locomoção e a existência de doenças crônicas concomitantes à deficiência. Esses resultados foram expressos por meio de quadros e tabelas com estatística descritiva *univariada* objetivando “organizar, classificar os dados para que deles se extraiam as respostas para os problemas propostos, que foram objeto da investigação” (ANDRADE, 2010) e, assim, formular o perfil dos deficientes de Guaraí.

Para isso, foi necessário seguir as recomendações de Reis (1996). Esse autor afirma que a estatística descritiva apresenta algumas fases necessárias para se obter um bom desempenho no processo de apresentação de seus resultados, como: recolher, analisar e realizar a correta interpretação dos números, utilizando-se ferramentas adequadas que abrangem desde a geração de gráficos, quadros, tabelas e indicadores numéricos.

Corroborando com as afirmações anteriores, Huot (2002) classifica esse tipo de estatística como uma diversidade de técnicas e normas que expressam corretamente os dados recolhidos de uma amostra e/ou uma população, de forma que evite a ocorrência de deturpações e perda de informações.

O restante dos resultados encontrados no presente trabalho foi expresso por meio de cálculos de variância populacional, por meio de médias, medianas, variância e desvio padrão de algumas características encontradas dentro da população que foi estudada para encontrar aspectos estimadores considerados predominantes dentro desta população de deficientes. Portanto, utilizou-se dos resultados encontrados no próprio formulário de aplicação dos questionários (*Forms*), sendo que, alguns destes dados foram tratados no *Software Excel*.

Dentre esses aspectos de dados tratados, pode ser citado a média etária da população de deficientes que atuam no mercado de trabalho de Guaraí, assim como, a média de deficientes em diferentes níveis de escolaridade, utilizando-se da seguinte equação:

$$x = \frac{\sum_{i=1}^n xi}{n}$$

Para a realização desse cálculo foi necessário somar todos os elementos da amostra e dividir pela quantidade de elementos existentes nessa mesma amostra. Portanto, o símbolo “ \sum ” significa somatória de todos os elementos xi . Nesse caso, foi somado todos os elementos até n . Posteriormente, dividiu-se a somatória pela quantidade de elementos existentes na amostra.

Após apresentar os resultados inerentes à média, eles foram submetidos à estimativa do desvio padrão (s) e do erro padrão (SE_x), para averiguar a confiabilidade da média. Portanto, para chegar a esse resultado foram utilizadas as seguintes equações:

Equação aplicada a análise do erro padrão:

$$SE_x = \frac{S}{\sqrt{n}}$$

Equação aplicada ao desvio-padrão:

$$s = \sqrt{\frac{1}{n-1} \sum (x_i - \bar{x})^2}$$

Após realizar o cálculo da média, alguns elementos também foram submetidos ao cálculo de dispersão dos valores dentro da população por meio da variância, com o objetivo de verificar se os números se dispersam de forma homogênea ou heterogênea por entre os membros que compõe a amostra trabalhada.

As informações levantadas para este tipo de cálculo são fundamentais para verificar, por exemplo, se a renda mensal da população pesquisada está distribuída de forma parecida ou se está mais concentrada em determinados pontos. Para se realizar este cálculo foi necessário utilizar a seguinte equação.

$$\sigma^2 = \frac{\sum_{i=1}^N (x_i - \mu)^2}{N}$$

Essa equação se aplica da seguinte forma: σ^2 indica que a fórmula se aplica ao cálculo da variância, que pede a somatória (\sum) de cada elemento subtraído da média populacional ao quadrado $(x_i - \mu)^2$, em que x_i é a somatória de todos os elementos menos a média encontrada μ , dividido pelo número de elementos N .

Todos esses resultados foram plotados em tabelas construídas no *software Microsoft Excel* do *pacote office*. Posteriormente, algumas dessas tabelas foram rodadas em outro *software (Sigma Plot)* para a organização das análises em forma de gráficos. Alguns desses resultados também foram expressos em tabelas, quadros

e figuras construídas no próprio *Microsoft Word* para os dados qualitativos do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Resultado da aplicação dos questionários para os deficientes físicos motores de Guaraí

Segue os resultados encontrados no presente trabalho com dados adquirido por meio da aplicação do questionário aos deficientes físico-motores de Guaraí, utilizado como objeto de pesquisa para o levantamento de dados estatísticos destinados a avaliar a aplicação das Políticas Públicas Educacionais de inclusão social de deficientes físicos e sua contribuição para o desenvolvimento de Guaraí/TO.

De acordo com informações levantadas na base de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Guaraí em 2020, o município conta com uma população aproximada de 508 pessoas deficientes físico-motores. Seguindo a metodologia proposta pelo presente trabalho para a aplicação dos questionários a esta população, a pesquisa contou com o número amostral 214 pessoas representativas da população total de deficientes físico-motores do município (Tabela 2), momento ao qual a aplicação dos questionários atingiu o ponto de saturação.

Esse número amostral foi marcado pelo momento em que ocorreu o processo de saturação da amostra, no qual as respostas dos participantes passaram a apresentar o mesmo padrão, não agregando mais respostas que pudessem contribuir para a discussão do trabalho.

Tabela 1. Perfil por gênero e faixa etária dos deficientes físicos participantes da pesquisa.

PERFIL POR GÊNERO/FAIXA ETÁRIA DOS DEFICIENTES FÍSICOS												
GÊNERO			FAIXA ETÁRIA									
Fem.	Mas.	Out.	- de 15	15 a 20	21 a 26	27 a 32	33 a 38	39 a 44	45 a 50	51 a 56	57 a 62	+ de 62
128	84	2	27	64	55	29	16	10	7	1	2	3
TOTAL			214									

*Fem. = Feminino; *Mas. = Masculino; *Out. = Outro tipo de sexo declarado e não apresentado pelo questionário.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nos resultados da Tabela 1, o perfil individual relacionado ao gênero dos deficientes físicos do município de Guaraí demonstra que, a maioria dos participantes são mulheres, com um total de 128 indivíduos do gênero feminino, sendo uma média representativa de 59,8% do público-alvo da pesquisa. Contudo, foi registrada a participação de 84 homens (39,3%) e de 2 indivíduos que declararam fazer parte de um gênero indefinido, representando 0,9% da população amostral.

Esses resultados estão de acordo com aqueles encontrados por Soares e Junior (2020) em uma revisão documental realizada junto ao Recursos Humanos do município de Guaraí-TO para identificar a quantidade de deficientes físicos com matrícula ativa nas diferentes secretarias municipais de Guaraí. De acordo com os resultados encontrados nesse trabalho, a maioria das pessoas deficientes trabalhadoras das Secretarias municipais são do gênero feminino.

Com relação à faixa etária desses participantes, a maioria das pessoas deficientes encontram-se com idade entre 15 e 20 anos e, de 21 a 26, respectivamente. Portanto, dos 214 deficientes que responderam ao questionário, 64 deles encontram-se com idade entre 15 e 20 e, 55 estão entre 21 e 26 anos, representando assim, 29,9% e 25,7%, respectivamente, da amostra total. Posteriormente, estão os deficientes com idade entre 27 e 32 anos, na qual foi registrada a participação de 29 indivíduos nessa faixa etária (13,6%) e, aqueles que possuem menos de 15 anos, correspondem a 27 deficientes, com uma média representativa de 12,6%.

Também foi registrada a participação de 16 deficientes com idade entre 33 e 38 anos, representando 7,5% da população. A representação para a faixa etária de 39 a 44 anos conta com 10 participantes (4,7%), assim como pessoas com idade acima de 44 (45 a 50 anos), com a participação de 7 pessoas que representam 3,3% da amostra total. O restante da amostra inclui pessoas acima de 50 anos, sendo que foi encontrado 1 de 51 a 56 (0,45%); 2 com faixa etária de 57 a 62 (0,9%) e, 3 acima de 62 anos (1,35%).

Em um trabalho apresentado por Souza e Kamimura (2010), a maioria dos deficientes físicos monitorados por estes autores apresentavam idade entre 31 e 50 anos, com uma média representativa de 57,14% das pessoas citadas neste estudo. Porém, 42,86% estavam inseridos de 19 a 30 anos, apresentando resultados um pouco divergentes daqueles encontrados na presente pesquisa.

Ainda com a finalidade de traçar o perfil dos deficientes físicos de Guaraí, o questionário buscou informações a respeito da naturalidade e nacionalidade destas pessoas (Quadro 2). De acordo com os resultados, os 214 participantes (100% da amostra) declararam ter nacionalidade brasileira. Já com relação à naturalidade, a maioria são naturais de Guaraí-TO (128 indivíduos).

Quadro 2. Naturalidade e nacionalidade dos deficientes físicos de Guaraí.

Interno ao Tocantins				Externo ao Tocantins	
Município-TO	Qu.	Município-TO	Qu.	Estado	Qu.
Abreulândia	1	Guaraí	130	Brasília	2
Ananás	3	Itacajá	1	Maranhão	11
Alto Lindo	1	Itaguatins	1	Paraná	3
Aragominas	1	Miracema	2	Pará	2
Araguaína	4	Palmas	5	São Paulo	1
Araguatins	5	Paraíso	1		
Augustinópolis	1	Pedro Afonso	6		
Barrolândia	2	Ponte Alta	1		
Brasilândia	3	Pres. Kennedy	2		
Colinas	7	Santa Maria	2		
Colmeia	10	Fort. do Tabocão	3		
Couto Magalhães	1	Tupiratins	2		
Nacionalidade brasileira					214

*Qu. = Quantidade

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os resultados preliminares da pesquisa, é possível verificar que, a maioria dos representantes da população amostral são naturais de Guaraí e região, com um número elevado de pessoas que nasceram nos municípios circunvizinhos à Guaraí. Portanto, o município vizinho que mais contribui com a população de deficientes físicos residentes em Guaraí é Colméia (10 pessoas), acompanhado de Colinas (7), Pedro Afonso (6), Tupiratins (2) e Fortaleza do Tabocão(3), totalizando 28 pessoas naturais das localidades adjacentes a Guaraí.

Essa pesquisa demonstra que existem deficientes físicos que residem atualmente em Guaraí e que possuem naturalidade de várias localidades do Estado do Tocantins com abrangência desde a região do Bico do Papagaio, como, por exemplo, o município de Araguatins, com o registro de 5 pessoas deficientes

naturalizadas, até a região do Jalapão, com destaque para o município de Ponte Alta do Tocantins (1 indivíduo).

Por outro lado, a população de deficientes de Guaraí também sofre influência da naturalização de pessoas advindas de outros estados do território brasileiro, como é o caso do Maranhão (11 deficientes), Paraná (3), Brasília (2), Pará (2) e São Paulo (1), totalizando 16 deficientes físicos de outras localidades externas ao Tocantins.

Além do levantamento de informações sobre a contribuição da naturalidade para a composição da população de deficientes físicos de Guaraí, também foram levantados dados a respeito da vida conjugal e da formação familiar dessas pessoas, com a finalidade de relacionar as realizações emocionais afetivas com a efetividade do processo de inclusão socioeducacional(Tabela 3).

Tabela 2. Relação entre o estado civil e a formação familiar dos deficientes físicos de Guaraí.

ESTADO CIVIL					QUANTIDADE DE FILHOS						
S.	C.	U. E.	D.	V.	0	1	2	3	4	5	+ de 6
141	47	22	1	3	129	14	27	17	17	7	3
Total de indivíduos com filhos biológicos											85
Total de indivíduos responsáveis por seus filhos biológicos											82

*S. = Solteiro(a); *C. = Casado(a); *U.E. = União Estável; *D = Divorciado(a); *V. = Viúvo(a)

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários é possível observar que, a maioria dos deficientes físicos motores de Guaraí são solteiros, pois, dos 214 indivíduos que participaram da pesquisa, 141 (65,9%) declararam não possuir uma relação afetiva fixa.

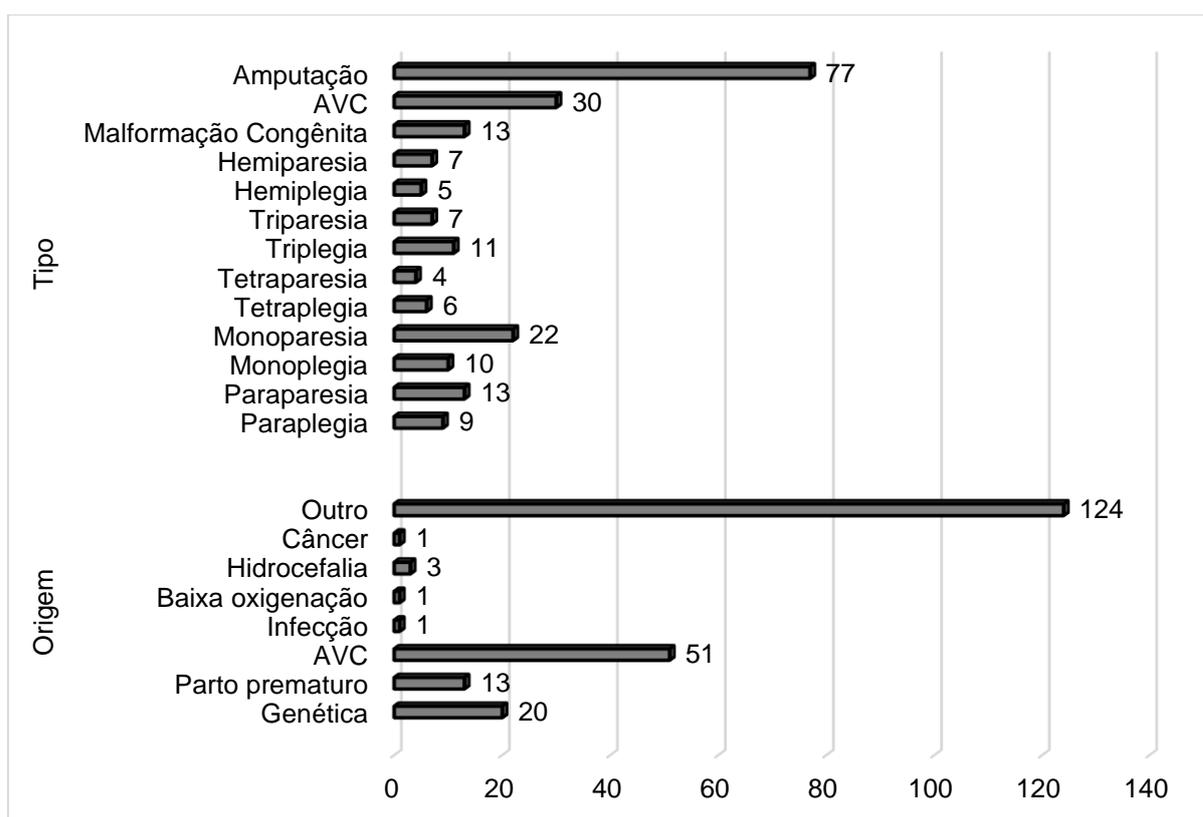
Esses resultados podem ter relação com a faixa etária dos participantes, pois a maioria desses deficientes possuem idade que varia de menos 15 até 26 anos, com um total de 146 pessoas inclusas nesse perfil etário. Esses números também estão de acordo com a formação familiar dessas pessoas, pois 129 (60,3%) pessoas não têm filhos biológicos, enquanto 85 (39,7%)declararam que sim.Porém, do total de deficientes que declararam ter filhos biológicos, somente 82 afirmaram ser os responsáveis legais por seus filhos.

Segundo informações da Tabela 3, 47indivíduos, que representam 22% da média amostral desse estudo, declararam ser casados(as) e 22 (10,3%) possuem

uma união estável na atualidade. Também foi registrado que 1 indivíduo está separado e 3 viúvos, representando 0,5% da população respectivamente.

Com a finalidade de realizar um levantamento dos principais tipos e origem das deficiências físicas motoras que afetam a população de deficientes de Guaraí, o questionário buscou essas informações. De forma geral, é possível observar que, a maioria das deficiências físicas que afetam essa população são de origem “adquirida”, pois quando questionados sobre a origem de sua deficiência, 124 dos 214 indivíduos que responderam ao questionário deixaram claro que, trata-se de uma deficiência não relacionada a fatores genéticos, representando assim, 57,9% da população de deficientes de Guaraí (Figura 3).

Figura 3. Gráfico da quantificação em números reais da origem e dos principais tipos de deficiências físicas acometem a população de Guaraí.



*Outro = Outra origem da deficiência diferente daquelas mencionadas pelo questionário.

Fonte: Elaborado pela autora.

Esses resultados demonstram ainda que, 77 dos 124 indivíduos que afirmaram que a origem de sua deficiência está relacionada a fatores adquiridos, afirmaram também que ocorreram por meio de eventos de amputação, perdendo

parte de algum membro que possibilita a mobilidade do indivíduo. O restante da população afirmou que sua deficiência está relacionada a condições de origem não adquiridos, sendo que 20 dessas pessoas afirmaram se tratar de uma deficiência genética degenerativa da estrutura óssea que evoluiu no decorrer do tempo. Dentro dessa perspectiva, 51 indivíduos afirmaram ainda que, sua deficiência foi originada por um acidente vascular cerebral (AVC) de origem genética que afetou a mobilidade em um dos hemisférios do cérebro.

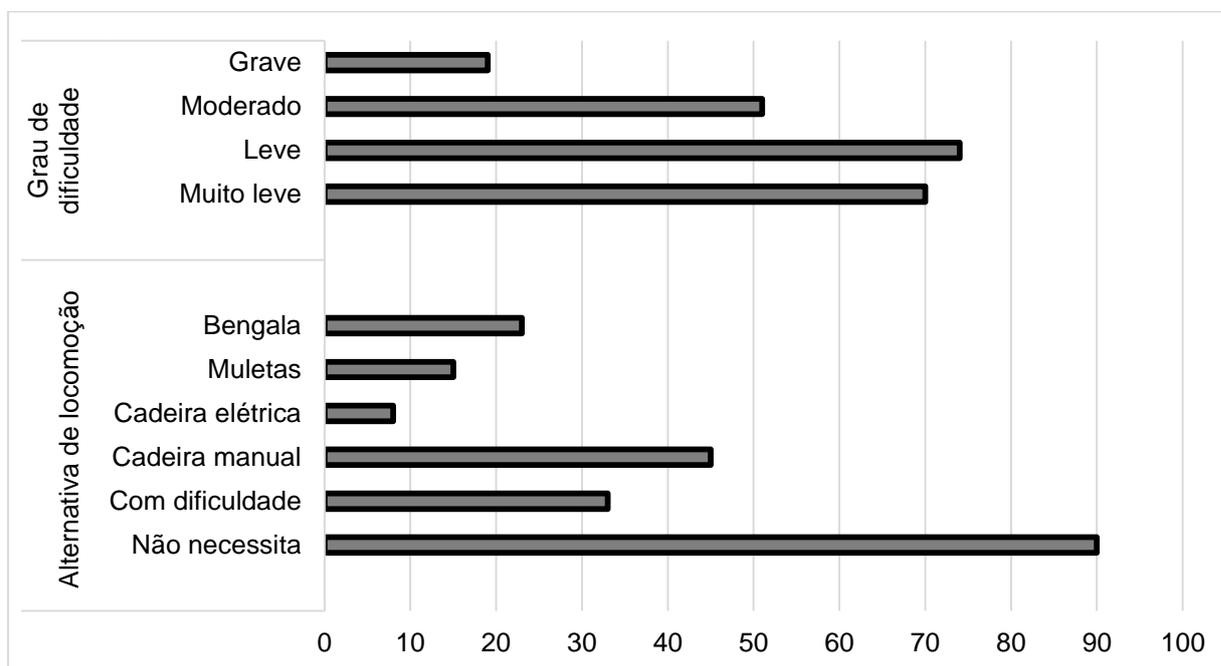
O grupo outro representou um número expressivo (124) uma vez que no formulário não apresentava a categoria em que não se encaixava, porém não foi especificado nas respostas.

Com relação ao tipo de deficiência física além dos amputados, também foram encontrados os deficientes físicos decorrentes de um AVC adquirido devido aos processos ligados aos hábitos alimentares e sedentarismo com 50% da perda dos movimentos (30 pessoas) em um hemisfério do corpo, além de 9 casos de Paraplegia, 13 de Paraparesia, Monoplegia (10), Monoparesia (22), Tetraplegia (6), Tetraparesia (4), Triplegia (11), Triparesia (7), Hemiplegia (5) e Hemiparesia (7).

Outro número significativo encontrado nessa pesquisa foi a quantidade de deficientes afetados por um parto prematuro (13 pessoas) e por eventos de hidrocefalia (3). Também foi registrado a participação de deficientes que adquiriram por meio de câncer cerebral (1 pessoa), por baixa oxigenação durante o parto (1) e por infecções bacterianas (1).

O questionário aplicado aos deficientes também buscou informações a respeito do grau de limitação física em que esses deficientes se encontram atualmente e a necessidade de utilizarem utensílios ou equipamentos que auxiliem a sua mobilidade (Figura 4). De forma geral, é possível observar que a maioria dos deficientes possuem limitações que variam de muito leve a leve. Quando se relaciona o grau de dificuldade de locomoção com a necessidade de utilizar equipamento e utensílios que auxiliem a mobilidade, a maioria dos deficientes físicos motores não necessitam de nenhum auxílio mecânico para se locomover.

Figura 4. Gráfico que demonstra a relação entre o grau de dificuldade e a necessidade de utilizar utensílios e equipamentos auxiliares para a locomoção.



Fonte: Elaborado pela autora.

Desta forma, quando descrito em números reais, 70 deficientes físicos declararam que consideram a sua deficiência classificada em um grau “muito leve”, com uma média representativa de 32,7% dos deficientes e 74 (34,6%) considera “leve”. Quando esses resultados são comparados à necessidade de utilização de auxílio físico para a locomoção, 90 deficientes declararam que não se locomovem com dificuldades e não necessitam de auxílio para a sua locomoção natural, o que equivale a 42,1% da amostra estudada, sendo que, 33 (15,5%) pessoas afirmaram que se locomovem com dificuldades, mas não necessitam de auxílio físico para sua mobilidade natural.

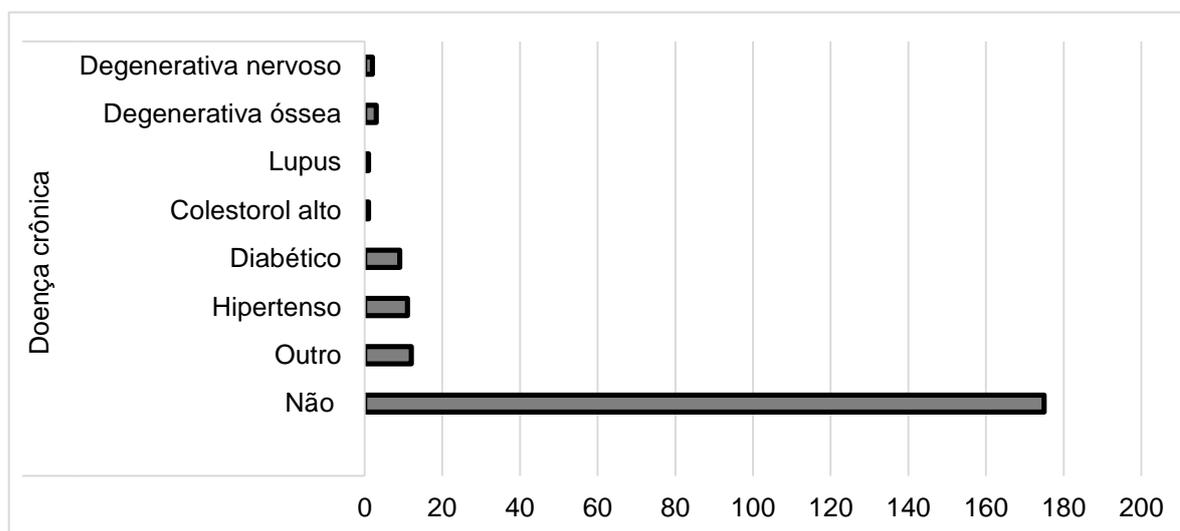
No entanto, dos 214 participantes, 51 declararam que o grau de dificuldade em locomoção é “moderado” e, 19 afirmaram que a sua dificuldade em se locomover naturalmente é “grave”, representando 23,8% e 8,9% respectivamente. Ao relacionar esses resultados à necessidade de auxílio físico que permita a mobilidade dessas pessoas, 45 utilizam cadeiras de rodas manual (21%), 8 fazem uso da cadeira de rodas elétrica (3,7%), 15 utilizam muletas (7%) e 23 fazem uso de bengala (10,7%). Diante desses resultados, é possível observar que a maioria dos deficientes físicos abordados por essa pesquisa não possuem dificuldades graves de locomoção e que

na maioria dos casos não necessitam de auxílio para sua mobilidade, podendo executar algumas atividades normais do cotidiano.

Conforme Brasileiro et al., (2009), a partir da limitação do deficiente e seu desempenho nas atividades é possível classificá-lo, seguindo o modelo aprovado pela Organização Mundial de Saúde por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), analisada por um formulário com diferentes valores, tendo como base os itens 0, 1, 2, 3, e 4, onde 0 significava nenhuma deficiência, 1 deficiência muito leve e leve (5-24%), 2 moderada leve ou moderada (25-49%), 3 grave (50-95%) e, 4 deficiência completa (96-100%).

O instrumento de pesquisa do presente trabalho possibilitou o levantamento da existência de outras doenças concomitantes à deficiência física dessas pessoas que poderiam futuramente agravar o estado de saúde das mesmas e, assim interferir no seu desempenho como cidadão. O resultado demonstra que a maior parte da população não possui nenhuma doença crônica diagnosticada, sendo que do total de 214 deficientes, 175 afirmaram não ter nenhuma doença que possa complicar o seu estado de saúde, representando 81,8% da população amostral (Figura 5).

Figura 5. Existência de doenças crônicas em deficientes físicos de Guaraí – TO.



*Outro = Outro tipo de doença diferente daquelas mencionadas pelo questionário.

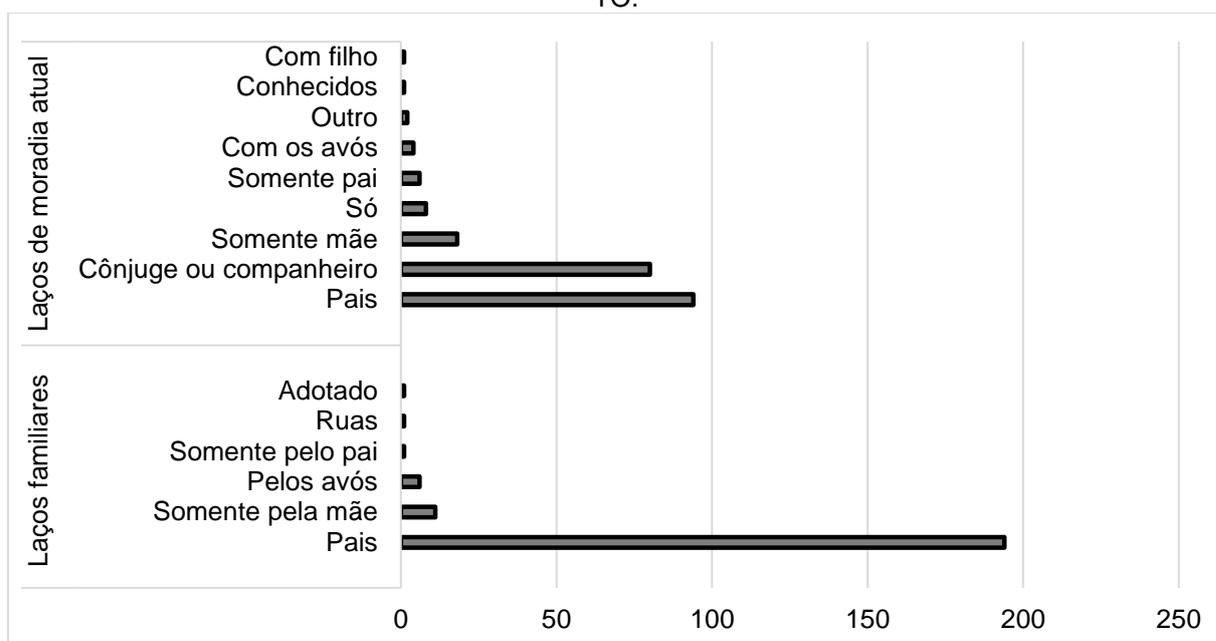
Fonte: Elaborado pela autora.

Ademais, 39 indivíduos afirmaram que foram diagnosticados com alguma doença crônica, sendo que, deste total, 11 afirmaram ser hipertensos (5,1%), 9 são diabéticos (4,2%), 1 possui colesterol alto (0,5%) 3 afirmaram ser portadores de doenças degenerativas do sistema ósseo (1,4%), 2 com doença degenerativa do

sistema nervoso (0,9%), 1 com lúpus (0,5%) e 12 disseram ter outro tipo de doença crônica não abordada pelo questionário (5,6%). Essas pessoas podem representar o quadro de deficientes físicos que podem ter sua saúde comprometida no futuro.

Além das condições relacionadas à saúde dos participantes, essa pesquisa abordou também suas relações familiares objetivando abordar o grau de inclusão familiar dessas pessoas. A primeira pergunta relacionada a este tema questiona o respondente do questionário sobre os laços familiares aos quais essas pessoas cresceram e se desenvolveram (Figura 6). A maioria dos deficientes afirmaram que foram criados e educados por ambos os parentais, sendo que, dos 214 participantes 194, ou seja, 90,7% se encaixaram com esse perfil de inclusão familiar.

Figura 6. Gráfico que demonstra a relação familiar da população de deficientes físicos de Guaraí – TO.



*Outro = Outro tipo de laços de moradia diferente daquelas mencionadas pelo questionário.

Fonte: Elaborado pela autora.

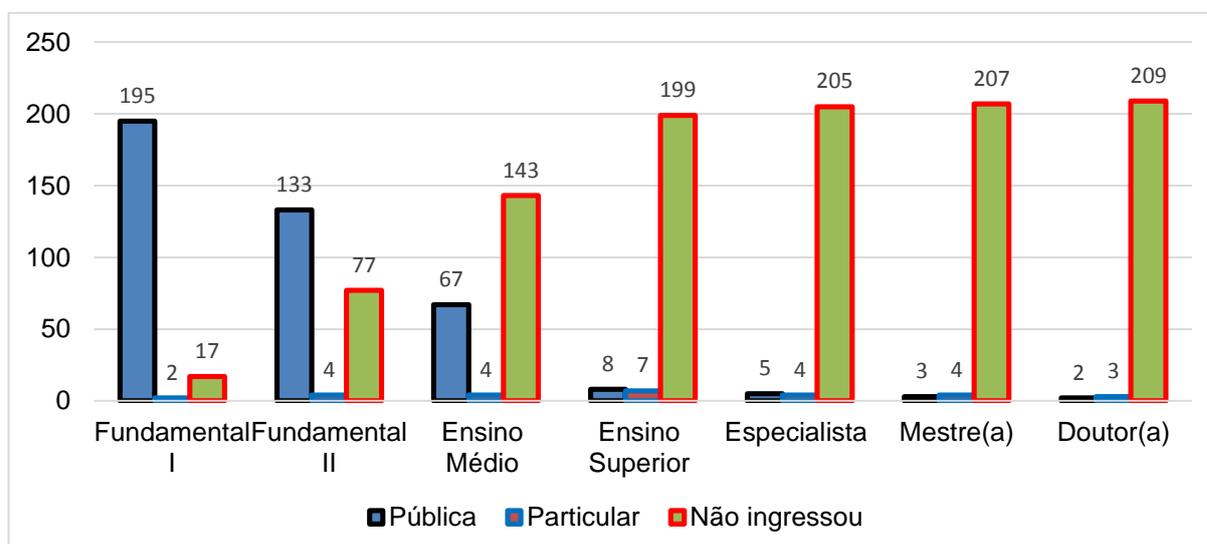
No entanto, algumas dessas pessoas foram criadas somente por um de seus parentais. Diante dessa afirmação, foi registrada a participação de 11 deficientes que foram criados e educados somente por sua mãe, com um média representativa de 5,1% da amostra e apenas 1 (0,5%) foi criado e educado somente pelo pai. Também foram registradas respostas de 6 pessoas que foram criadas e educadas por seus avós (2,8%), 1 que foi educado nas ruas (0,5%) e 1 que afirmou ser adotado (0,5%).

Quando são comparadas as respostas de inclusão familiar com a atual companhia de residência destes deficientes, a maioria afirma que atualmente moram com seus pais, sendo 93 pessoas que se encaixaram nesse perfil, com uma média representativa de 43,7% da população. No entanto, também foram registrados números elevados de pessoas que afirmaram que atualmente moram com o seu cônjuge ou companheiro(a), sendo 80 indivíduos que fizeram essa afirmação, ou seja, 37,6%. Nesta contabilização, 18 deficientes residem atualmente com sua mãe (8,5%), 4 (1,9%) com os avós e 1 (0,5%) com filhos. Alguns deficientes moram atualmente com pessoas sem laços consanguíneos, como é o caso de 8 pessoas que moram sozinhas, ou seja, 3,8% da população, 1 com conhecimentos (0,5%) e 2 (0,9%) que se encaixam em um perfil não abordado pelo questionário.

Além de buscar informações sobre o perfil pessoal dos deficientes físicos de Guará, o presente trabalho buscou também dados que possam discutir panorama do grau de escolaridade dessas pessoas. De acordo com os resultados obtidos, é possível verificar que a maioria dos deficientes físicos motores de Guará estudaram integralmente em instituições de ensino públicas, com uma quantidade irrisória de alunos que frequentaram o ensino particular (Figura 7).

Outro fator relevante é que, a maioria dos deficientes concluíram o seu grau de escolarização no mesmo município de residência, no qual 122 (56,8%) afirmaram ter estudado somente em Guará e, 92 em outras localidades, representando 43,2% da população.

Figura 7. Panorama do grau de escolaridade da população de deficientes físicos de Guará – TO.



Fonte: Elaborado pela autora.

É possível observar também que, conforme o gráfico sobe em nível de escolaridade, cai a quantidade de alunos matriculados dentro de cada grau de instrução. De acordo com a Figura 6, 195 deficientes ingressaram o ensino fundamental I integralmente em escolas públicas de ensino, sendo que esse número representa 91,1% da amostra total. Nesse mesmo grau de escolaridade somente 2 (0,9%) deficientes cursaram o ensino fundamental I integralmente em escolas particulares e 15 não chegaram a esse grau de escolaridade, um número que representa 7% da população de deficientes físicos de Guaraí.

No ensino fundamental II, o número de pessoas deficientes que deixam de frequentar a escola é 5 vezes maior do que aqueles observados no primeiro segmento. Dessa forma, nesse grau de escolaridade 133 pessoas ingressaram integralmente em escolas públicas, representando 62,1% da população; 4 indivíduos cursaram em escolas particulares e 77 não ingressam no segundo segmento do ensino fundamental, com uma média representativa de 36% da amostra estudada no presente trabalho.

O trabalho realizado por Pimentel et al. (2017) demonstra o panorama da educação inclusiva de pessoas deficientes em algumas localidades da zona rural do Estado do Tocantins. Dentre os resultados apresentados pelo autor, foram encontradas 3.547 matrículas de pessoas deficientes no ensino fundamental no Estado Tocantinense, distribuídas em escolas de assentamentos, comunidades remanescentes de quilombos, territórios indígenas, comunidades rurais e família-agrícola. Deste total, 225 alunos possuíam deficiência física, que apresentavam bastante dificuldade de locomoção.

Já os resultados encontrados no trabalho realizado por Pimentel *et al.* (2017) foram encontrados por meio de uma revisão documental um total de 67 alunos deficientes matrículas em escolas de Ensino Fundamental regular do município de Paraíso do Tocantins.

No ensino médio, as linhas entre alunos que frequentaram esse grau de instrução cruzam em sentidos opostos com os alunos que nunca chegaram a ingressar no ensino médio, demonstrando que o número de alunos deficientes que concluíram este grau de instrução é significativamente menor do que aqueles que abandonaram os estudos. Nesse sentido, somente 67 (31,3%) deficientes

concluíram o ensino médio integralmente em escolas públicas; 4 em particulares e 143 não chegaram a ingressar nesse grau de escolaridade, representando 66,8% da população.

A realidade do perfil de escolaridade dos deficientes físicos de Guaraí continua apresentando uma abrupta queda em relação ao nível de escolaridade, pois a maioria dessas pessoas que concluíram o ensino médio não ingressaram no ensino superior. Dessa forma, do total amostral de 214 deficientes, somente 15 cursaram o ensino superior, sendo que, desse total, 8 concluíram em instituições públicas e 7 em particular. No entanto, 199 pessoas, o que representa 93% do total amostral, não possuem ensino superior.

Os números também apresentam queda no que se refere à pós-graduação, como por exemplo, a especialização, pois dos 15 deficientes que concluíram o ensino superior somente 9 (4,2%) se especializaram em alguma área de conhecimento, sendo que, 5 frequentaram instituições públicas e 4 particulares. No mestrado, estes números apresentam o mesmo comportamento, em que somente 7 (3,3%) deficientes cursaram o mestrado, sendo 3 em instituições públicas e 4 em particulares. Quanto ao doutorado, 5 (2,3%) deficientes físicos da amostra coletada em Guaraí são doutores, com 2 que concluíram o doutoramento em instituições públicas e 3 em particulares.

Um trabalho realizado por Soares e Junior (2020), em que buscou avaliar os cargos e o grau de instrução de servidores lotados nas várias secretarias do município de Guaraí-TO, foi encontrado um número elevado de trabalhadores deficientes de Guaraí-TO, no qual 35,7% da amostra do trabalho desempenhavam funções nos vários setores da Prefeitura municipal, porém, não possuíam ensino superior. Enquanto 64,3% destas pessoas atuavam com formação superior, especialmente em cursos de licenciatura, como pedagogia e letras.

Outro trabalho realiza por Souza e Kamimura (2010), que discutem o grau de escolaridade de pessoas deficientes físicas-motoras que pleiteavam vagas de trabalho no balcão de empregos da APARU em Uberlândia – Minas Gerais, foi constatado que, nenhum dos entrevistados possuíam ensino superior. No entanto, 57,14% destas pessoas possuíam ensino médio completo e 42,86% só tinham o ensino fundamental.

Nesta perspectiva, também é possível discutir as condições de inclusão social, educacional e de empregabilidade que podem ser destinadas aos deficientes residente no município de Guaraí – Tocantins, pois, de acordo com o censo do IBGE de 2017, o município conta com 11 unidades educacionais de ensino infantil, 16 de ensino fundamental e 5 de ensino médio (IBGE, 2018), com vagas suficientes que atendam a demanda da comunidade de deficientes do município, que em 2010 foram registradas 1.335 pessoas (IBGE, 2017).

O presente estudo buscou compreender também o tipo de formação estudantil que essas pessoas tiveram acesso ao longo da escolaridade (Tabela 3). De acordo com os dados encontrados na Tabela 3, a maioria dos deficientes físicos de Guaraí, passaram pelo tipo de formação regular, matriculados em escolas que não possuíam adaptações e nem profissionais habilitados a atenderem o seu tipo específico de deficiência.

Tabela 3. Demonstração dos resultados encontrados quanto ao tipo de ensino cursado por deficientes físicos, tempo de conclusão e período de matrícula.

TIPO DE ENSINO/TEMPO DE CONCLUSÃO/PERÍODO DE ESCOLARIDADE					
TIP. DE ENS.		TEM. DE CON.		PER.	
Tipo	Qua.	Tempo	Qua.	Período	Qua.
Ens. Regular	184	5 a 8	104	Diurno	175
Ens. Regular e Especial	11	9 a 11	69	Noturno	24
Ens. Especial	6	12 a 15	17	Not. EJA	10
Não lembro	5	16 a 18	11	ENCCEJA	5
Outro	8	19 a 21	2		
		22 a 25	4		
		26 a 29	2		
		30 a 35	3		
		+ de 36	2		
TOTAL			214		

*TIP. DE. ENSI =Tipo de Ensino; *TEMP. DE CON. = Tempo de Conclusão; *PER. = Período; *Qua. = Quantidade; *Outro = *Outro = Outro tipo de ensino diferente daquelas mencionadas pelo questionário.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante desses resultados, 184 deficientes declararam que estudaram em instituições de ensino regular, o que corresponde a 86% da amostra. No entanto, 11 pessoas afirmaram ter cursado o ensino especial concomitante ao ensino regular,

representando apenas 5,1% da população e 6 (2,8%) pessoas cursaram somente o ensino especial que busca atender as necessidades de locomoção dessas pessoas. Por outro lado, apenas 5 (2,3%) pessoas afirmaram não lembrar o formato de ensino que frequentaram e, 8 (3,7%) pessoas informaram que o tipo de ensino ao qual frequentou foi “outro” não abordado no questionário.

Quando questionados a respeito do tempo que levaram para concluir a etapa de escolarização em que se encontravam, a maioria respondeu que estudaram de 5 a 8 anos (104 indivíduos, representando 48,6% da amostra), corroborando com os dados encontrados sobre o grau de escolaridade dessas pessoas. Contudo, 69 (32,2%) indivíduos afirmaram que levaram de 9 a 11 anos para concluir a etapa de escolarização no qual se encontram; 17 (7,9%) deficientes levaram de 12 a 15 anos; 11 (5,1%) de 16 a 18 anos; 2 (0,9%) indivíduos afirmaram ter cursado de 19 a 21, de 26 a 29 e mais de 30 anos respectivamente. Porém, foram registradas as respostas de 4 (1,8%) indivíduos que levaram de 22 a 25 anos e 3 (1,4%) pessoas que demoraram de 30 a 35 anos para concluir o atual grau de escolaridade.

O presente trabalho detectou também que, a maioria dessas pessoas cursaram seus estudos período diurno desde o ensino fundamental até o ensino médio, porém, alguns cursaram o ensino médio no período noturno. Do total de participantes da pesquisa, 175 (81,7%) cursaram o ensino fundamental ou médio no período diurno, enquanto 24 (11,2%) cursaram parte de sua escolarização no período noturno, 10 (4,6%) no período noturno na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) e 5 (2,3%) concluíram pelo programa ENCCEJA (Certificação de Competências de Jovens e Adultos).

Quando questionados quanto ao seu desempenho estudantil, a maioria dos deficientes físicos que representam a amostra do trabalho, afirmaram que nunca obtiveram reprovações durante o seu período de estudante. Desta forma, 133 indivíduos, correspondente a 62,1% dos participantes da amostra relataram que nunca obtiveram uma reprovação durante o período de estudos (Tabela 4). No entanto, 81 (37,9%) indivíduos afirmaram ter passado pelo evento de reprovação anual.

Tabela 4. Relação entre reprovação no ano letivo com o motivo da reprovação por deficientes físicos motores de Guaraí –TO.

NÚMERO DE REPROVAÇÃO/MOTIVO											
Reprovação		Motivo									
Não	Sim	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
133	81	9	1	21	8	21	2	12	6	1	
		TOTAL									81

*1 = Complicações/deficiência; *2 = Auxílio/locomoção; *3 = Assimilação Conteúdo; *4 = Atividades/avaliações; *5 = Desistência; *6 = Didática do professor; *7 = Afinidade/estudos; *8 = Afinidade/colegas; *9 = Depressão.

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa solicitou aos 81 alunos que declararam ter reprovado por pelo menos uma vez durante o seu percurso de escolarização que justificasse o motivo pelo qual reprovaram. A maioria dos deficientes reprovados afirmaram que sua reprovação teve relação com a dificuldade de assimilar o conteúdo e por evasão escolar durante o ano letivo, totalizando 21 pessoas respectivamente.

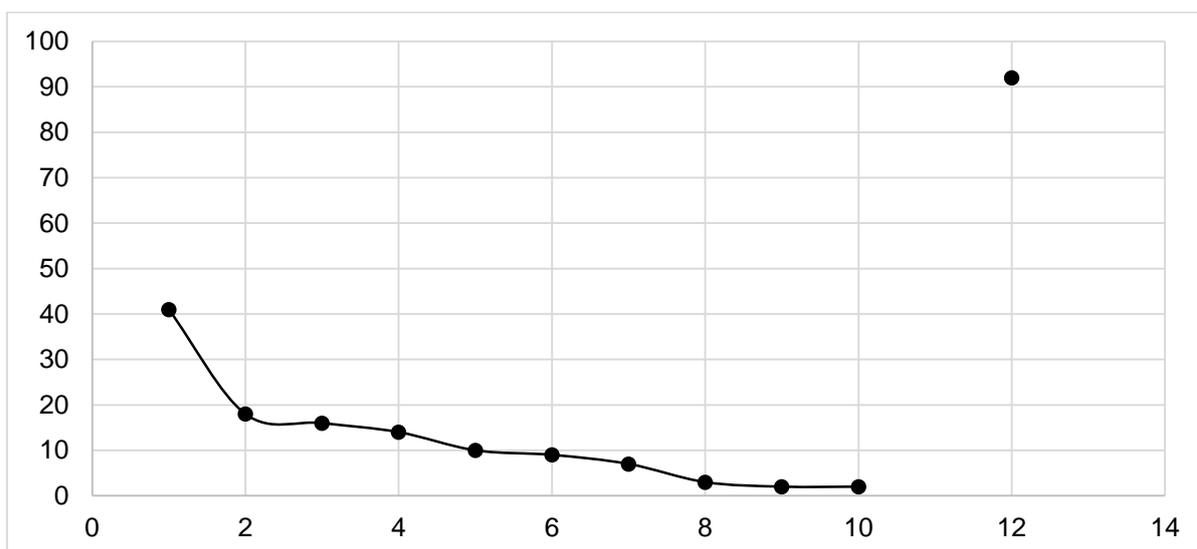
Algumas destas pessoas também afirmaram que as reprovações estavam ligadas ao fato de não conseguirem responder as atividades e avaliações propostas pelos professores no decorrer da série cursada, com um total de 8 que fizeram essa afirmação e 2 alunos afirmaram que a reprovação estava relacionada à didática de ensino de alguns professores, o que dificultava o processo de aprendizagem.

Também foram encontrados deficientes que afirmaram que sua reprovação tem relação com a ausência de afinidade pelos estudos, sendo que 12 pessoas se enquadraram nesse perfil, assim como 9 pessoas disseram que a reprovação estava conectada a complicações de saúde relacionadas à deficiência que os impediam de frequentar assiduamente as aulas. Porém, também foram registradas respostas de 6 pessoas deficientes que desistiram de estudar devido à ausência de afinidade com os colegas de aula mediado pelos vários eventos de *bullying*, em decorrência da deficiência que possui. De acordo com esses dados, também foi registrado a reprovação do ano letivo de 1 deficiente que não podia comparecer as aulas devido à ausência de utensílios que pudessem possibilitar sua locomoção até a escola e 1 por motivos de depressão.

Com a finalidade de compreender a trajetória desses alunos pelas escolas de Guaraí, foi solicitado que esses identificassem em quais escolas do município

estudaram (Figura 8). Com as respostas dos participantes foi então elaborado um gráfico de dispersão que demonstra quais escolas do município educaram esses alunos. O questionário continha o nome de todas as escolas dispostas ao longo do território guaraiense, com um total de 18 escolas (particulares, públicas municipais e estaduais e de ensino especial), somente 10 foram identificadas na presente pesquisa. Outro fator importante observado nesses resultados é que, dos 122 deficientes físicos motores que estudaram no município de Guaraí, nenhum desses informou ter sido matriculado em alguma das escolas da rede particular de ensino do município.

Figura 8. Gráfico de dispersão dos alunos deficientes pelas escolas de Guaraí – TO.



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os dados obtidos, a maioria dos alunos deficientes que estudaram em Guaraí foram matriculados na rede estadual de ensino, sendo que, a escola “1” do gráfico, aponta o registro de 41 alunos deficientes que frequentaram essa escola. Trata-se de uma escola localizada em um dos bairros mais antigos do município, denominado “Setor Aeroporto”.

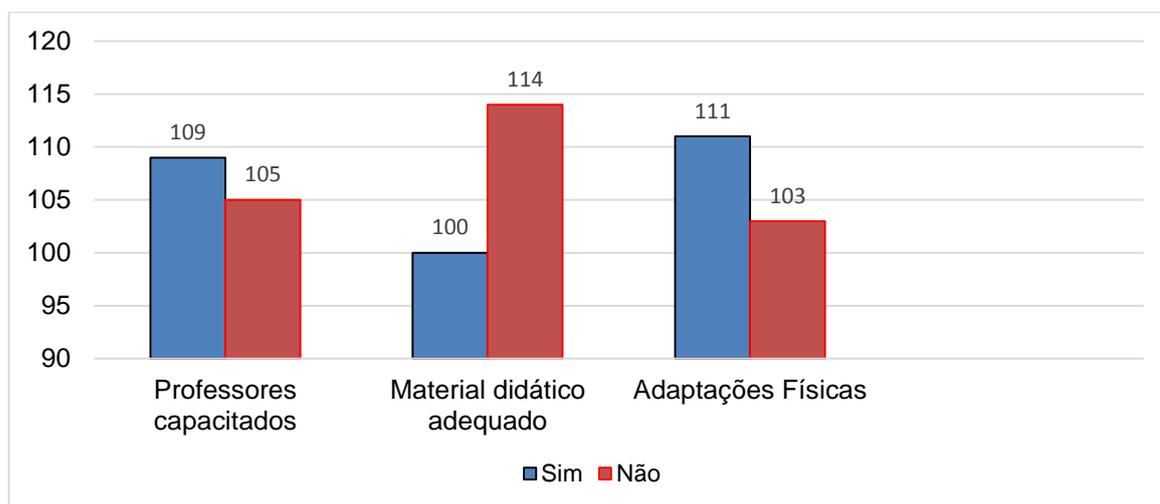
Ainda de acordo com esses resultados, é possível observar que a escola “2”, que oferta a modalidade de ensino especial é a segunda a apresentar o maior número de deficientes físicos egressos dessa unidade educacional, com 18 indivíduos pertencentes a essa amostra. Contudo, a escola “3” da rede estadual de ensino, conta com participação de 16 alunos; a escola estadual “4” com 14 e a “5”,

também estadual, conta com a participação de 10 egressos que participaram da presente pesquisa. As escolas “6” e “7” também de responsabilidade do estado contam com participação de 9 e 7 deficientes respectivamente.

Em contrapartida, as escolas municipais apresentaram o menor número de atendimento aos deficientes físicos na amostra coletada em Guaraí, pois foram representadas por apenas 5,7% da população amostral de deficientes que estudaram neste município com uma distribuição total de 7 deficientes em 3 escolas. Portanto, a escola “8” contou com a participação de 3 deficientes; as escolas “9” e “10” com 2 pessoas deficientes respectivamente. O ponto “12” existente no gráfico representa a os alunos deficientes físicos motores que declararam que sua formação básica ocorreu em escolas de outros municípios, externos a Guaraí.

Ainda seguindo o perfil sociodemográfico, a presente pesquisa buscou também avaliar as condições que possibilitaram o ingresso e permanência desses alunos deficientes nas escolas na qual frequentaram durante o período de escolarização básica (Figura 9).

Figura 9. Relação entre a existência de professores capacitados; a adequação da didática utilizada e as adaptações físicas espaciais para atender as necessidades dos 214 deficientes físicos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para conseguir esse panorama, primeiramente foi questionado aos 214 deficientes físicos da amostra: “As Instituições de Ensino nas quais você participou possuíam professores capacitados para trabalhar com alunos que apresentavam as mesmas necessidades físicas que você?”. Um número elevado de pessoas afirmou que não foi acolhido e instruído por professores capacitados para atender

suas necessidades físicas; desta forma, 105 deficientes fizeram essa afirmação, representado 49,1% da média amostral, contra 109 pessoas que afirmaram “sim” (50,1%).

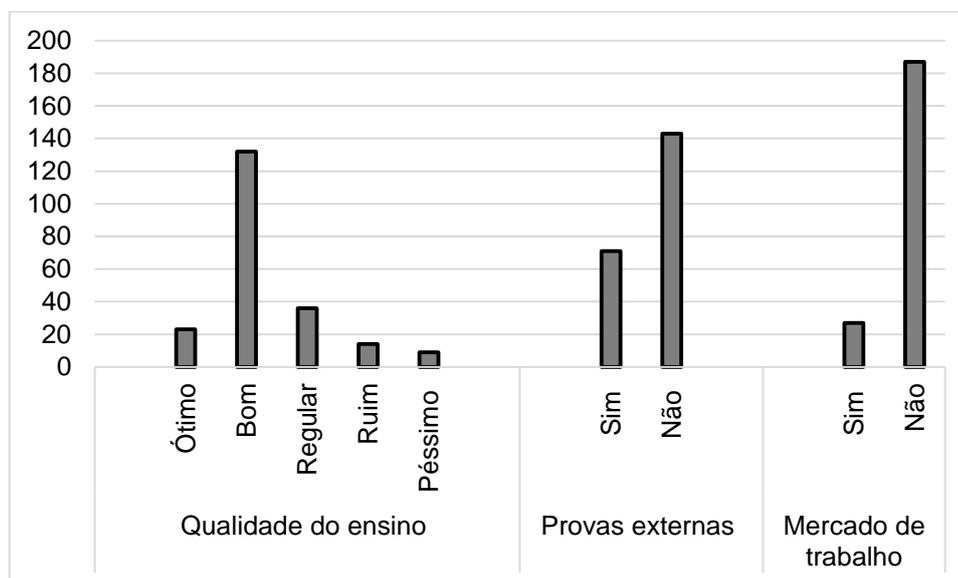
A segunda pergunta que também tem o seu resultado expresso pela Figura 9 é: “Os materiais didáticos pedagógicos utilizados pelos professores que participaram da sua formação escolar básica eram adequados para suprir as suas necessidades educacionais?”. A maioria dos alunos julgaram que os materiais didáticos utilizados durante a sua formação básica não eram adequados para atender suas necessidades individuais; dessa forma, 114 (53,3%) disseram que não e 100 afirmaram que sim, ou seja, 46,7% dos deficientes.

Esse problema pode ser observado no ambiente escolar quando o material encontrado no ambiente escolar não reflete na deficiência apresentada pelo aluno, ao mesmo tempo em que há o cenário onde até possui o material didático adequado, porém o professor não sabe utilizá-lo para a aprendizagem do aluno.

Estas pessoas foram questionadas também a respeito da existência de adaptações físicas espaciais na estrutura predial das escolas na qual foram matriculados para atender suas necessidades de mobilidade e acesso às várias repartições da escola. De acordo com os resultados representados na Figura 9, a maioria (111 pessoas, correspondente a 51,9% da amostra) afirmou que “sim”; no entanto, um número elevado de deficientes disse que “não” (103 deficientes, correspondendo a 48,1% da média amostral).

Esses egressos deficientes também demonstraram a sua concepção quanto à qualidade do ensino que lhes foi ofertado durante a escolarização básica diante das oportunidades de oferta de emprego e as possibilidades de se sair bem em provas externas (Figura 10). Quando questionados quanto à qualidade do ensino, a maioria dos deficientes julgaram que lhes foram ofertadas uma “boa” qualidade de ensino, com um total de 132 deficientes que se enquadram nessa afirmação, com uma média amostral de 31,7% da população existente na amostra. Do restante, 23 consideraram “ótimo”; 36 acreditam que é “regular”; 14 afirmam ser “ruim” e 9 acreditam que a qualidade foi “péssima”.

Figura 10. Concepção dos alunos quanto a qualidade do ensino que lhes foi ofertado diante das oportunidades de emprego e de provas externas.



Fonte: Elaborado pela autora.

Esses alunos se contradizem ao responder as próximas perguntas do questionário, que fazem as seguintes indagações: “Você acredita que o processo de escolarização ao qual você foi submetido foi suficiente para te preparar para provas externas?”. De acordo com os resultados que se encontram na Figura 10, a maioria dos alunos (143 deficientes, que representam 66,8% da amostra total) afirmaram que “não”, que o ensino que lhes foi ofertado não foi suficiente para prepará-los para a realização de provas externas à instituição de ensino ao qual foram matriculados.

O perfil de contradição também pode ser observado nas respostas registradas na seguinte pergunta: “Você acredita que o processo de escolarização ao qual você foi submetido foi suficiente para te preparar para o mercado de trabalho?”. Nessa questão um número elevado de deficientes afirmou que “não” acreditam que o ensino que lhes foi ofertado preparou-os para ingressar no mercado de trabalho, pois das 214 pessoas que responderam essa pergunta, 187 (87,4%) escolheram essa alternativa de resposta, contra 27 (12,6%) que marcaram “sim”.

Estes resultados colocam em dúvida a aplicação e a eficiência das Políticas Públicas Educacionais para a inclusão sócio/educacional de deficientes físico-motores, pois, a maioria destas pessoas não sentem segurança quanto a qualidade

dos serviços educacionais que lhes foram ofertados quanto a preparação para provas externas e para o ingresso no mercado de trabalho, o que torna a inclusão destas pessoas um desafio que vai para além das salas de aula.

Diante desses resultados, os deficientes físicos motores enfatizaram quais seriam as principais ações a serem implantadas nas escolas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem de pessoas que possuem a mesma deficiência desses, sendo que, a maior parte das recomendações constam no Quadro 3.

Quadro 3. Anseios dos deficientes físicos motores participantes da pesquisa quanto as ações que devem ser implantadas nas escolas para melhorar o processo ensino aprendizagem.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	Votos	%
Investir mais na capacitação do deficiente físico para o mercado de trabalho.	161	75,2%
Investir mais na capacitação do deficiente físico para realizar provas externas.	130	60,7%
Promover ações de combate ao <i>bullying</i> contra o deficiente físico.	118	55,1%
Aumentar as ações de conscientização quanto ao deficiente físico.	106	49,5%
Ofertar serviços psicológicos educacionais para tratar transtornos educacionais.	89	41,6%
Capacitar os professores para atender outros alunos com o meu tipo de deficiência.	56	26,2%
Melhorar os materiais da sala de recurso educacional.	45	21,0%
Implantar acessibilidade para deficientes físicos em toda a instituição, como, rampas, corrimão e carteiras.	45	21,0%
Melhorar a estrutura predial (corredores, banheiros, biblioteca, pátio, salas de aula etc.).	41	19,2%
Ofertar aulas de reforço no contra turno.	40	18,7%
Oferecer um ensino igualitário, de acordo com a minha deficiência.	39	18,2%
Promover mais reuniões de pais e mestres.	37	17,3%

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dos resultados que se encontram no Quadro 3, a maior recomendação das pessoas que responderam esse questionário é que o ensino básico possa investir mais na capacitação do deficiente físico para o mercado de trabalho. De acordo com Klein (1998), exercer uma atividade trabalhista simboliza

um degrau pelo qual a pessoas com deficiência podem conseguir conquistar autonomia por meio da sua inclusão na sociedade e assim, encontrar motivos para superar a deficiência. Deste modo, o anseio dos participantes da pesquisa em clamar por capacitação para a inserção no mercado de trabalho pode estar relacionado a necessidade de inclusão social e autonomia pessoal para sentir segurança em enfrentar as dificuldades impostas por sua deficiência.

Outra recomendação é que o ensino seja pautado também na preparação dessas pessoas para provas externas, demonstrando que essas pessoas anseiam para o ingresso na carreira trabalhista e acadêmica, porém, não são respaldados pela atual conjuntura educacional ao qual foram submetidos durante o período de escolarização.

Trabalhos realizados por Cardoso e Kern (2016) e Gomes-Machado *et al.* (2016) discutem a importância da capacitação continuada para a formação profissional das pessoas deficientes, pois, este processo irá se pautar especificamente no desenvolvimento das habilidades relacionadas a autodeterminação do indivíduo, aguçando suas habilidades de “tomar decisões” relacionadas a aspectos inerentes a sua própria vida e, possibilita que estas pessoas possam agir baseando-se nestas escolhas. Desta forma, estas pessoas também serão preparadas para tomar decisões quanto ao desenvolvimento da sua vida diante da inclusão social.

De acordo com Araújo e Schmidt (2006), a maioria das empresas empregatícias não tem a tendência de respeitar a legislação da cota para deficiente, justamente devido à baixa escolaridade e ausência de capacitação ofertada as pessoas deficientes, pois, capacitar o indivíduo para o mercado de trabalho é considerada uma ação necessária, tanto no ponto de vista dos especialistas na área, como também da própria pessoa deficiente (MENDES *et al.*, 2004).

Em território brasileiro, o processo de capacitação da pessoa deficiente é ofertado, especialmente, por instituições que apresentam áreas especializadas, geralmente formadas por centros de reabilitação e por associações de pessoas deficientes (CARDOSO; KERN, 2016). Deste modo, a inclusão de deficientes no mercado de trabalho, é fundamental a participação das instituições de cunho filantrópico, por meio de programas que promovam sua capacitação. As modalidades de profissionalização oferecidas vão desde o treinamento para a

inserção em trabalho competitivo, até o Programa de Emprego Apoiado, passando por alternativas como o Trabalho Protegido (Oficinas) ou Programas de Pré-Profissionalização (SASSAKI, 1997; ARAUJO; SCHMIDT, 2006).

De acordo com Philerenoet *al.* (2015), a família destas pessoas, em alguns casos, também pode simbolizar uma questão relacionada as dificuldades de inclusão social destas pessoas, principalmente, quando estas se apresentam resistentes a todos os projetos de introdução do deficiente no mercado de trabalho, principalmente por não crerem que estes deficientes são capazes em desempenhar uma atividade profissional. Motivo este que, na maioria dos casos ocorre devido a família do deficiente não se encontrar engajada no processo de inclusão social destas pessoas.

Também foi citado como ponto importante para a melhoria na qualidade do ensino básico a intensificação das ações de combate ao *bullying* contra os deficientes físicos motores, indicando que, pela quantidade de pessoas que fizeram essa observação, os deficientes representantes dessa população foram bastante afetados em sua carreira estudantil por problemas relacionados à convivência com os colegas de escola. Essa explicação é corroborada pela próxima observação realizada por essas pessoas, as quais acreditam que para melhorar a qualidade do ensino ofertado aos deficientes físicos motores seria necessário realizar campanhas de conscientização relacionadas a este tipo de deficiência.

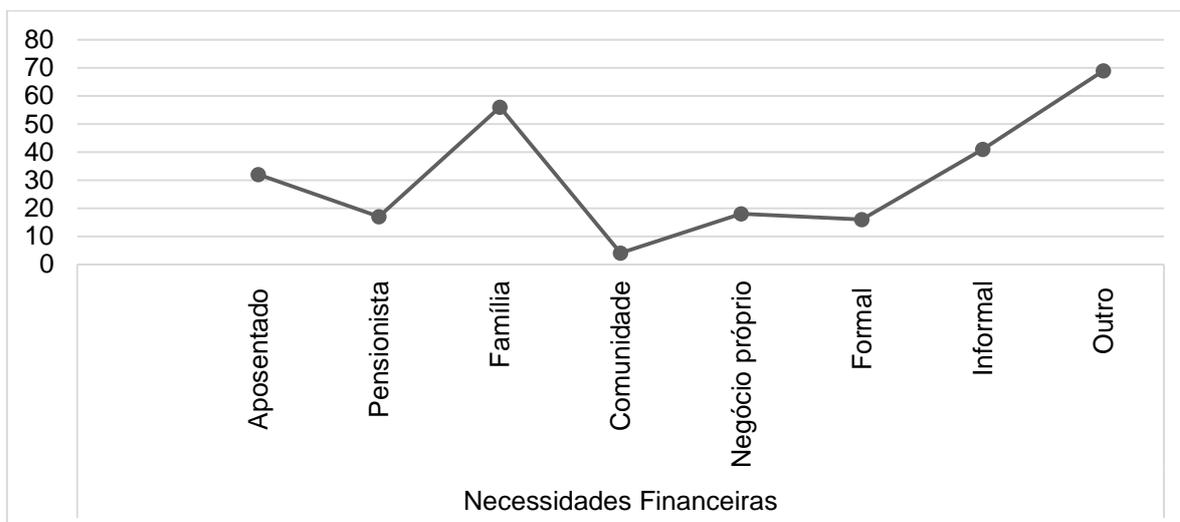
Ainda no *ranking* das respostas mais registradas na pesquisa está a oferta de serviços psicológicos educacionais com o objetivo de tratar transtornos de aprendizagem e assim possibilitar a estadia dessas pessoas em todos os níveis de escolarização básica. Outro ponto importante que foi abordado por essas pessoas é a necessidade de capacitar o quadro de professores para atender os demais alunos que possuem a mesma deficiência física das pessoas que participaram dessa pesquisa, assim como, melhorar os materiais didáticos pedagógicos disponibilizados pela Sala de Recurso Educacional, a fim de atender as necessidades individuais de cada deficiente.

Esses deficientes também indicaram como ação importante para conferir qualidade ao processo ensino aprendizagem, a implantação de acessibilidade para deficientes físicos em toda a instituição, como por exemplo, construção e

instalação de rampas, corrimãos e mobiliários e equipamentos com adaptações específicas. Enfatizaram também a necessidade de melhorias estruturais físicas e espacial dos prédios das escolas, indicando como necessidade urgente: adaptações de corredores, banheiros, biblioteca, pátio, salas de aula e demais espaços físicos da escola, conforme regulamentado pela NBR 9050\2015, por exemplo.

Essas pessoas acreditam ainda que, a oferta de aulas de reforço destinadas a essas pessoas, utilizando-se do horário contra turno, seria uma ação necessária a fim de tornar eficiente o processo de escolarização dessas pessoas, bem como, ofertar um ensino humanizado de forma igualitária e respeitando as condições de cada deficiente. Por fim, acreditam que é necessário envolver a família no processo de escolarização de pessoas deficientes, especialmente, pela promoção de reuniões de pais e mestres.

O presente trabalho também buscou dados para averiguar a participação dos deficientes físico-motores no processo de desenvolvimento de Guaraí, por meio de 20 perguntas voltadas à participação dessas pessoas como cidadãos no processo da melhoria da qualidade de vida da sociedade da qual fazem parte. A primeira pergunta desse questionário fez referência à forma como as necessidades financeiras dessas pessoas são mantidas, sendo que os deficientes poderiam marcar mais de uma alternativa para simbolizar a sua atual condição. A maioria dos deficientes que responderam esse questionário afirmaram que suas despesas são custeadas com a ajuda da família e de outras formas não citadas no questionário (Figura 11).

Figura 11. Perfil da dependência financeira dos deficientes físico-motores de Guaraí-TO.

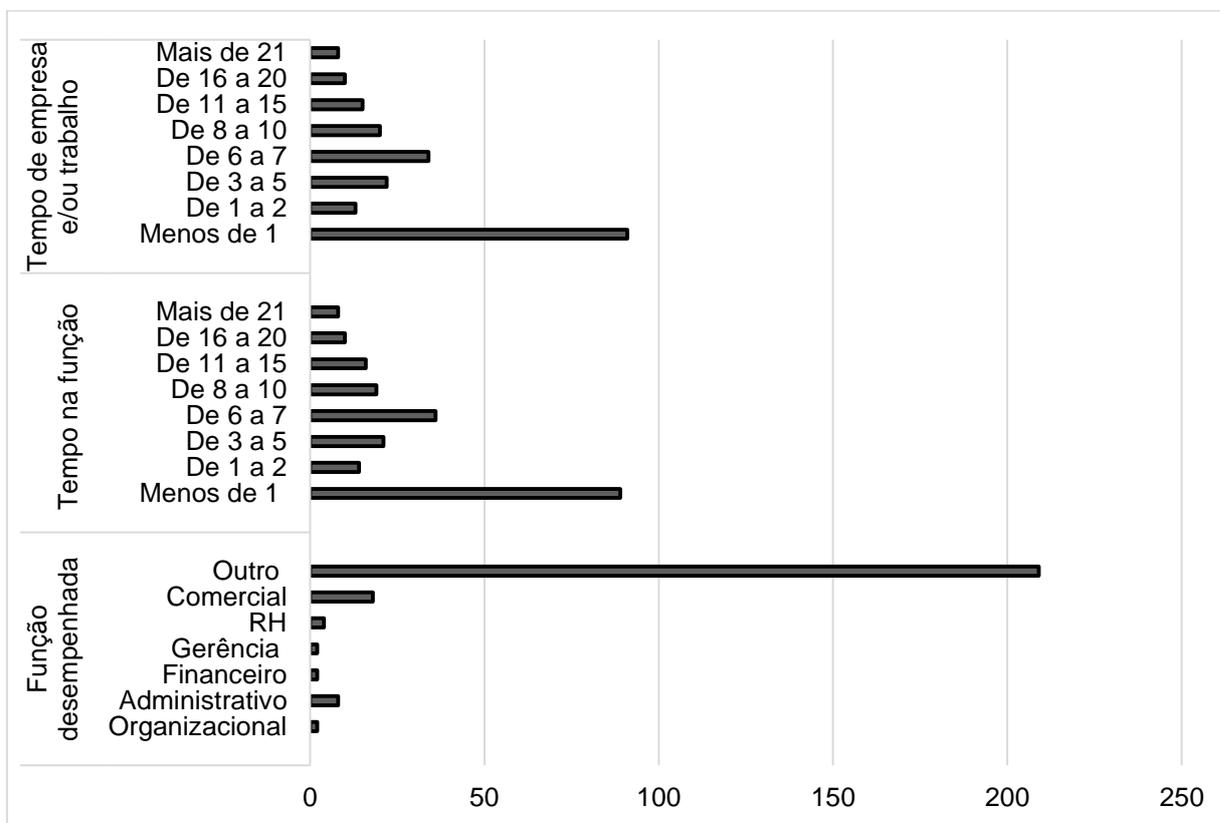
***Outro = Outra forma de aquisição de renda diferente daquelas mencionadas pelo questionário.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, 56 pessoas, o que corresponde a 26,3% da amostra, afirmaram que suas despesas são custeadas pelos membros de sua família; 32 (15%) declararam que são aposentados, 17 (8%) são pensionistas e 4 (1,9%) disseram que dependem da sociedade para manter suas despesas essenciais. Alguns destes deficientes afirmaram ainda que possuem negócio próprio (18 pessoas, 8,5% da população) e 41 deficientes disseram que possuem um trabalho informal para complementar a renda, exercendo funções como vendedor ambulante, micro produtor rural, dentre outros, com representação de 19,2% de deficientes que exercem este papel para a complementação da renda. Por fim, somente 16 deficientes trabalham atualmente em emprego formal com carteira assinada e seus direitos garantidos em lei, ou seja, somente 6,7% da população de deficientes físico-motores de Guaraí estão inseridos no mercado de trabalho formal.

Os deficientes físico-motores que desempenharam ou desempenham uma função trabalhista atualmente responderam também perguntas referentes às funções que já desempenharam ao longo da vida, assim como, o tempo em que esteve nestas funções e/ou empresas (Figura 12).

Figura 12. Perfil da atuação dos deficientes físico-motores de Guaraí no mercado de trabalho.



***Outro = Outra forma de função desempenhada diferente daquelas mencionadas pelo questionário.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as funções apresentadas pelo questionário, a que apresentou maior destaque foi a área comercial, com 18 (8,4%) pessoas que fazem ou fizeram parte dessa área ao longo da vida trabalhista. A função administrativa foi a segunda mais ocupada por deficientes físicos com limitações motoras, com 8 (3,7%) pessoas que atuam ou atuaram nessa área. Em seguida, as áreas de gerência, financeiro e organizacional, apresentando 2 (0,9%) deficientes em cada área. E 209 (97,6%) pessoas marcaram a alternativa que diz que exerceram funções em outras áreas não abordadas pela pesquisa.

Dentre o quadro de questões, uma fez a indagação quanto ao tempo em que esses deficientes ocuparam tal cargo. A maioria (89) dessas pessoas afirmaram que estiveram nessa função por menos de 1 (um) ano. No entanto, 14 pessoas ocuparam suas funções de 1 a 2 anos; 21 de 3 a 5 anos; 36 de 6 a 7 anos; 19 de 8 a 10 anos; 16 de 11 a 15 anos; 10 de 16 a 20 anos e 8 estão e/ou estiveram há mais de 21 anos na mesma profissão.

Quando questionados quanto ao tempo em que desenvolveu essa profissão em uma determinada empresa, repartição ou localidade, a maioria dos deficientes afirmaram que estiveram nesse lugar desempenhando determinada função por menos de 1 ano, com 91 pessoas que se enquadraram neste perfil. Nesta mesma pergunta, um número considerável de deficientes (34) disse que estiveram desempenhando uma determinada profissão no mesmo lugar de 6 a 7 anos; 22 de 3 a 5 anos; 20 de 8 a 10 anos; 15 de 11 a 15 anos; 13 de 1 a 2 anos; 10 de 16 a 20 anos e 8 estiveram no mesmo lugar desempenhando determinada função por mais de 21 anos.

Essas pessoas também foram questionadas quanto à satisfação individual em atuar na área ao qual se encontra atualmente (Tabela 5). A maioria dos participantes da pesquisa afirmaram se sentir bem, sendo que, dos 214 deficientes que responderam ao questionário, 194, o que representa 90,6% da amostra total, fizeram essa afirmação. No entanto, alguns deficientes disseram que “não”, que não estão satisfeitos com o trabalho que têm, sendo que um total de 20 (9,4%) pessoas se encontram insatisfeitas atualmente com o trabalho que desenvolvem.

Tabela 5. Satisfação com a atual situação trabalhista; possibilidades de contratar um deficiente físico-moto para trabalhar em uma empresa sob sua responsabilidade e realização financeira individual.

SATISFAÇÃO TRABALHISTA/POSSIBILIDADES DE CONTRATAÇÃO DE UM DEFICIENTE FÍSICO-MOTO/REALIZAÇÃO FINANCEIRA DOS DEFICIENTES FÍSICO-MOTORES DE GURÁI-TO						
Resp.	Satisfação		Contraria um Deficiente		Realização Financeira	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Uni.	194	20	211	3	175	39
%	90,6%	9,4%	98,6%	1,4%	81,7%	18,3%
TOTAL	214					

*Resp. = Resposta; *Uni. = Unidade; *% = em porcentagem

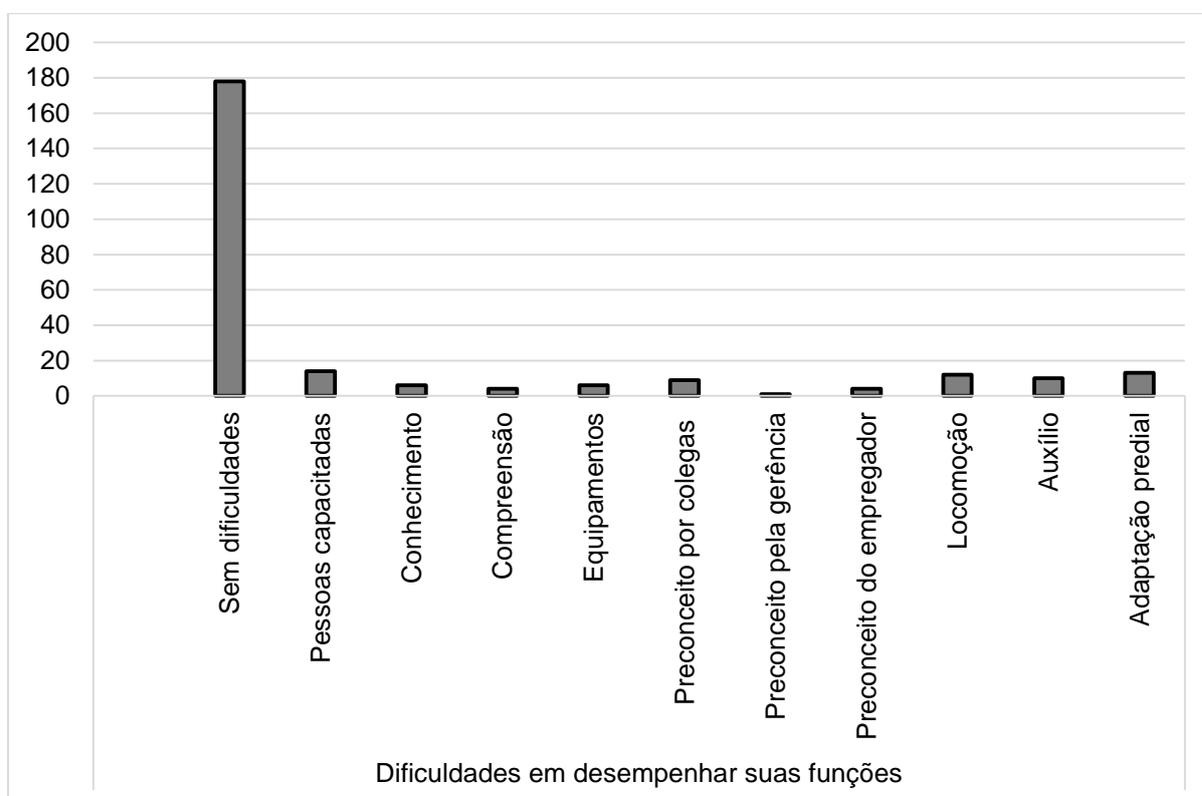
Fonte: Elaborado pela autora.

Quando foram questionados se contratariam um deficiente físico-motor para trabalhar em uma empresa sob sua responsabilidade, a maioria respondeu que “sim” (211 pessoas afirmaram que contrataria um deficiente, correspondente a 98,5%). Porém, alguns dos participantes afirmaram que não contratariam uma

pessoa deficiente física com dificuldades de mobilidade para trabalhar em uma empresa sob sua responsabilidade, pois, do total de 214 pessoas, 3 fizeram essa afirmação.

Os participantes da amostra também foram questionados a respeito das principais dificuldades que encontram para desempenhar suas atividades trabalhistas, podendo assinalar mais de uma alternativa (Figura 13). A maioria dessas pessoas afirmaram não ter nenhuma dificuldade relacionada às suas condições de mobilidade para desempenhar suas funções trabalhistas, com um total de 178 pessoas (83,1%) que marcaram essa alternativa. No entanto, alguns deficientes informaram que possuem uma ou mais dificuldades, especialmente, quanto à ausência de pessoas capacitadas que possam atender e lidar com suas necessidades especiais e, assim, ser auxiliado no desenvolvimento do seu trabalho, com 14 pessoas que fizeram essa observação.

Figura 13. Principais dificuldades encontradas pelos deficientes físico-motores em desempenhar suas funções trabalhistas.



Fonte: Elaborado pela autora.

Esses deficientes afirmaram que além da ausência de pessoal capacitado, também encontram problemas relacionados à redução ou total ausência de

adaptações prediais, que atendam seu tipo de deficiência, como por exemplo, instalação de rampas, corrimãos, adaptação de banheiros, cadeiras, portas, dentre outras, sendo que essas adaptações poderiam facilitar e até mesmo possibilitar a mobilidade dessas pessoas nas várias repartições do ambiente de trabalho, pois, do total de 214 deficientes participantes, 13 (6,1%) escolheram esta alternativa. Reafirmando essa problemática, 12 (5,6%) pessoas afirmaram ainda que, associados aos problemas da estrutura do prédio, também encontraram dificuldades de locomoção para desempenhar suas funções, além da ausência de equipamentos ou utensílios utilizados para o desempenho da profissão e que atendam às necessidades dos diferentes tipos de deficiência físicas existentes no corpo de funcionários das instituições empregatícias.

Ainda de acordo com a Figura 13, 10 deficientes físico-motores afirmaram que, outra dificuldade encontrada durante o desempenho de suas atividades trabalhistas foi a ausência de alguém para auxiliar em alguns problemas específicos a serem resolvidos referentes ao cotidiano do trabalho. Outra afirmação importante quanto a essas dificuldades é a ausência de conhecimento básico para operar os sistemas referentes à profissão por parte dos deficientes, citada por 6 pessoas, assim como, a dificuldade em compreender como desempenhar determinadas ações referentes à própria profissão, com 4 indivíduos que se encaixam nesse perfil.

Outras afirmações estão relacionadas aos eventos de preconceito sofridos por essas pessoas no ambiente de trabalho. Diante dessas afirmações, 9 pessoas esclareceram que suas maiores dificuldades estavam relacionadas ao preconceito por parte dos colegas de trabalho; 4 afirmaram que além do preconceito por parte dos colegas de trabalho, também sofreram preconceito por parte dos empregadores e 1 por parte da gerência.

Souza e Kamimura (2010) encontraram respostas semelhantes relacionadas as dificuldades citadas por deficientes que buscavam emprego em Uberlândia – MG. Estes deficientes declararam durante a entrevista que, as maiores dificuldades relacionadas a execução de seu trabalho estão pontuadas principalmente o espaço físico não adaptados, a convivência com as pessoas que frequentam o estabelecimento e com os colegas de trabalho e, os eventos de preconceito atinge a resposta da minoria (14,29%).

Além da abordagem do ponto de vista “problemas para executar as atividades que envolve o trabalho”, esses deficientes foram questionados também quanto ao tempo que levaram para conseguir um trabalho após finalizar o grau de escolaridade no qual se encontram atualmente (Tabela 6). A maioria dos deficientes físico-motores que fazem parte da amostra dessa pesquisa afirmaram que nunca entraram no mercado de trabalho, com um total de 185 pessoas que nunca atuaram formalmente no mercado de trabalho, representando 86,4% das pessoas que responderam esse questionário. Quando questionados sobre o motivo de não terem conseguido um trabalho, 89 (41,3%) pessoas afirmaram que nunca tentaram um trabalho e 98 (46%) afirmaram não conseguir a vaga devido à baixa escolaridade.

Tabela 6. Relação entre as dificuldades encontradas para conseguir em emprego e tempo que levou após a conclusão da escolaridade ao qual se encontra atualmente.

DIFICULDADES/TEMPO DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO					
Tempo para ingressar no mercado de trabalho após os estudos			Dificuldades em competir por trabalho		
Critério	Un.	%	Critério	Un.	%
Não ingressei	185	86,4	Nunca tentou	89	41,3
Já trabalhava antes	16	7,5	Baixa escolaridade	98	46
De 1 a 6 meses	3	1,4	Ausência de capacitação	14	6,6
De 7 meses a 1 ano	3	1,4	Competências e habilidades	2	0,9
De 1 a 2 anos	4	1,9	Preconceito	4	1,9
De 2 a 3 anos	2	0,9	Ausência de acessibilidade	4	1,9
Mais de 3 anos	1	0,5	Transporte para o traslado	3	1,4
TOTAL	214	100	TOTAL	214	100

*Uni. = Unidade; *% = em porcentagem

Fonte: Elaborado pela autora.

Além da abordagem do ponto de vista “problemas para executar as atividades que envolve o trabalho”, estes deficientes foram questionados também quanto ao tempo que levaram para conseguir um trabalho após finalizar o grau de escolaridade ao qual se encontram atualmente (Tabela 6). A maioria dos deficientes físico-motores que fazem parte da amostra desta pesquisa afirmaram que nunca entraram no mercado de trabalho, com um total de 185 pessoas que nunca atuaram formalmente no mercado de trabalho, representando 86,4% das

peças que responderam este questionário. Quando questionados sobre o motivo de não terem conseguido um trabalho, 89 (41,3%) pessoas afirmaram que nunca tentaram um trabalho e 98 (46%) que não conseguiram a vaga devido à baixa escolaridade o que demonstra o baixo índice dos que trabalharam (14%).

Estes resultados vão de encontro com aqueles encontrados por Souza e Kamimura (2010), em seu trabalho intitulado “Pessoas com deficiência e mercado de trabalho”, com dados encontrados por meio do balcão de empregos de Uberlândia, Minas Gerais, ao qual avaliou o perfil do deficiente físico que buscava emprego no ano de 2009. De acordo com os autores, a maioria dos deficientes que participaram da entrevista encontravam-se empregados (57,14%), porém, com salários muito baixos e, 42,86% nunca tinham ingressado no mercado de trabalho.

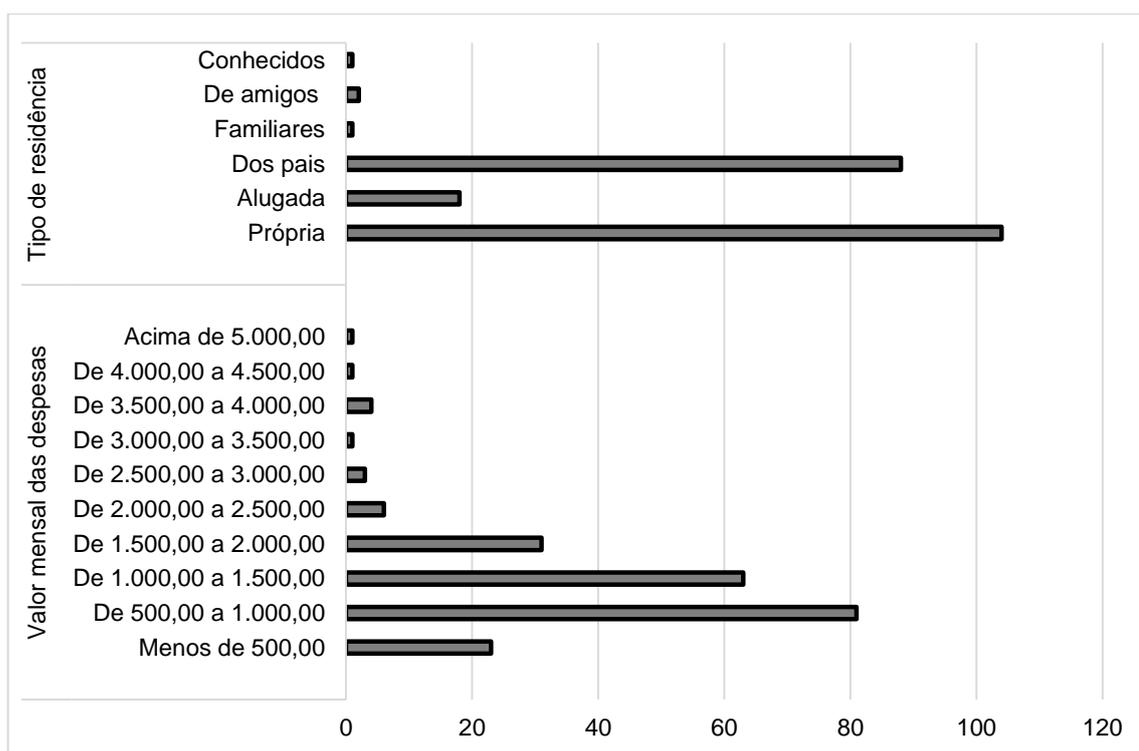
Ao estudar a inserção de pessoas com deficiência no trabalho, Costa (2011) afirma que “a condição humana é duplamente negada a esse trabalhador, pois, antes mesmo de acessar o mercado, são-lhe criados obstáculos para se inserir no mundo do trabalho, pois, supostamente, faltar-lhe-iam a competência e a habilidade, consideradas imprescindíveis pelo capital”.

Também foram abordadas como dificuldades inerentes a competição por uma vaga de trabalho, a ausência de capacitação específica para desenvolver uma dada função (14 pessoas, 6,6% do total amostral), assim como, competências e habilidades necessárias para resolver os problemas relacionados à complexidade das atribuições específicas da função (2 indivíduos, 0,9%). Com relação aos recursos, 4 pessoas reclamaram da ausência de acessibilidade e 3 do transporte para o traslado até o trabalho. Também foi reafirmado as questões do preconceito relacionados à deficiência no momento de competir pela vaga no mercado de trabalho, sendo que 1,9% desta população confirmou que já perdeu a oportunidade de trabalho para outra pessoa devido às suas condições físicas.

Em contrapartida, 16 deficientes físico-motores afirmaram que já estavam trabalhando ao finalizar a etapa de escolarização na qual se encontram; 3 marcaram a alternativa a qual especifica que o tempo levado para conseguir um trabalho foi de 1 a 6 meses após a conclusão da etapa de escolarização; 3 pessoas levaram de 7 meses a 1 ano; 4 aguardaram de 1 a 2 anos; 2 de 2 a 3 anos e 1 levou mais que 3 anos para conseguir a sua primeira vaga de trabalho.

Com a finalidade de verificar o valor aproximado dos gastos mensais dos deficientes físico-motores e o tipo de residência, a fim de verificar a contribuição dessas pessoas na arrecadação de tributos do município (Figura 14), eles foram questionados quanto ao valor mensal de suas despesas e a existência de posses residenciais. Dessa forma, verificou-se por meio desse questionário que todos os deficientes físicos apresentam um gasto mensal fixo entre R\$ 500,00 e R\$ 5.000,00 mensais. A maioria dessas pessoas apresentam um gasto mensal de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 mensais, sendo que 81 pessoas escolheram essa alternativa, correspondente a 37,8% e outros 63 indivíduos (29,4%) afirmaram que seus gastos mensais estão entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00 por mês.

Figura 14. Relação entre gastos mensais e tipo de residência da população de deficientes físicos motores de Guaraí – TO.



Fonte: Elaborado pela autora.

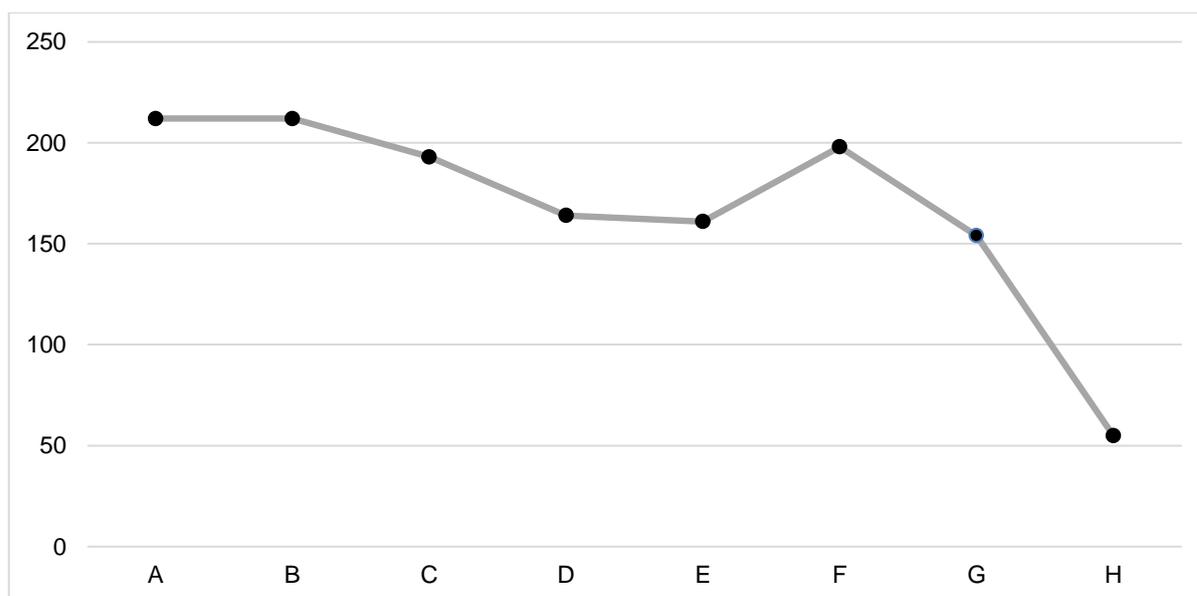
Também foram identificados 31 deficientes físicos com despesas mensais avaliadas entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.000,00, representando 14,4% da amostra total e 6 pessoas afirmaram gastar mensalmente de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.500,00 mensais, o equivalente a 2,8%. Apenas 1 (0,4%) deficiente revelou que suas despesas estão entre R\$ 3.000,00 e R\$ 3.500,00 mensais; 4 (1,8%) gastam de R\$

3.500,00 a R\$ 4.000,00; 1 deficiente gasta de R\$ 4.000,00 a R\$ R\$ 4.500,00 e somente 1 pessoa firmou que suas dívidas mensais superam os R\$ 5.000,00.

Com relação ao tipo de residência, a maioria dos participantes da pesquisa afirmou morar em residência própria, pois, dos 214 participantes, 104 marcaram essa alternativa no questionário, sendo 48,5% do total. Porém, um número elevado de pessoas afirmou que, a residência ao qual vivem são de seus pais, com um total de 88 pessoas (41,1%) que vivem atualmente nestas condições; 18 pessoas (8,4%) vivem em casa de aluguel; 1 (0,4%) em residência de familiares e conhecidos e 2 (0,9%) que afirmam viver na casa de amigos.

O número amostral dessa pesquisa também foi questionado a respeito da estrutura de seu imobiliário a fim de averiguar as condições na qualidade de vida dessas pessoas, especialmente quanto à existência de saneamento básico nas dependências de suas residências (Figura 15). De forma geral, a maioria dos deficientes físico-motores de Guaráí vivem em condições residenciais estruturais que viabilizam o seu bem-estar e qualidade de vida. Diante do exposto, 212 pessoas afirmaram que em suas residências possuem água encanada e tratada, assim como, usufruem de energia elétrica, portanto, representando 99% da população amostral.

Figura 15. Avaliação da estrutura imobiliária das residências dos deficientes físico-motores de Guaráí quanto a itens importantes que possibilitam melhorias para a qualidade de vida.



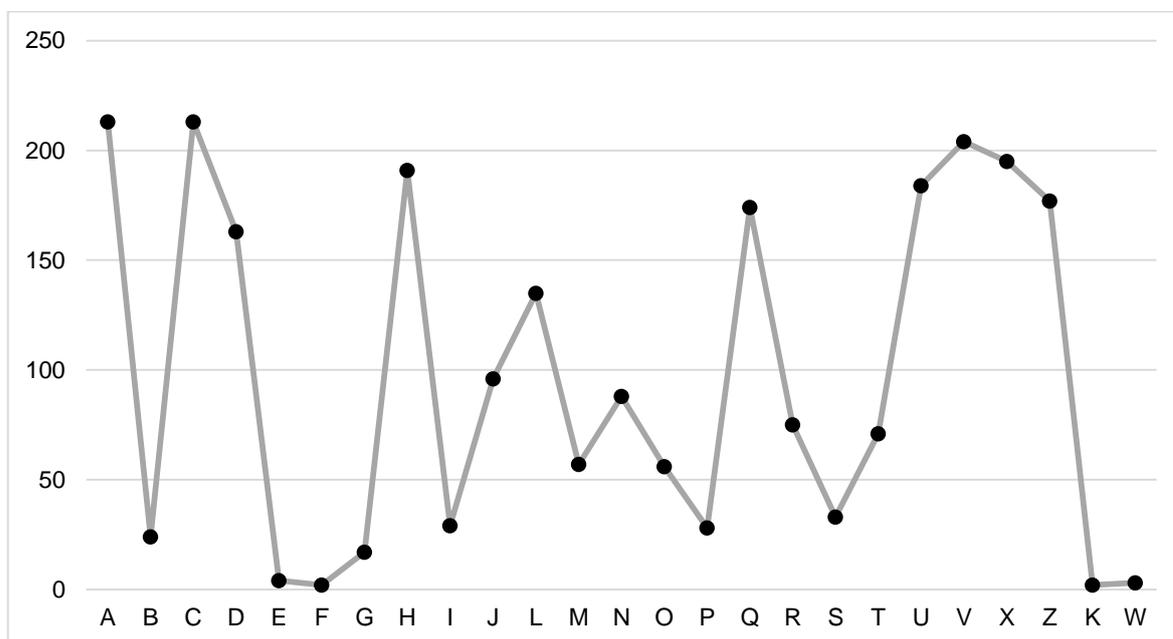
*A = Água encanada e tratada; *B = Energia elétrica; *C = Banheiro interno com fossa séptica ou esgoto; *D = Cozinha independente; *E = Sala independente; *F = Quartos independentes; *G = Casa murada e *H = Outros tipos de estrutura física residencial.

Fonte: Elaborado pela autora.

Já com relação à existência de banheiro interno e fossa séptica e/ou esgoto, nem todos os deficientes têm acesso a esse bem, pois, dos 214 participantes somente 193 (90,2%) afirmaram fazer uso desse tipo de estrutura em suas residências. Esses números continuam a reduzir quando esses deficientes são questionados quanto à existência de cozinha e sala independentes em suas residências, sendo que somente 164 (76,6%) pessoas possuem uma cozinha independentemente do restante da residência e 161 (75,2%) moram em casa com sala independente; 198 (92,5%) pessoas afirmaram morar em casas com quartos independentes; 154 (71,9%) pessoas afirmaram que suas residências são muradas e, 55 (25,7%) complementaram que, além de todos os benefícios citados no questionário, também fazem uso de outros recursos estruturais que garantem o seu bem-estar e qualidade de vida.

O questionário aplicado aos deficientes também visou buscar informações a respeito dos bens materiais que essas pessoas possuem e que estão relacionados ao mobiliário de uso geral (Figura 16). De modo geral, a maioria dos deficientes possuem equipamentos e utensílios que auxiliem na qualidade de vida dessas pessoas e que podem demonstrar a sua participação no desenvolvimento de Guaraí devido ao recolhimento de tributos que podem ser convertidos em benefícios para a população do município.

Figura 16. Levantamento dos itens pertencentes aos bens mobiliários dos deficientes físico-motores de Guaraí.



*A = Geladeira; *B = Freezer; *C = Fogão; *D = Máquina de lavar roupa; *E = Máquina de secar roupa; *F = Máquina de lavar louça; *G = Aspirador de pó; *H = TV a cores; *I = Chuveiro elétrico; *J = Ar condicionado; *L = Ventiladores; *M = Ferro de passar; *N = Liquidificador; *O = Batedeira; *P = Computador de mesa e/ou notebook; *Q = Telefone celular; *R = Carro; *S = Moto; *T = Bicicleta; *U = Sofá; *V = Cama; *X = Mesa; *Z = Armário de cozinha; *K = Jet-ski; *W = Barco a motor.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dos resultados expressos na Figura 15, é possível perceber que a maioria dos deficientes físico-motores possuem equipamentos e eletrodomésticos que são essenciais no dia a dia, como por exemplo: geladeira (213), fogão (213), TV em cores (191), ventiladores (135), telefone celular (174), sofá (184), cama (204), mesa (195) e armário de cozinha (177). No entanto, mesmo com a existência de Políticas Públicas para a inclusão social de deficientes físicos, ainda é possível perceber que algumas dessas pessoas não possuem o básico que possa garantir sua qualidade de vida, pois, das 214 pessoas, 1 (uma) afirmou não fazer uso de geladeira e fogão, assim como, outros itens essenciais como cama e mesa.

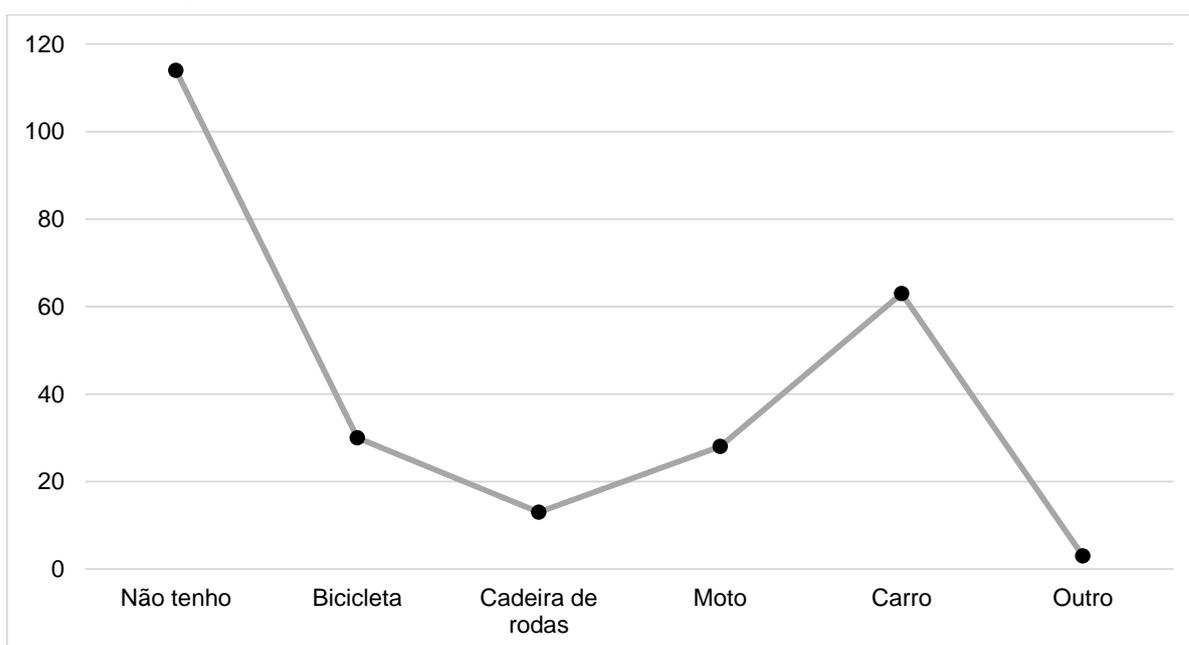
Contudo, ainda de acordo com esses resultados é possível identificar que, algumas dessas pessoas são bem-sucedidas, participam ativamente do processo de desenvolvimento do local no qual residem, possuem qualidade de vida e fazem uso de recursos que permitem tanto o seu bem-estar como pessoa, quanto como cidadão. Do total de 214 pessoas, 24 afirmaram que em sua residência possui

freezer, 163 tem máquina de lavar roupa, 4 possuem máquina de secar roupa e 2 tem máquina de lavar louça, além de 17 que possuem aspirador de pó, 191 com TV em cores, 29 com chuveiro elétrico, 96 com ar-condicionado, 57 com ferro de passar, 88 com liquidificador, 56 com batedeira, 28 com computador de mesa e/ou notebook, 174 com telefone celular, 184 com sofá e 177 com armário de cozinha.

Além dos objetos equivalentes ao mobiliário, alguns desses deficientes físicos também fazem uso de veículos automotores que auxiliam para a sua qualidade de vida, como por exemplo: 75 dessas pessoas possuem carro e 33 possuem moto. Algumas dessas pessoas ainda usufruem de equipamentos destinados ao lazer, como os 2 deficientes que possuem jet-ski e 3 com barco a motor. No entanto, 71 deficientes ainda fazem uso de veículos de propulsão humana para se locomover (bicicletas).

Essas pessoas também foram questionadas sobre a posse de veículos adaptados para o seu tipo de deficiência (Figura 17), sendo que cada respondente poderia marcar mais de uma alternativa caso possuísse mais de um tipo de veículo adaptado. Como mostra a Figura 17, a maioria dessas pessoas ainda não possuem nenhum tipo veículo que seja adaptado para atender a sua deficiência e que possibilite a sua melhor locomoção, pois, dos 214 indivíduos, 114 fizeram essa afirmação.

Figura 17. Posse de veículos adaptados ao tipo de deficiência físico-motor.



*Outro = Utiliza outro tipo de veículo adaptado diferente daquelas mencionadas pelo questionário.

Fonte: Elaborado pela autora.

Contudo, algumas dessas pessoas possuem veículos adaptados e a maior parte destes veículos é um carro, sendo 63 pessoas que dispõe desse tipo de meio de locomoção que atende as suas necessidades de locomoção. Algumas dessas pessoas possuem moto adaptada (28 deficientes) com estrutura física adequada às suas limitações. Algumas destas pessoas possuem também cadeira de rodas adaptada (13) e bicicletas (30), respectivamente.

Outro fator importante e observado no presente trabalho é a utilização de planos de saúde pelos deficientes físicos e a quantidade de pessoas da família, os quais são cobertos por esses planos (Tabela 7). Em um panorama geral, a maioria dos deficientes dizem não utilizar nenhum plano de saúde citado no trabalho, com um total de 132 pessoas (61,6% da população amostral); 65 afirmaram fazer uso do SUS (Sistema Único de Saúde); 6 disseram utilizar um plano conveniado em que a empresa na qual trabalha custeia 50% do valor e o funcionário arca com os outros 50%; 5 afirmaram que o plano que utiliza é 100% particular, condição em que o usuário custeia 100% do valor do plano e 6 pessoas afirmaram utilizar um outro tipo de plano não citado pelo trabalho.

Tabela 7. Relação entre o plano de saúde utilizado pelo deficiente e a quantidade de pessoas cobertas por este plano.

PLANO DE SAÚDE E QUANTIDADE DE PESSOAS COBERTAS												
Tipo de plano de saúde					Quantidade de pessoas cobertas pelo plano							
SUS	Part	Con	N uti	Out.	0	1	2	3	4	5	+ 5	
65	5	6	132	6	177	1	12	9	7	6	2	
30,5%	2,3%	2,8%	61,6%	2,8	82,7%	0,5%	5,6%	4,2%	3,3%	2,8%	0,9%	
TOTAL											214	
											100%	

*SUS = Sistema Único de Saúde; *Part = 100% particular; *Con = Conveniado entre empresa empregadora e empregado; *N uti = Não utiliza nenhum plano; *Out = Outro tipo de plano não mencionado pelo questionário.

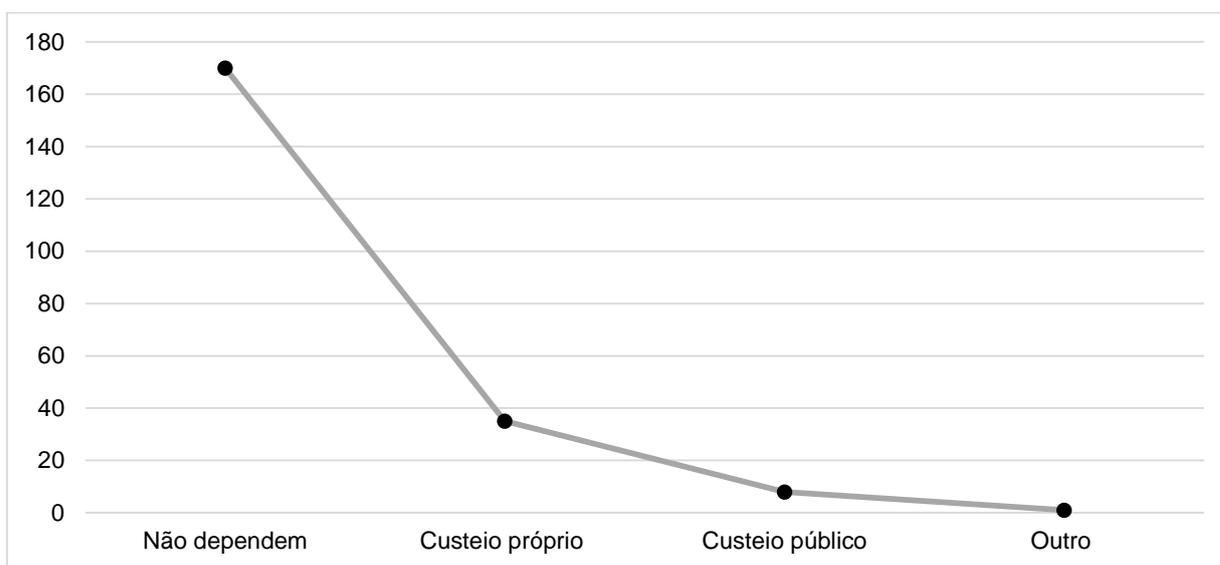
Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à quantidade de pessoas cobertas pelo plano de saúde, além do deficiente físico, a maioria afirmou que não tinham outras pessoas cobertas pelo plano ou que não utilizam nenhum tipo de plano; 1 pessoa afirmou que somente 1 pessoa é coberta pelo seu plano; 12 pessoas afirmaram que um total de 2 pessoas são cobertas; 9 deficientes declararam que 3 pessoas são cobertas; 7 pessoas

afirmaram que o seu plano cobre 4 indivíduos; 6 afirmaram que o seu plano cobre 5 pessoas e 2 disseram que cobre mais de 5 pessoas.

Para avaliar as condições de saúde e possibilidades de custeio de algum tipo de tratamento, o questionário buscou saber dos deficientes físico-motores se eles possuíam alguma doença crônica na qual necessita de medicamentos controlados para tratar ou amenizar (Figura 18).

Figura 18. Relação entre doenças crônicas e a forma de aquisição dos medicamentos.



***Outro = Outra forma de adquirir medicamentos para doenças crônicas diferente daquelas mencionadas pelo questionário.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dos resultados obtidos, 170 participantes (79,4%) da pesquisa afirmaram que não fazem uso de medicamentos controlados e 44 (20,5%) afirmaram que “sim”. Desses deficientes que disseram sim, 35 declararam que custeiam o seu próprio medicamento; 8 tem o custeio realizado pelo poder público e, 1 afirmou que tem outra forma de adquirir seus medicamentos.

4.2 Resultados dos questionários aplicados aos chefes imediatos dos deficientes físico-motores de Guaraí-TO

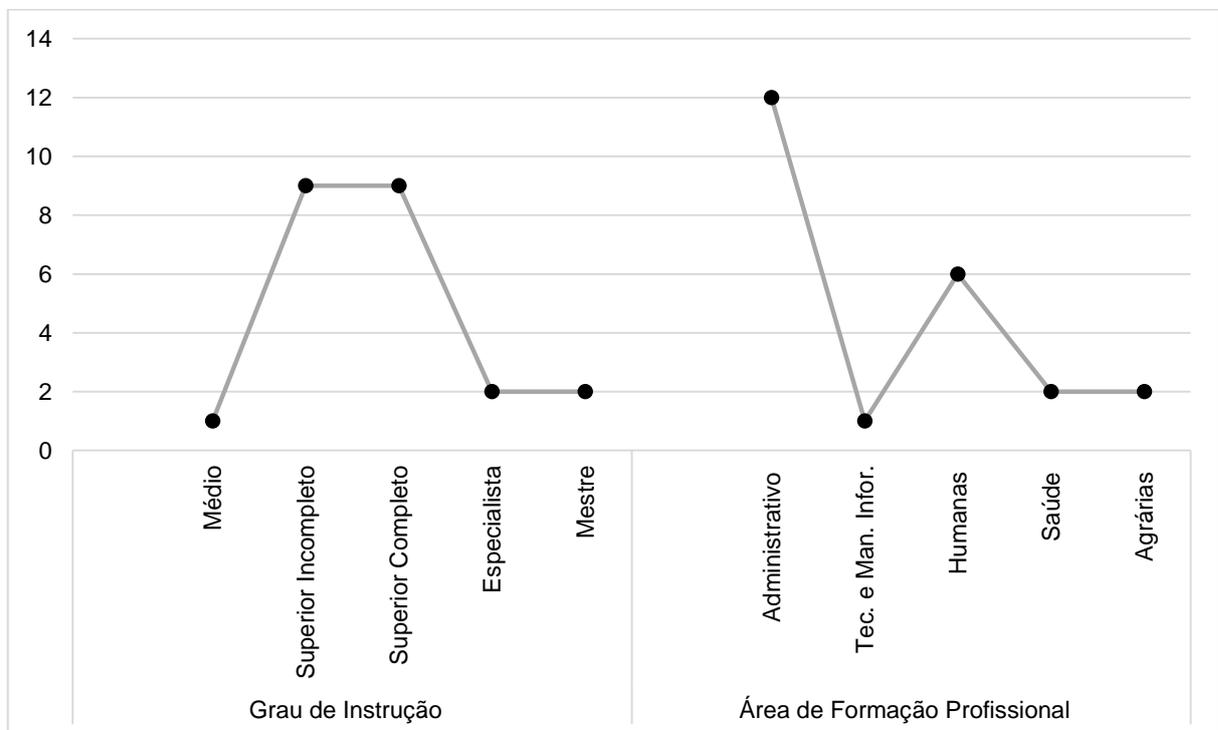
Com a finalidade de levar dados de satisfação das empresas empregadoras quando ao serviço prestado pelos deficientes físico-motores de Guaraí, o

questionário foi aplicado aos chefes imediatos responsáveis por essas empresas públicas e/ou privadas.

No total, 23 pessoas responderam esse questionário, sendo que, os primeiros questionamentos foram destinados a montar os seus perfis pessoais. Desse total, 13 pessoas (56,5%) da amostra eram do sexo masculino e 10 do sexo feminino (43,5%). Essas pessoas declararam também não possuir nenhum tipo de deficiência.

Elas foram questionadas também a respeito do grau de instrução educacional e a formação profissional para finalizar o perfil pessoal dos chefes imediatos dos deficientes físico-motores (Figura 19). Nesse contexto, a maioria dos chefes imediatos já possuem ensino superior e/ou pós-graduação. Diante dos resultados, foram encontradas 9 pessoas que iniciaram uma formação superior, porém, ainda não concluíram; outras 9 pessoas declararam que já possuem o ensino superior completo; 2 são especialistas; 2 mestres e 1 possui ensino médio completo.

Figura 19. Relação entre o grau de instrução dos chefes imediatos e a formação profissional.



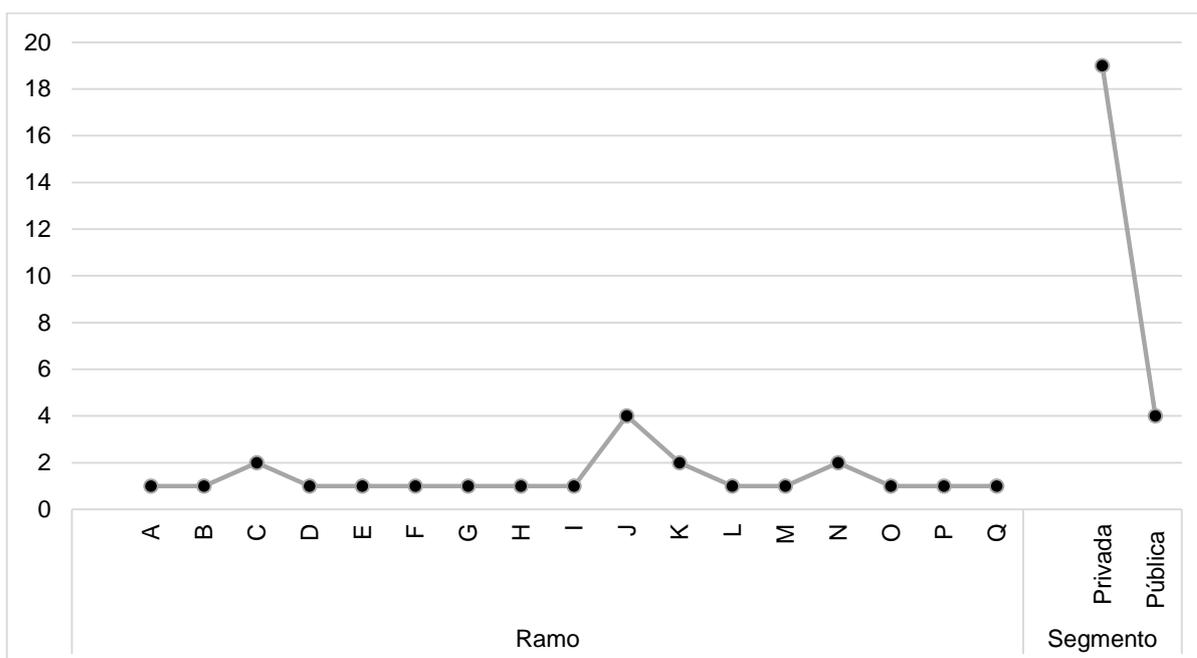
Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à área de formação profissional desses indivíduos, também descrita na Figura 19, a maioria dos chefes imediatos estão inseridos na área da

administração, com 12 pessoas que estão atuando nessa área. Também foram encontrados chefes inseridos nas áreas de: humanas (6); saúde (2); agrárias (2) e tecnologia e manutenção de informática (1).

Após levantar o perfil individual de cada chefe imediato dos deficientes físico-motores de Guaraí, foi então elaborado o perfil da empresa na qual essas pessoas trabalham (Figura 20). Dentre as perguntas, encontra-se a relação entre o ramo e o segmento dessas empresas. A maioria está inserida no ramo dos comércios (17 empresas), porém, também existem empresas inseridas no ramo da gestão pública (1), nas ciências jurídicas (2); na educação (1), nos serviços públicos municipais (1) e hotelaria (1).

Figura 20. Relação entre o ramo e o segmento das empresas que empregam os deficientes de Guaraí.



*A = Comércio de Móveis e eletrodomésticos; *B = Comércio de utilidades; *C = Comércio de alimentícios; *D = Comércio de combustíveis; *D = Comércio de internet e equipamentos; *F = Comércio de motocicletas e equipamentos; *G = Comércio de calçados e tecidos; *H = Comércio, instalação e reparos de pneumáticos; *I = Comércio de enxovais; *J = Comércio agrícola; *K = Comércio de materiais para construção; *L = Comércio de medicamentos e perfumaria; *M = Gestão Pública; *N = Ciências Jurídicas; *O = Educação; *P = Serviço público municipal; *Q = Hotelaria.

Fonte: Elaborado pela autora.

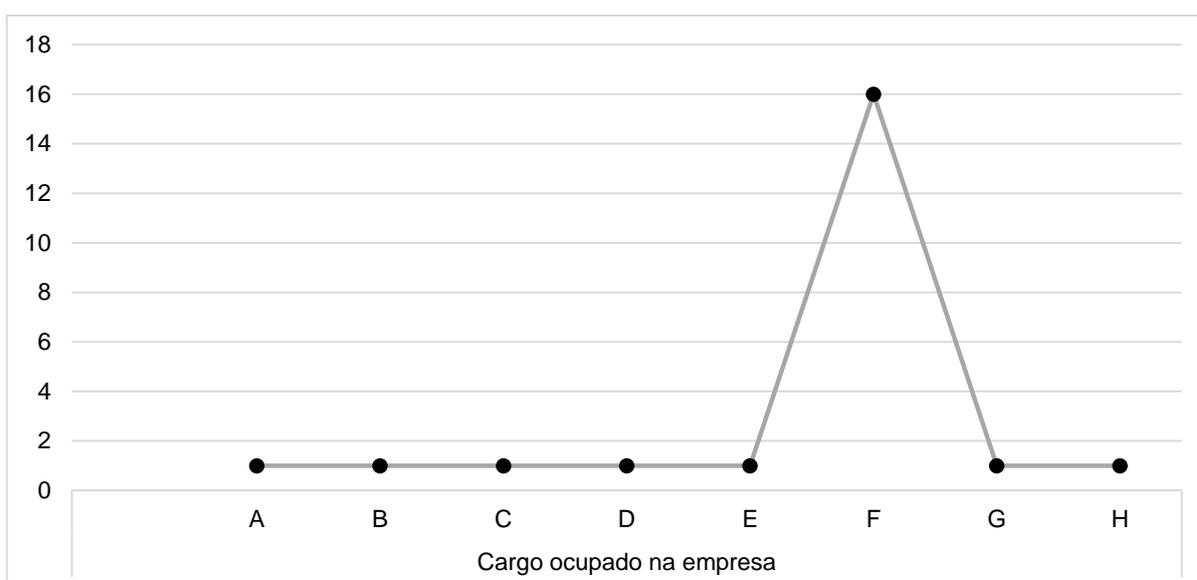
Quanto ao segmento, a maioria das empresas pertencem ao segmento privado, com um total de 19 empresas que se encaixam nessa modalidade, contra somente 4 no segmento do funcionalismo público, como por exemplo: o ramo da gestão pública, das ciências jurídicas e dos serviços públicos municipais.

Estes resultados vão de encontro com aqueles publicados por Violante e Leite (2011), em um trabalho intitulado “A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP”, ao qual avaliaram em um total de 12 empresas no processo de inclusão de pessoas deficientes no quadro de funcionários, sendo que, 83,3% das empresas eram da iniciativa privada, especialmente indústrias e prestadoras de serviço.

Tanaka e Manzini (2005) também encontraram resultados semelhantes no trabalho intitulado “O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência?”, com dados coletados em uma cidade do Paraná, ao qual, perceberam que, a maioria das empresas que empregavam deficientes físicos pertenciam ao ramo privado e que a maioria estavam inseridas no comércio, indústria e prestação de serviços.

Essas pessoas também foram questionadas quanto ao cargo que ocupam dentro dessas instituições, com a finalidade de identificar o grau hierárquico de chefia que esses indivíduos exercem sobre os deficientes físico-motores de Guaraí (Figura 21). A maioria dos chefes ocupam o cargo de gerência, com um total de 16 pessoas atuando nessa profissão.

Figura 21. Relação dos cargos ocupados pelos chefes imediatos nas empresas empregatícias de Guaraí-TO.



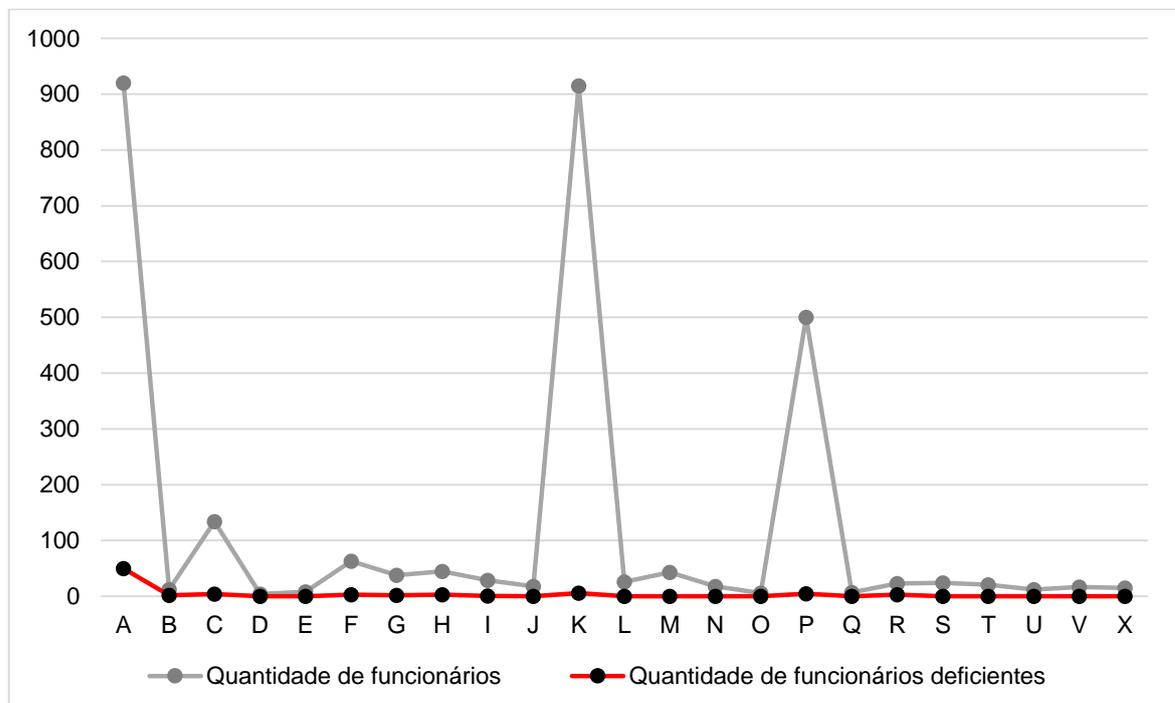
*A = Subsecretária de administração, planejamento e finanças; *B = Promotor de Justiça; *C = Magistrado; *D = Coordenadora de Recursos Humanos; *D = Administrativo Rh; *F = Gerente; *G = Diretora de Contratos e Licitações; *H = Consultor de peças.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como chefes também foram encontrados: 1 subsecretaria de administração, planejamento e finanças; 1 promotor de justiça; 1 magistrado; 1 coordenadora de recursos humanos; 1 administrador de Rh; 1 diretora de contratos e licitações e 1 consultor de peças.

Com a finalidade de averiguar o processo de inclusão trabalhista dos deficientes de Guaraí, foi gerado um gráfico de sobreposição que compara a quantidade total de funcionários com a quantidade de funcionários deficientes em cada empresa investigada para verificar o atendimento à lei de cotas (ZANITELLI, 2013), que preconiza a seguinte situação: “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1991). Nesse caso, para cumprir com a legislação da confidencialidade seguindo as recomendações de Braga (2013) com adaptações, foram atribuídos códigos alfabéticos a cada empresa (A-X) (Figura 22) participantes da pesquisa.

Figura 22. Relação entre a quantidade total de funcionários de cada empresa com a quantidade de funcionários deficientes.



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os resultados obtidos, 4 das 23 empresas investigadas entram na obrigatoriedade da reserva e preenchimento de vagas destinadas a deficientes de acordo com o número total de funcionários, pois estas, possuem 100 ou mais funcionários registrados. Nesse caso, a empresa “A” possui um total de 920 funcionários registrados; destes, 50 são deficientes. Já a empresa “C” possui um quantitativo total de 134 funcionários; destes, 4 são deficientes. Já a empresa “K” tem um total de 915 funcionários, sendo que desse total 6 são deficientes. E por fim, a empresa “P” informou que, não tem certeza do número exato de funcionários cadastrados, mas acredita estar próximo a 500, sendo que desse total 5 são deficientes.

Considerando o texto da Lei de cotas (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991), Art. 93, as empresas que possuem de 100 a 200 funcionários devem obrigatoriamente reservar 2% de suas vagas aos deficientes, porém esse número aumenta à medida que aumenta o número total de funcionários da empresa. Nessa perspectiva, empresas que possuem de 201 a 500 funcionários devem destinar 3% das vagas. Já as empresas que contêm em seu quadro de funcionários de 501 a 1.000 funcionários devem destinar 4% de suas vagas; e empresas que possuem de 1001 em diante, obrigatoriamente devem destinar 5% das vagas para deficientes (BRASIL, 1991).

Portanto, a empresa “A” deveria contratar 37 deficientes; a empresa “C”, 2; a empresa “K”, 37 e a “P”, 15 funcionários. Diante desses resultados é possível concluir que, as únicas empresas que estão atendendo a obrigatoriedade da Lei de cotas são: “A” e “C”, tendo em vista que estão com número satisfatório de deficientes lotados em suas vagas de trabalho. Já as empresas “K” e “P” estão com uma quantidade de vagas preenchidas por este público muito abaixo do que é preconizada pela legislação brasileira.

O não cumprimento da lei de cotas também foi observado em um trabalho realizado por Ribeiro e Carneiro (2009), intitulado “A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho”, que buscou informações a respeito da empregabilidade de pessoas deficientes de acordo com dados obtidos por meio das Procuradorias Regionais do Trabalho (PRT da 3ª região de Belo Horizonte), entre os anos de 2000 e 2007. De acordo com dados apresentados pelos autores, das 4.982 vagas destinadas a

pessoas deficientes, somente 1.572 encontravam-se ocupadas, com uma representatividade somente de 31,6% de ocupação.

Complementando os dados obtidos neste trabalho, de acordo com as teorias de Violante e Leite (2011), a participação de pessoas deficientes no mercado de trabalho ainda se apresenta em desvantagem quando comparados com as oportunidades ofertadas as pessoas que não possuem nenhum tipo de deficiência, mesmo diante das condições preconizadas em legislação específica.

Desta forma, a taxa de empregabilidade no município de Guaraí, de acordo com os dados do Portal da Transparência da Prefeitura do município, no ano de 2020 as repartições públicas municipais contavam com 992 funcionários ativos, sendo que, deste total de 17 funcionários eram deficientes (GUARAÍ, 2020).

De acordo com o número de funcionários lotados nas Secretarias do município de Guaraí, seguindo as recomendações da Lei de Cotas, deveriam ser ofertadas um total de 4% destas vagas para pessoas deficientes, portanto, a administração da prefeitura de Guaraí não está atendendo as exigências propostas por estas Leis, considerado que, o total de funcionários deficientes deveria ter um número de 40. No entanto, no extrato do Rh foram encontrados somente 17.

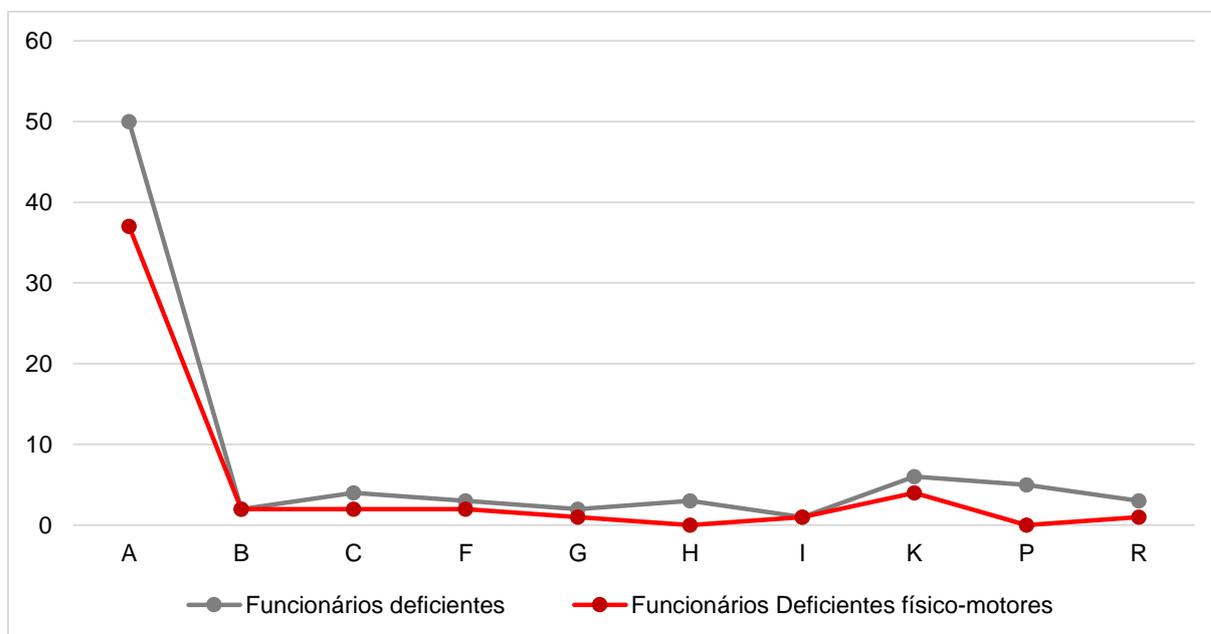
No âmbito das empresas privadas, de acordo com o último levantamento realizado pelo IBGE (2017), o município contava com 537 empresas ativas somente no ano de 2017, com 3.480 pessoas ocupadas, destas 2.917 eram assalariadas e 105 eram deficientes físicos. Diante destes fatos, observa-se, portanto, que, mesmo com a implantação destas leis específicas, não representam fatores decisivos para reorganizar os aspectos reais desta população.

Conforme o parecer de alguns autores, dentre os principais aspectos que podem estar interferindo no processo de inclusão destas pessoas no mercado de trabalho podem estar relacionados a necessidade de sensibilização dos gestores de empresas potenciais que podem contribuir com o aumento na taxa de empregabilidade destas pessoas, por meio da compreensão quanto ao seu compromisso e social (LORENZO, 2016; SANTOS *et al.*, 2016; SASSAKI, 2003; SCUSSIATTO, 2015; SILVA; FURTADO; PEREIRA-SILVA, 2016).

Todas as empresas que informaram a existência de deficientes compondo o seu quadro de funcionários, foram questionadas quanto à quantidade de deficientes físico-motores entre eles (Figura 23). Da lista das 10 empresas que possuem

deficientes, somente 8 afirmam existir deficientes físicos com limitações motoras por entre o quadro de funcionários.

Figura 23. Relação entre a quantidade total de funcionários deficiente de cada empresa com a quantidade de funcionários deficientes físico-motores.



Fonte: Elaborado pela autora.

A empresa que apresenta o maior número de funcionários deficientes físico-motores é a “A”, pois do total de 50 deficientes, 37 possuem limitações motoras. Posteriormente, a empresa “K” que, de 6 funcionários deficientes, 4 possuem limitações físico-motoras e a “C”, que de 4, 2 se enquadram nesse perfil. As empresas com menor número de funcionários deficientes apresentaram o seguinte resultado: “B” com 2; “F”, 2; “G”, 1, “I”, 1 e “R” também com 1. As empresas “H” e “P” não informaram deficientes físico-motores entre o quadro de funcionários.

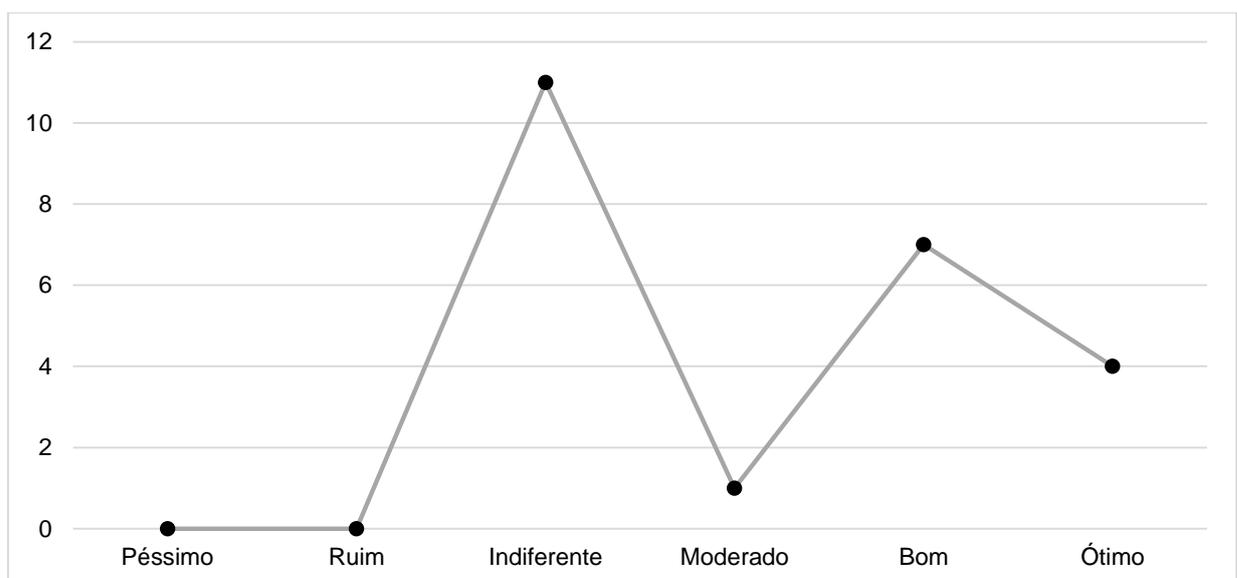
De acordo com o trabalho realizado por Ribeiro e Carneiro (2009), do total de 773 deficientes inseridos no mercado de trabalho em Belo Horizonte entre os anos de 2000 e 2007, 489 eram deficientes físicos, ocupando assim, 63,3% das vagas destinadas a contratação de pessoas deficientes nesta localidade.

Esses participantes também foram questionados sobre as possibilidades de baixo desempenho e/ou prejuízo de suas empresas devido à contratação de funcionários deficientes físicos com limitações motoras e 100% dos chefes responderam que “não”: essas empresas nunca apresentaram baixo rendimento ou prejuízo devido à contratação destas pessoas.

Diante desta perspectiva, alguns autores defendem a teoria de que a oferta de emprego para deficientes físicos ainda deve passar por algumas melhorias, especialmente no âmbito das organizações responsáveis por defender os direitos destas pessoas no processo de inclusão trabalhista, como por exemplo, a busca ativa por melhorias, adequações e adaptações na infraestrutura, assim como, dos recursos necessários para que estes deficientes possam desempenhar suas funções com qualidade, apresentando rendimento e minimizando os prejuízos trabalhistas ocasionados pela deficiência. Porém, o ponto mais importante para o sucesso da inclusão destas pessoas no mercado de trabalho está no processo de desmistificação dos preconceitos relacionados a capacidade e potencial das pessoas deficientes em desempenhar as suas funções diante do cargo que ocupam (GUGEL, 2007; MANTOAN 2006; POLLETTI, 2011).

Essas pessoas também foram questionadas quanto à sua concepção do desempenho pessoal de cada funcionário deficiente físico-motor em uma escala que varia de péssimo a ótimo (Figura 24). Diante desses resultados, é possível verificar que nenhum dos chefes de deficientes físico-motores consideram seu desempenho trabalhista como “péssimo” ou “ruim”, sendo que todos os conceitos estão avaliados entre “indiferente” e “ótimo”.

Figura 24. Concepção dos chefes imediatos quanto ao desempenho trabalhista dos deficientes físico-motores de Guaráí – TO.



Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto, 11 chefes declararam que o trabalho de pessoas deficientes com dificuldades motoras é indiferente, haja vista que não conseguem perceber um baixo rendimento dessas pessoas em detrimento de suas limitações. Em contrapartida, 7 pessoas julgaram o desempenho individual dos deficientes como “bom” e atende as expectativas da empresa e; 4 afirmaram que “ótimo” e que está acima das expectativas da empresa. Somente 1 chefe declarou que o desempenho é “moderado” e oscila quanto à qualidade do serviço prestado.

Em estudo publicado por Violante e Leite (2011), intitulado “A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP”, onde foram entrevistados funcionários responsáveis pelos recursos humanos de 12 empresas as quais possuem em seu quadro de funcionários pessoas deficientes físicas. De acordo com os resultados apresentados pelos autores, a maioria das pessoas entrevistadas afirmam que não existe nenhuma objeção quando a qualidade e produtividade do serviço prestado por pessoas deficientes em suas empresas, assim como, estas pessoas não causam transtornos e problemas que poderiam atrapalhar o bom andamento do trabalho no local.

Os chefes imediatos dos deficientes físico-motores foram questionados quanto aos principais motivos que interferem no momento da contratação destas pessoas (Tabela 8), podendo esses citar mais um motivo para justificar tal dificuldade. A maioria dos chefes afirmam que a maior dificuldade consiste na ausência de capacitação na área a ser empregado, por parte do deficiente, levando à inviabilidade da contratação dessa pessoa para desempenhar tal função.

Tabela 8. Os principais motivos que interferem na contratação de deficientes físico-motores em Guaraí-TO.

Maiores dificuldades em contratar deficientes físico-motores em Guaraí		
MOTIVO	N	%
Ausência de capacitação na área a ser empregado.	11	47,8%
Baixa escolaridade.	9	39,1%
Desconheço qualquer dificuldade inerente a deficientes físicos quanto a execução de sua profissão.	8	34,8%
Adequações a serem realizadas para a adaptação destas pessoas no ambiente.	6	26,1%

Dificuldades de relacionamento com os outros funcionários e usuários.	4	17,4%
Baixo desempenho cognitivo.	1	4,3%
Dificuldades de resolução de problemas relacionados a sua função.	1	4,3%
Dificuldades em compreender a hierarquia que rege a empresa.	1	4,3%
Outro.	11	47,8%

*N = Número de pessoas que marcou a alternativa; *% = Representação em porcentagem;

*Outro = Outro motivo diferente daqueles mencionadas pelo questionário.

Fonte: Elaborado pela autora.

Estes resultados estão de acordo com aqueles encontrados na aplicação dos questionários para os deficientes físico-motores. De acordo com os deficientes, o processo de escolarização não contribui para a sua inclusão social e educacional, assim como, não os capacita para o mercado de trabalho. Considerando que, as Políticas Públicas Educacionais devem ser formuladas e aplicadas para interferir positivamente na melhoria da qualidade de vida do público-alvo, os deficientes de Guaraí apontam falhas na aplicação destas Políticas, especialmente no processo de capacitação destas pessoas.

Segundo Philereno *et al.* (2015); Santos *et al.* (2016); Silva e Furtado (2013), para que o processo de inclusão social de deficientes seja de fato efetivado é necessário que sejam empregados projetos e serviços de capacitação destinado aos deficientes que estejam mais relacionados com a demanda do mercado de trabalho, tanto no quesito atribuído ao próprio deficiente, como, com as necessidades específicas de cada empresa.

Neste sentido, a elaboração e implantação de Políticas Públicas Educacionais destinadas a oferta de capacitação profissional dos deficientes, especialmente daqueles com necessidades físico-motoras seria uma alternativa para prepará-los para a atuação profissional e assim, possibilitar a conquista para a inclusão social.

De acordo com Cardoso e Kern (2016), para que estas ações sejam efetivas é necessário que a pessoa deficiente possa ter livre acesso a instituições educacionais que apresentam especialidades em capacitar deficientes para o mercado de trabalho por meio de mecanismos que apresentam como pilar central a educação, reabilitação e capacitação profissional, tornando assim, o aluno apto a ingressar nos vários setores do mercado de trabalho.

Portanto, as instituições especializadas em receber este público precisam priorizar o desenvolvimento de ações que identifiquem e aprimorem especialmente,

as potencialidades, as aptidões e os interesses profissionais do aluno deficiente, a fim de, ensinar-lhe a desenvolver algumas atividades de cunho profissional e, assim efetivar o processo de inclusão social destas pessoas (COSTA *et al.*, 2011; MENDES *et al.*, 2004; SASSAKI, 2003).

Além da ausência de capacitação, foi enfatizada também a “baixa escolaridade” destas pessoas, pois para ocupar um determinado cargo é necessário que o indivíduo comprove com documentos a escolaridade mínima exigida pelo cargo a ser pleiteado. Também foi citada a questão das dificuldades de relacionamento desses deficientes com outros funcionários e usuários da empresa, considerando que a relação interpessoal é de fundamental importância para manter a organização e harmonia no ambiente de trabalho.

Resultados apresentados por Ribeiro e Carneiro (2009), com coletas de dados realizadas em Belo Horizonte entre 2000 e 2007, demonstram que os problemas relacionados a baixa escolaridade são prevalentes na formação escolar de deficientes que pleiteavam vagas no mercado de trabalho durante este intervalo de tempo, em que a maioria destas pessoas possuem somente o ensino fundamental ou médio, sendo que, somente 7,9% das pessoas informadas na pesquisa possuíam ensino superior.

Porém, alguns desses chefes enfatizam ainda que as dificuldades não estão relacionadas somente ao futuro funcionário, mas também às adequações que devem ser realizadas na empresa a fim de adaptar o ambiente de forma a atender a demanda dessas pessoas no local de trabalho. Ainda convém lembrar que as adaptações são necessárias, tendo em vista que essas representam o principal alicerce que dá a esses funcionários a possibilidade de desempenhar suas funções trabalhistas com êxito.

Alguns participantes da pesquisa afirmaram que “desconhecem qualquer dificuldade inerente a deficientes físicos quanto à execução de sua profissão”, enfatizando que não existem barreiras que não possam ser quebradas e assim possibilitar a inclusão social e trabalhista dessas pessoas. Outros chefes indicaram que existem alguns problemas como: baixo desempenho cognitivo, assim como, dificuldades de resolução de problemas relacionados à sua função e dificuldades em compreender a hierarquia que rege a empresa. Alguns também enfatizaram que

existem outros problemas relacionados a esse tema e que não foram inclusos no questionário do trabalho.

Os chefes imediatos responderam também à questão que faz referência à concepção individual sobre a origem das dificuldades de inclusão social, educacional e trabalhista de pessoas deficientes físico-motores (Tabela 9), podendo esses apontar mais de uma alternativa de acordo com os seus julgamentos. A maioria dos chefes imediatos acreditam que o principal problema de inclusão dessas pessoas origina-se no sistema governamental do país, o qual não faz investimentos apropriados, a fim de mediar a formação desse cidadão. Enfatiza-se ainda que esses profissionais deixaram claro que a ausência de capacitação é um dos requisitos que mais reprovam um deficiente físico-motor no momento da contratação.

Tabela 9. Os principais problemas existentes na concepção dos chefes imediatos quanto a inclusão de deficientes físico-motores em Guaraí-TO no meio social e no mercado de trabalho.

Problemas relacionados a inclusão de deficientes físico-motores em Guaraí		
Motivo	N	%
No sistema governamental do país, que não faz investimentos apropriados para mediar a formação deste cidadão.	15	62,2%
Na baixa quantidade de instituições especializadas para receber e instruir pessoas com deficiência física e assim, construir cidadãos preparados para os ambientes sociais.	14	60,9%
Nas escolas de ensino público, que não são capacitadas e não fornecem conhecimentos básicos para estas pessoas resolverem problemas cotidianos.	11	47,8%
Na comunidade em geral, pois o brasileiro não possui conhecimento e estrutura para acolher pessoas com deficiência física nos ambientes sociais.	9	39,1%
Nas escolas de ensino privado, que não fornecem educação inclusiva.	8	34,8%
Na família destas pessoas, pois não procuram recursos eficientes para o seu correto desenvolvimento cognitivo e motor.	8	34,8%
Na maioria das empresas contratantes, pois, ainda não conseguiram se adequar corretamente para receber funcionários e clientes deficientes.	8	34,8%
Não vejo problema quanto a inclusão de pessoas com deficiência física em ambientes sociais e no mercado de trabalho.	5	21,7%

***N = Número de pessoas que marcou a alternativa; *% = Representação em porcentagem.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Além da deficiência de investimentos por parte do sistema governamental, alguns desses chefes acreditam também que a baixa quantidade de instituições especializadas para receber e instruir pessoas com deficiência física e, assim, construir cidadãos preparados para os ambientes sociais influenciam significativamente nos problemas de inclusão no Brasil. Os participantes da pesquisa afirmam também que além da deficiência na quantidade e qualidade de instituições especializadas em instruir e capacitar essas pessoas, as escolas de ensino público, também têm a sua parcela da responsabilidade, pois essas não são capacitadas e não fornecem conhecimentos básicos para que os deficientes de forma geral e, especialmente os deficientes físico-motores, possam desenvolver habilidades necessárias para a resolução de problemas cotidianos.

Além das escolas de ensino público, a comunidade em geral também foi citada como um dos pontos que dão origem à não inclusão dessas pessoas, pois, de acordo com os participantes da pesquisa, o brasileiro não possui conhecimento e estrutura para acolher pessoas com deficiência física nos ambientes sociais e fazem com que esses sejam excluídos do processo de atuação como cidadão, impedindo que essas pessoas possam contribuir para o desenvolvimento do local. Essa responsabilidade também foi atribuída às escolas de ensino privado, pois essas não fornecem educação inclusiva e fazem com que os alunos deficientes matriculados nessas instituições nunca terão acesso ao ensino igualitário e que prioriza o processo de inclusão social e educacional.

Outro ponto de origem importante e citado pelos participantes é a família dessas pessoas, as quais, na maioria dos casos, não procuram recursos eficientes para que ocorra o desenvolvimento cognitivo e motor dos deficientes físico-motores, de forma a tornar essas pessoas proativas, livres e capazes de resolver todos os tipos de problemas relacionados tanto com sua locomoção, como interação social, educacional, trabalhista, afetiva e entre outros.

Também foi abordada, pelos chefes imediatos, a questão da dificuldade de inclusão que se originam na maioria das empresas contratantes, tendo em vista que essas ainda não conseguiram se adequar corretamente para receber funcionários e até mesmo seus clientes deficientes e usuários dos serviços prestados. Essa

adequação está relacionada não somente às mudanças físicas e estruturais do ambiente, mas também à capacitação do pessoal para que tenham desenvoltura para atender a demanda imposta pelas limitações existentes na deficiência físico-motora.

Entretanto, mesmo com tantos obstáculos encontrados e que interferem no processo de inclusão, citados nessa pesquisa, alguns chefes acreditam que não existem problemas quanto à inclusão de pessoas com deficiência física em ambientes sociais e no mercado de trabalho.

Com a finalidade de reafirmar a existência de inclusão e agregá-la, foi questionada a possibilidade de um deficiente físico-motor ser promovido de cargo nas empresas de Guaraí; desse modo, o questionário buscou levantar o número de funcionários que foram promovidos por essas empresas nos últimos 5 anos (Quadro 4). Do total de 8 empresas que afirmaram existir deficientes físico-motores por entre o seu quadro de funcionários, somente 5 declararam que ocorreu promoção de cargo dessas pessoas devido ao tempo de serviço, escolaridade e/ou capacidade de atuar em um cargo superior.

Quadro 4. Registro de promoção de cargos ocupados por deficientes físico-motores nos últimos 5 anos em empresas empregatícias de Guaraí – TO.

Promoção de deficientes físico-motores de Guaraí - TO nos últimos 5 anos
Sim. Foi nomeado na hierarquia
Sim. Coordenadoria de curso superior
Sim. De montador para vendedor
Sim. Um servidor concorreu uma vaga para agente de fiscalização e foi promovido para assistente administrativo
Sim. Camareira para Cozinheira
Não sei informar

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os cargos de promoção ocupados por essas pessoas é possível perceber que esses estão distribuídos em funções que exigem baixa, média e alta escolaridade, como por exemplo, um funcionário que foi promovido a hierarquia devido ao tempo de serviço prestado na empresa; e outro que ocupava cargo de montador de móveis e foi promovido a vendedor na mesma empresa na qual trabalhou com cargo e salário inferiores. Outro exemplo marcante é de uma

deficiente que ingressou no quadro de funcionários de um hotel de Guaraí como camareira e, devido ao seu desempenho, foi promovida a cozinheira, passando a obter cargo e salário superiores à função anteriormente ocupada por ela.

Também foi possível verificar a promoção de funcionários deficientes em cargos ocupados pelo funcionalismo público, em que um deficiente ocupava vaga de agente de fiscalização e conseguiu promoção para o cargo de assistente administrativo em uma das secretarias municipais de Guaraí. Também foi possível perceber a promoção de um deficiente físico com limitações motoras do cargo de professor de ensino superior para o de coordenador de curso, com salário e função superior à anterior.

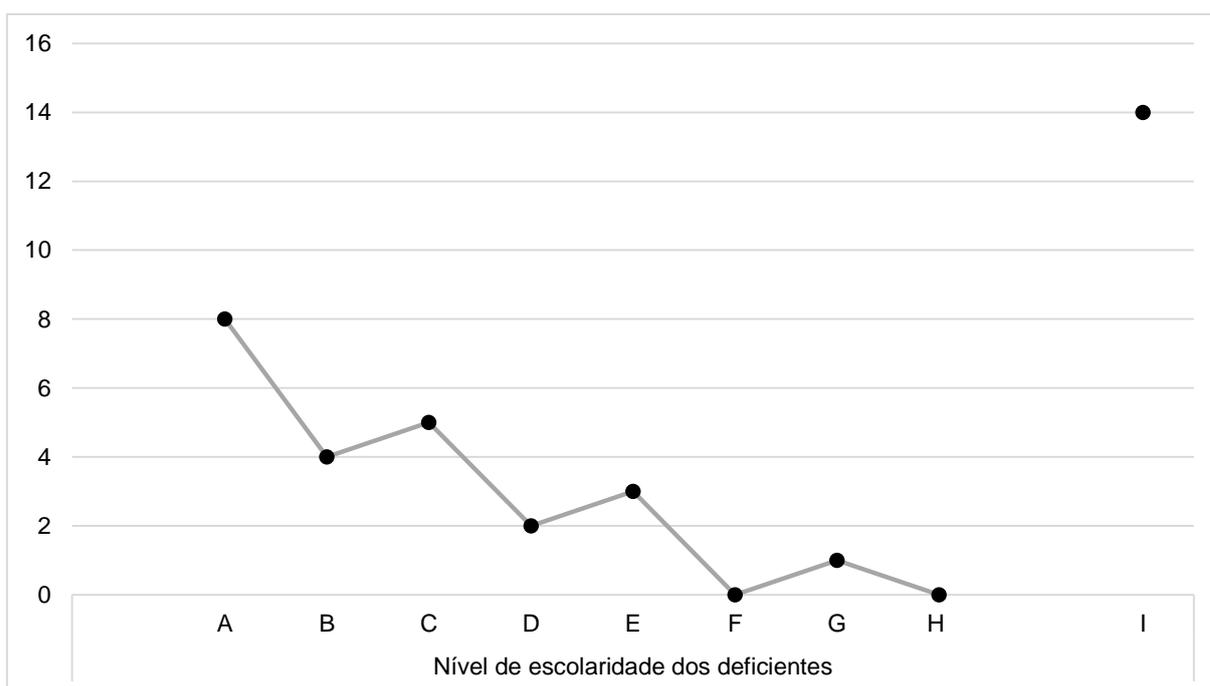
Por meio desses exemplos é possível concluir que os deficientes físicos com dificuldades motoras de Guaraí podem ser incluídos nos vários grupos sociais e serem capazes de resolver problemas complexos e assim participar das decisões da sociedade na qual faz parte e ainda contribuir para o desenvolvimento daquele local, devido à sua participação ativa na produção de bens e valores do PIB municipal e que são convertidos em benefícios para a melhoria na qualidade de vida da sociedade em geral.

Esses chefes também foram questionados quanto à existência de algum ocorrido relacionado à exoneração de deficiente físico-motor do quadro de funcionários em razão do baixo desempenho apresentado na realização de suas atividades trabalhistas. Diante desse fato, nenhuma dessas pessoas informaram existir alguma exoneração desses funcionários das empresas na qual prestam serviço, devido ao baixo desempenho delas. Também foram questionados quanto à existência de algum deficiente estar ocupando atualmente algum cargo de chefia nessas empresas e, das 8 empresas citadas acima, somente 1 afirmou que o cargo ocupado pelo deficiente físico é de chefia: “Sim. Coordenação de curso”.

Mesmo com números ainda relativamente baixos quanto à inclusão social dessas pessoas, ainda é possível verificar que esses podem ser preparados corretamente para o processo de inclusão. Esse fato reafirma a necessidade de investir recursos para a capacitação educacional, social e trabalhista de deficientes físico-motores e assim possibilitar a inclusão social e a realização de seus anseios pessoais e profissionais de forma segura, com qualidade e garantindo a igualdade de oportunidade para essas pessoas.

Essa pesquisa buscou identificar também o nível de escolaridade desses deficientes físicos citados pelos chefes imediatos que responderam ao questionário (Figura 25), sendo que cada respondente do questionário poderia marcar mais de uma alternativa caso o funcionário possuísse mais de um curso de formação. Com relação ao grau de instrução, a maioria dos deficientes possuem somente o ensino fundamental, com 8 pessoas que se enquadram nessa descrição; 4 pessoas possuem ensino médio incompleto e/ou está cursando; 5 pessoas já possuem o ensino médio completo; 2 pessoas possuem o ensino médio e técnico integrado; 3 pessoas possuem o ensino superior e/ou tecnólogo e, 1 já é mestre. Outro ponto importante a ser considerado é que a maioria dessas pessoas possui algum curso de capacitação, pois, de acordo com os chefes imediatos, 14 deficientes se enquadram nessa descrição.

Figura 25. Grau de escolaridade dos deficientes físico-motores de Guaraí – TO empregados nestas empresas.



***A = Ensino fundamental; *B = Ensino médio incompleto; *C = Ensino médio completo; *D = Ensino médio completo e técnico; *E = Ensino superior e/ou tecnólogo; *F = Especialização; *G = Mestrado; *H = Doutorado; *I = Cursos de capacitação.**

Fonte: Elaborado pela autora.

A presente pesquisa buscou respostas para a motivação encontrada pelos deficientes físico-motores ao se depararem com a oportunidade de emprego e assim seguir em frente com seus estudos (Tabela 11). Diante dos resultados obtidos,

verifica-se que a maioria dos chefes imediatos afirmam que a oportunidade de inserção no mercado de trabalho não motivou os deficientes a seguirem em frente com seus estudos, pois 17 pessoas marcaram essa alternativa no questionário. Porém, existe um ponto positivo, tendo em vista que 6 chefes imediatos afirmam que sim, que os deficientes contratados por sua empresa foram motivados a continuar seus estudos.

Tabela 10. Possibilidades de avançar nos estudos devido a contratação e a existência de cursos de capacitação fornecidos pela empresa para atender a demanda dos deficientes físico-motores.

Evolução nos estudos após contratação e capacitação ofertada pela empresa		
Pergunta	Resposta	
	Sim	Não
Deficientes avançaram nos estudos após a contratação?	6	17
Formação continuada ofertada pela empresa?	6	17

Fonte: Elaborado pela autora.

Os respondentes do questionário também responderam à pergunta que faz referência à oferta de cursos de capacitação por parte da empresa na qual trabalha a todo o quadro de funcionários, com o objetivo de prepará-los a receber e atender a demanda tanto dos funcionários deficientes como dos usuários dos serviços prestados (Tabela 10). Os resultados dessa pergunta apresentaram o mesmo padrão da questão anterior, isto é, 17 chefes afirmaram que a empresa não oferta esse tipo de curso aos funcionários; no entanto, 6 afirmaram que sim, que ofertam cursos de capacitação para que seus funcionários sejam preparados e capacitados a atender os deficientes físico-motores que frequentarem esses estabelecimentos.

O questionário pediu aos chefes que afirmaram existir cursos de capacitação fornecidos por sua empresa, para atender as necessidades tanto dos funcionários como dos usuários de seus serviços, que identificassem esses cursos (Quadro 5). No entanto, somente 4 chefes informaram quais são esses cursos e 2 afirmaram que não têm conhecimento a respeito dos cursos. Os cursos mais citados foram: motivacional, língua portuguesa, LIBRAS, atendimento ao público, principais aspectos da mediação e conciliação e atendimento ao cliente.

Quadro 5. Os tipos de adaptações físicas e a existência de cursos de capacitação para todo o quadro de funcionários com a finalidade de atender os deficientes físico-motores de Guaraí – TO.

Instalações físicas e cursos de capacitação	
Adaptações nas instalações físicas	Cursos de capacitação ofertados
Rampas.	Cursos de capacitação e motivacional.
Acessíveis nas repartições da empresa com rampas, corrimão, banheiros adaptados etc.	Cursos de língua portuguesa, LIBRAS, atendimento ao público, principais aspectos da mediação e conciliação.
Acessibilidade nas entradas, saídas, banheiros e garagens.	O mesmo ofertado aos demais colaboradores, cursos motivacionais.
Rampas de acesso e banheiro privativo.	Capacitação no atendimento ao cliente.
Banheiros com barras de sustentação instaladas para facilitar seu uso, rampas de acesso ao interior e no interior da loja.	Não sabe informar.
Rampas de acesso em todo o ambiente. Adequação nos banheiros.	Não sabe informar.
Corrimão, rampas, portas largas, banheiros adaptados entre outros.	Não sabe informar.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, os chefes imediatos foram questionados quanto à existência de adaptações físicas nas instalações da empresa para atender a demanda dos funcionários e usuários dos serviços oferecidos pela empresa (Quadro 4). Do total de 23 pessoas que responderam ao questionário, somente 7 afirmaram que existem adaptações físicas necessárias para atender a demanda dos deficientes físico-motores. Dentre essas adaptações, as que se destacam são: rampas, corrimãos, banheiros, garagens adaptadas e portas largas.

4.3 Resultado da entrevista realizada com os mediadores da educação de Guaraí

Além da aplicação dos questionários para os alunos deficientes, também foram realizadas entrevistas com a representante da Diretora Regional de Ensino, descrita no presente trabalho como “entrevistado 1” e com o representante da Secretaria Municipal da Educação, o “entrevistado 2”.

Estas entrevistas foram realizadas visando identificar quais são as Políticas Públicas Educacionais de inclusão de pessoas com deficiência física motora e como estas Políticas têm sido aplicadas no município. No total foram realizadas 7 perguntas para essas pessoas e estão citadas no quadro abaixo (Quadro 6).

Quadro 6. Perguntas da entrevista destinada a coletar informações para a identificação das Políticas Públicas Educacionais de Guaraí – TO.

ENTREVISTA DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE GUARÁI – TO
Quantos alunos deficientes físicos motores estão matriculados nas escolas estaduais/municipais de Guaraí?
Existe atualmente algum documento de orientação da educação estadual/municipal que preconize a elaboração e execução de políticas públicas educacionais para a inclusão de deficientes físicos motores nas escolas do Estado/Município? Quais são estes documentos e suas recomendações?
Quanto as necessidades de preparar os deficientes físicos motores para a resolução de problemas reais atribuídos ao mercado de trabalho e aos desafios da vida, quais são as recomendações previstas pela SEDUC/SEMEC para serem aplicadas nas escolas?
Quanto a disponibilidade de recursos para a educação. Existem recursos destinados a aquisição de material didático pedagógico para a inclusão de deficientes físicos no processo ensino-aprendizagem?
Existe recurso destinado para a aquisição de equipamentos ou utensílios de adaptação predial para a recepção de alunos deficientes físicos matriculados nas escolas regulares?
Qual é a autonomia que as escolas têm em elaborar projetos de políticas públicas educacionais para a inclusão de deficientes e quais as possibilidades de conseguir recurso destinado a este projeto, como por exemplo, aquisição de cadeiras de rodas, muletas, bengalas e até mesmo, contratação de pessoal para ministrar cursos de capacitação a estes deficientes?
Na sua concepção, a inclusão educacional e social dos deficientes físicos de Guaraí pode contribuir para o desenvolvimento local? Como? Por quê?

Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira entrevistada foi representante da Diretoria Regional de Educação de Guaraí “entrevistado 1”. De acordo com a entrevistada, este é formado em Pedagogia e Especialista em Orientação Educacional e, está neste mesmo cargo há 2 anos. De acordo com a entrevistado, no ano de 2020, estavam matriculados 28 alunos com deficiência físico-motora nas escolas estaduais do município de Guaraí.

Ao ser questionado sobre a existência de documentos orientadores da educação estadual que preconize a elaboração e execução de Políticas Públicas

Educacionais para a inclusão de deficientes físicos motores nas escolas do Estado, o entrevistado 1, forneceu a seguinte resposta:

“Os documentos norteadores que tratam das Políticas Públicas Educacionais para as pessoas com deficiência no que tange à inclusão utilizados pela Secretaria de Estado da Educação Juventude e Esporte do Estado do Tocantins são os documentos oficiais do Ministério da Educação, os documentos nacionais como a Lei 9.394 de 96, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Resolução nº 4 de 2009 do Conselho Nacional de Educação que, institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Também temos as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Temos ainda a base Nacional Comum Curricular a BNCC, dentre outras... tudo isso pautado nas legislações específicas que tratam dos direitos da pessoa com deficiência. Esses documentos, eles trazem diversas orientações em relação a diversos assuntos como, formação de professores, oferta de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender as necessidades dos alunos com deficiência. A definição do público-alvo do atendimento educacional especializado: o que é, como, onde, quando será realizado o atendimento educacional especializado, dentre outras inúmeras recomendações” (entrevistado 1).

Esta pessoa, também foi questionada quanto às necessidades de preparação dos deficientes físicos motores para a resolução de problemas reais atribuídos ao mercado de trabalho e aos desafios da vida. Dessa forma, tal pergunta visa compreender quais são as recomendações previstas pela SEDUC/SEMEC para serem aplicadas nas escolas da rede estadual do Tocantins. Diante dessa pergunta, segue a resposta:

“O currículo das unidades escolares da rede estadual de ensino é pautado nos documentos nacionais como, a Base Nacional Comum Curricular BNCC que propõe entre as suas dez competências gerais da educação básica que o aluno aprenda a valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhes possibilitem entender as relações próprias do mundo trabalho e, fazer escolhas alinhadas ao exercício da Cidadania ao seu projeto de vida, com Liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Nesse sentido, os alunos deverão desenvolver competências que lhes permitam ter uma compreensão sobre o mundo do trabalho desenvolvendo uma visão Ampla e crítica sobre dilemas, relações, desafios, tendências e oportunidades no mundo do trabalho. Além de, identificar um espectro amplo de profissões e suas práticas, e reconhecer o valor do trabalho como fonte de realização pessoal e transformação social no que tange a preparação para o trabalho. Então esses alunos deverão reconhecer as próprias aptidões, aspirações, associando-as à possíveis percursos acadêmicos e projetos profissionais, refletir sobre as perspectivas para o presente e o futuro, projetando metas para o ensino médio e por consequência, para o ensino superior. Assim as escolas têm a missão de através do currículo escolar preparar o aluno para o mundo

do trabalho. Essa é a missão da escola, e de preparar esse aluno, com base nesse currículo nacional e com base também no documento curricular do Tocantins, que traz questões específicas sobre o estado, sua cultura, sua história e na nessa preparação para o mundo do trabalho”(entrevistado 1).

Além de buscar informações sobre as necessidades de preparar os deficientes físicos motores para a resolução de problemas reais atribuídos ao mercado de trabalho, também foi questionada sobre a disponibilidade de recursos destinados para a educação especial, com a finalidade de adquirir material didático pedagógico para a inclusão de deficientes físico-motores no processo de ensino-aprendizagem. Com relação a essa pergunta, foi ofertada a seguinte resposta pelo entrevistado 1:

“As unidades escolares recebem recursos financeiros do programa “Dinheiro Direto na Escola” PDDE, é um programa Federal. É destinado, o recurso financeiro que provém desse programa é destinado a aquisição de material pedagógico, dentre outro. Para que a escola possa fazer a compra de material pedagógico acessível para inclusão de deficientes físicos no processo de ensino-aprendizagem, essas ações devem estar presentes no Projeto Político Pedagógico da escola, documento que possibilita a organização e execução da proposta Educacional da escola. Nesse documento que é vivo, dinâmico, e que reflete a identidade da escola, são definidos os caminhos a serem percorridos, as responsabilidades individuais e coletivas, assumidas na forma a alcançar objetivos e metas nele estabelecidas. Então, se a escola tem uma proposta e um perfil inclusivo, neste documento estão contidas as ações financiáveis que poderão resultar em aquisição de material pedagógico acessível para os alunos com deficiência física” (entrevistado 1).

Ainda na perspectiva de inclusão social dos alunos deficientes físico-motores, foi questionado se existe recurso destinado para a aquisição de equipamentos ou utensílios de adaptação predial para a recepção de alunos deficientes físicos matriculados nas escolas regulares da rede estadual de ensino. O entrevistado 1 observou atentamente tal pergunta e fez a seguinte explicação quanto aos recursos destinados para esse fim:

“Sim, existe recurso destinado para aquisição de equipamentos e utensílios de adaptação predial. Esses recursos, eles são destinados para as escolas contempladas com o programa “Escola Acessível”. Esse programa tem por Objetivo promover condições de acessibilidade ao meio ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e a comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. É o programa Escola Acessível que disponibiliza recursos por meio do programa “Dinheiro Direto na Escola” PDDE. As escolas contempladas pelo programa “Escola Acessível” são as mesmas escolas que já foram contempladas com programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e, no âmbito deste programa, são financiadas as ações de adequação arquitetônica, ou

seja, para a construção de rampas, sanitários acessíveis, vias de acesso, instalação de corrimão, de sinalização visual, tátil, sonora. E também, podem ser financiadas ações de aquisição de cadeira de rodas, recursos de tecnologia assistida, bebedouros, imobiliário e mobiliários acessíveis. Então, esse programa “Escola Acessível” é um programa que destina recursos para as escolas contempladas desenvolverem essas ações que já foram citadas”(entrevistado 1).

A entrevista objetivou conhecer também a autonomia que as escolas da rede estadual do Tocantins têm para elaborar os seus próprios projetos destinados à aplicação de Políticas Públicas Educacionais para a inclusão de deficientes físico-motores e quais as possibilidades de conseguir recursos financeiros que possam custear esses projetos, como, por exemplo, para aquisição de cadeiras de rodas, muletas, bengalas e, até mesmo, contratação de pessoal para ministrar cursos de capacitação destinados a esses deficientes e assim, prepará-los para o mercado de trabalho. Para responder essa pergunta, o entrevistado 1 fez a seguinte afirmação:

“As unidades escolares não têm autonomia no sentido de executar Políticas Públicas próprias, até porque, ela obedece a uma hierarquia e tem como órgão direto ali a SEDUC. Então assim, embora elas tenham uma autonomia na sua gestão, elas obedecem a legislação Estadual, Federal e a hierarquia funcional. Então nesse caso, se elas necessitam de recursos para aquisição de bens e materiais, estes são solicitados a Secretaria de Estado e Educação, Juventude e Esportes SEDUC, ou, são recebidos pelas escolas através desses programas que eu já falei, como programa “Escola Acessível” por exemplo. Então, no que tange essa questão de executar Políticas Públicas próprias para conseguir recursos, as escolas não têm essa autonomia. No que tange, as APAEs essas poderão desenvolver projetos para conseguir recursos para compra desses bens e materiais, mas isso, é feito através da Associação de Pais e Amigos, e não através da gestão da escola especial. É que a escola que está diretamente ligada a SEDUC e, que através da sua gestão não há esse tipo de desenvolvimento de Política, mas através da Associação de Pais e Amigos, aí sim eles podem conseguir recursos”(entrevistado 1).

A última pergunta destinada a esse profissional foi de cunho pessoal, questionando-se, quanto à concepção do entrevistado 1, se a inclusão socioeducacional dos deficientes físico-motores de Guaraí pode contribuir para o desenvolvimento local; como ele acredita que poderia ser essa contribuição e porquê. Nesse sentido, o entrevistado ofertou a seguinte resposta:

“A Inclusão social e educacional é fundamental tendo em vista que é importante para resgatar o respeito humano e a dignidade, possibilitando o desenvolvimento e o acesso de todos no sistema educacional e no mercado de trabalho de forma digna. Acredito que essa inclusão trará muito aprendizado para ambas as partes. Para a inclusão dos deficientes físicos no mercado de trabalho, as empresas privadas e públicas deverão desenvolver oportunidades de empregos.

Trabalhar a inclusão tanto educacional e social é uma maneira de possibilitar que esse grupo tenha acesso aos direitos que são garantidos pela constituição” (entrevistado 1).

Diante dos resultados coletados por meio da metodologia “entrevista” utilizada com a Diretoria de Guaraí, é possível observar que, as escolas do Estado não podem propor projetos destinados a inclusão de pessoas deficientes de forma autônoma, sendo que, as Unidades Escolares do Estado do Tocantins, em especial do município de Guaraí, estão à mercê de projetos específicos construídos pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC-TO e, embasados pela Legislação Federal que abordam a problemática de forma bem generalista e não podem atender as necessidades específicas de cada discente deficiente matriculado as escolas estaduais de Guaraí.

Este método de aplicação das Políticas Públicas Educacionais Estaduais destinadas a inclusão de pessoas deficientes físicas podem estar contribuindo para a ineficiência no processo de inclusão da maioria dos deficientes físicos que participaram da presente pesquisa, pois, o processo ensino-aprendizagem pode não estar sendo aplicado de forma enfática na individualidade e de acordo com as dificuldades e necessidades de aprendizagem de cada um destes alunos que frequentam o ensino público estadual, sendo assim, ignorado a realidade da localidade e de acordo com o público atendido em cada Unidade Educacional de Guaraí. Por tanto, foi identificado a existência de Políticas Públicas Educacionais de inclusão ao deficiente físico, porém, não específicas para o público-alvo do trabalho, deixando lacunas no processo de inclusão educacional, social e trabalhista destas pessoas.

Diante deste cenário, existem recursos estaduais destinados a desenvolver adaptações na estrutura física das escolas, assim como, para a aquisição de material pedagógico necessário para a instruir estas pessoas para a resolução de problemas cotidianos, no entanto, este recurso não pode ser utilizado para melhorar a qualidade de vida do aluno deficiente dentro e fora das instalações da Unidade de Ensino, como por exemplo, aquisição de cadeira de rodas, muletas e/ou bengalas adaptadas e atendendo a necessidade de cada deficiente.

Esta dificuldade em aplicar recursos para melhorar a qualidade de vida do aluno no interior das salas de aula, podem estar contribuindo para a evasão escolar destas pessoas nas escolas estaduais de Guaraí, pois, além de não existir

um ambiente preparado para a sua estadia no interior da sala de aula, ainda não existem recursos necessários para a sua locomoção até a Unidade Escolar e, assim poder concluir o ensino básico que possibilitaria a inclusão destas pessoas na sociedade e, especialmente no mercado de trabalho, pois, não foram citados pela Diretora de Ensino a existência de projetos destinados a capacitação destas pessoas para o mercado de trabalho.

Essa entrevista também foi realizada com um representante da Secretaria Municipal de Educação de Guaraí, nomeado “entrevistado 2”. A primeira pergunta do questionário reafirma a quantidade de alunos deficientes físico-motores matriculados nas escolas da rede municipal de ensino:

“Quanto ao formulário de entrevista sobre a existência do processo de inclusão a crianças com deficiências físicas na rede Municipal de Guaraí, nós temos a seguinte situação: Atualmente nós contamos com duas crianças matriculadas e que apresentam necessidades especiais na área da deficiência física” (entrevistado 2).

Quanto à existência e quais são os documentos que orientam a elaboração de Políticas Públicas para a inclusão de deficientes físicos nas escolas municipais, o representante da Secretaria Municipal prestou o seguinte esclarecimento:

“Como documento nós temos o PPP da escola. Nós temos também as leis de inclusão e o Estatuto da Criança e do Adolescente e, também as orientações que são repassadas via os comitês gestores de inclusão e direitos humanos” (entrevistado 2).

O entrevistado 2 falou também sobre as atividades que fazem parte do conjunto de ações que visam trabalhar as necessidades de preparar os deficientes físico-motores para o mercado de trabalho e para a vida cotidiana de acordo com as recomendações da SEDUC/SEMEC, para serem aplicadas nas escolas do município. Diante desse questionamento, o entrevistado 2 fez a seguinte afirmação: “Em relação ao mercado, trabalhar nossas crianças é possível ainda no ensino fundamental I, no qual nós trabalhamos mais os aspectos emocional, social, e da Cidadania; porém, no momento, não tem nenhum trabalho voltado ao mercado de trabalho” (entrevistado 2).

Outra questão também enfatizada foi a disponibilidade de recursos para a educação especial, destinados à aquisição de material didático pedagógico para a inclusão de deficientes físicos no processo ensino-aprendizagem nas escolas do município.

“Como documento, nós temos o PPP da escola. Nós temos também as leis de inclusão e o Estatuto da Criança e do Adolescente e, também as orientações que são repassadas via os comitês gestores de inclusão e direitos humanos”.E também há um investimento para a aquisição de material didático-pedagógico, a produção de material estruturado, então sob demanda as escolas os professores eles solicitam os materiais que são necessários para que possa ser utilizado com as crianças, a curto, médio e longo prazo”(entrevistado 2).

Outra indagação feita ao representante da Secretaria Municipal de Educação tem relação com os recursos destinados à adaptação da estrutura dos prédios das escolas para atender as necessidades específicas de cada aluno deficiente, com direito à seguinte resposta:

“Quanto as Políticas Públicas né, que orientam o trabalho da rede Municipal com as crianças que tem algum tipo de necessidades físicas, primeiro deve ser incluído no PPP da escola a proposta de adequação do espaço escolar, a questão das salas de aula sem adequações, as portas e também a questão da preparação das atividades de envolvimento socioafetiva”(entrevistado 2).

Diante dos esclarecimentos prestados pela Secretaria Municipal de Educação, foi enfatizado que, os documentos que norteiam o processo de inclusão sócio/educacional de pessoas deficientes físicas por parte do poder municipal também estão pautados nas Leis de inclusão preconizadas pelo MEC e pelos documentos orientadores do Estado, encaminhados pela SEDUC-TO. No entanto, as escolas do município apresentam autonomia para desenvolver projetos específicos para a inclusão de deficientes físicos, com tanto que, estes projetos estejam contemplados no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade Escolar.

Outro ponto importante enfatizado pelo Secretário de Educação do município é que, as Unidades Escolares municipais trabalham as questões de inclusão social de alunos deficientes por meio da abordagem emocional, justamente, por se tratar de pessoas que estão iniciando a sua carreira estudantil e ainda não apresentam idade para capacitação específica para o mercado de trabalho.

O diferencial apresentado pelo poder municipal quanto ao incentivo das pessoas deficientes físicas no ensino básico (fundamental I), é a questão da aquisição e utilização de recursos necessários para manter a estadia do aluno em sala de aula, como por exemplo, a aquisição de equipamentos e utensílios que possam melhorar a qualidade de vida do aluno no interior da sala de aula. A aquisição deste material deve estar inclusa no documento interno da Unidade

Escolar (PPP), para que assim, seja adquirido e fornecido ao aluno de acordo com suas necessidades específicas.

Diante destes resultados, é possível comparar com aqueles encontrados na aplicação do questionário para os deficientes físicos e expressos na Figura 7 do presente trabalho, em que é possível concluir que as Políticas Públicas Educacionais para a inclusão de pessoas deficientes nas escolas públicas do município, são mais efetivas quando aplicadas pelo poder municipal do que pelo estadual. Pois, neste gráfico é possível perceber que, o número de alunos que são matriculados no ensino fundamental I (de responsabilidade do município) apresenta maior número de pessoas do que no fundamental II e ensino médio (de responsabilidade do estado).

Estes resultados também podem ser observados na Figura 25 do presente trabalho. Esta figura expressa os resultados do questionário aplicado aos chefes imediatos dos deficientes físico motores empregados nas empresas de Guaraí. De acordo com os resultados desta figura, a maioria dos deficientes físico-motores empregados em Guaraí, possuem somente o ensino fundamental I, com um número reduzido de pessoas que conquistaram um grau de escolaridade mais elevado.

Por tanto, diante da abordagem deste trabalho, foi identificado que em Guaraí existem Políticas Públicas Educacionais para a inclusão de pessoas com deficiência física motora, no entanto, algumas destas Políticas não são bem aplicadas devido ao processo burocrático de utilização de recursos destinados a execução de projetos destinados para este fim.

Outro ponto importante, que pode ser enfatizado no presente trabalho, é a participação destas pessoas no processo de desenvolvimento local de Guaraí. Pois, mesmo com uma quantidade mínima da população amostral no mercado de trabalho, foram encontradas pessoas da população que estão inseridas no meio trabalhista, com diferentes graus de escolaridade, exercendo diferentes níveis de atribuições e, que contribuem para a melhoria na qualidade de vida da sociedade de Guaraí, sendo então, possível identificar sua participação no processo de desenvolvimento deste local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível concluir que no município de Guaraí existem Políticas Públicas Educacionais destinadas a inclusão de pessoas deficientes físicas com dificuldades de locomoção. No entanto, estas Políticas apresentam-se de forma burocrática e em alguns casos inacessíveis diante de algumas especificações inerentes as características particulares de cada deficiente.

Neste sentido, a maioria dos deficientes físicos que compuseram a população amostral do presente trabalho, apresentaram baixa escolaridade, ausência de capacitação para o mercado de trabalho e, pouca ou nenhuma experiência profissional, além de, demonstrarem dependência financeira e estrutural do poder público ou de amigos e familiares. Fatores estes que dificultam o processo de inclusão social destas pessoas, tornando-as isoladas e, impossibilitando sua participação na tomada de decisão da sociedade ao qual estão inseridos.

As principais Políticas Públicas Educacionais para a inclusão destas pessoas que foram apontadas no presente trabalho estão ligadas a adaptações dos espaços físicos, especialmente em instituições públicas; atendimento educacional especializado em instituições de ensino específicas para este fim e, aquisição de material didático pedagógico que auxiliem o processo ensino-aprendizagem destas pessoas. No entanto, em alguns casos, estas políticas não possibilitam a flexibilização para a aquisição de equipamentos e utensílios que possibilitam a melhoria na qualidade de vida destas pessoas, não ofertando melhores condições de mobilidade, conforto e comunicação que favoreçam o acesso e a permanência diante da inclusão social.

Contudo, os efeitos da burocratização das Políticas Públicas Educacionais de inclusão social de pessoas deficientes físico-motoras podem ser observados diretamente na participação destas pessoas no mercado de trabalho e especialmente na carreira acadêmica, podendo ser este, um dos motivos para o alto número de deficientes físicos desempregados, assim como, do aumento progressivo na taxa de evasão escolar por parte destas pessoas.

Neste sentido, o poder público municipal apresenta maior flexibilização para o desenvolvimento de Políticas Públicas Educacionais de inclusão social dos deficientes físicos em comparação com o poder público estadual. As Políticas

Públicas municipais conferem as escolas autonomia para a inclusão e desenvolvimento de projetos específicos que possam fortalecer o laço entre os deficientes e o processo ensino-aprendizagem, além de, possibilitar sua frequência em todos os anos de escolarização do ensino fundamental ao ensino superior.

Outro ponto importante observado no decorrer do trabalho é a participação destas pessoas no desenvolvimento local de Guaraí. Desta forma, mesmo apresentando altos números de deficientes desempregados, estes participam ativamente no desenvolvimento do município, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida da população.

Desta forma, é necessário propor projetos que visem ações mais efetivas para a solução dos principais problemas apontados no presente trabalho e que estão interferindo na eficiência da Políticas Pública de inclusão social destas pessoas. Nesta perspectiva, a melhor forma de minimizar os efeitos desta ineficácia seria propor reformas na legislação que rege o processo de inclusão social de deficientes, enfatizando a necessidade de inserir e sustentar estas pessoas nos diferentes níveis de escolarização, assim como, ofertar condições de mobilidade, conforto e qualidade no processo de aprendizagem que permitam a sua estadia e conclusão da sua formação básica.

Além dos investimentos em educação básica, seria necessário também, ofertar a estas pessoas o ensino básico associado a capacitação para o mercado de trabalho. Desta forma, ofertar ensino técnico integrado ao ensino básico em diferentes áreas trabalhistas, capacitando estas pessoas a desempenhar funções específicas e, treiná-los para resolver problemas de ordem trabalhista poderia representar uma solução para os problemas de inclusão trabalhistas destas pessoas, aumentando suas chances de ingressar no mercado de trabalho e assim, participar com mais eficiência do processo de desenvolvimento do local ao qual estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ACIAG, Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guaraí. Perfil das empresas comerciais de Guaraí-TO. Documento impresso e obtido do sistema online da **ACIAG-Guaraí, 2020**.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. Avaliação da técnica de amostragem “*Respondent-driven Sampling*” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: **Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009**. Dissertação de Mestrado, 99p, 2009.

AMIGUINHO, A. Educação em meio rural e desenvolvimento local. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 18, n. 2: pp. 7-43, 2005.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDREOLI, V. M.; CAMPOS, M. A. T. Contribuições da Educação Ambiental para o desenvolvimento comunitário local na Ilha do Mel (Paraná). **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, Edição especial XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental, p. 132-149, set. 2017.

ARAÚJO, J. P.; SCHMIDT, A. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 12, n. 2, p. 241-254, 2006.

ASSIS, O. Q.; PUSSOLI, L. **Pessoa Deficiente: direitos e garantias**. São Paulo: EDIPRO, 1992.

AÚN, M. P.; CARVALHO, A. M.; KROEFF, R. **Aprendizagem Coletiva em Arranjos Produtivos Locais: Um Novo Ponto para as Políticas Públicas de Informação**. In: Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, 5, 2005, Salvador. Anais... Salvador: ENLEPICC, 2005.

AZEVEDO, C. B., & LOUREIRO, M. R. **Carreiras públicas em uma ordem democrática: entre os modelos burocrático e gerencial**. *Revista do Serviço Público*, ENAP, 54(1), 45-61, 2003.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BAHIA, M. S. **Responsabilidade social e diversidade nas organizações: contratando pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa *snowball* (bola de neve). **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v. 27, 2011.

BAPTISTA, A. K.; SILVA, F. C. M. **Perfil demográfico e do emprego das pessoas com deficiência no município de Belo Horizonte, MG – Brasil**. Ver. Med. Minas Gerais, v. 20, n. 1, p. 289-298, 2010.

BRAGA, R. **Ética na publicação de trabalhos científicos**. Ver. Port. Med. Geral Fam, v. 29, p. 354-6, 2013.

BRASIL, **Decreto Nº 44.236, de 1º de agosto de 1958**. Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais. Congresso Nacional, 1958.

_____. **Lei nº 4.613, de 2 de abril de 1965**. Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou pessoas portadoras de defeitos físicos ou quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns. Senado Federal, Brasília, 1965.

_____. **Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982**. Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1982.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília. CORDE, 1994.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 17 de abril de 2020.

_____. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil (recurso eletrônico). Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, p. 518, 2018.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 17 de abril de 2020.

_____. **Educação Especial: tendências atuais**. Salto para o Futuro. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

_____. **Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação

do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União 1989.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei n. 909, de 8 de novembro de 1949**. Autoriza a emissão especial de selos em benefício dos filhos sadios dos lázaros. Congresso Nacional, Brasília, 1949.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 17 de abril de 2020.

_____. **Lei nº 8.035/2010, de 20 de dezembro de 2010**. Plano Nacional de Educação. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=831421&filenome=PL+8035/2010. Acesso em: 17 de abril de 2020.

_____. **Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993**. Dispõe sobre o reajustamento da pensão especial aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1993.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1993.

_____. **Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994**. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1994.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 de abril de 2020.

_____. Ministério do Trabalho. **Perfil do Município**. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em: 24 de abril de 2020.

BRASILEIRO, Ismênia de Carvalho et al. Atividades e participação de crianças com Paralisia Cerebral conforme a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. **Revista Brasileira de enfermagem**, v. 62, n. 4, p. 503-511, 2009.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

CAMINO, L., DA SILVA, P.; MACHADO, A.; PEREIRA, C. **A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica**. Revista de Psicologia Política. v. 1, n. 1, p. 13-36, 2001.

CARACAS. **Report on Alternative Development Indicators: redefining wealth and progress**. Indianapolis / New York, 1989.

CARDOSO, L. K.; KERN, C. A. R. Capacitação da pessoa com deficiência intelectual ao mercado de trabalho numa APAE do sul de Santa Catarina. **Revista de Ciências HUMANAS**, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 437-458, 2016.

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. dos; JÚNIOR, L. da C. G.; OLIVEIRA, E. A. Q. de A. Comunicação para o desenvolvimento: considerações para uma construção de interfaces temáticas. **Rev. Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 4 (número especial): p. 3-30, 2016.

CARVALHO, M. A. de; GUMBOWSKY, A. **Políticas públicas e desenvolvimento regional: a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. Rev. Barú, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 114-134, jan./jun. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, S. F. de; ALMEIDA, M. A. Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras. **Rev. bras. educ. espec.**, v. 20, n. 2, p. 179-194, Marília, 2014.

COSTA, M. C. A. et al. Inclusão social pelo trabalho: a qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, p. 200-214, 2011.

DA SILVA, L. A. M. G. **A inclusão da pessoa com deficiência no mercado do trabalho no Brasil: em busca da efetividade das agências do sistema nacional de emprego**. vol. 04, n°. 53, pp. 306-325, Curitiba, 2018.

DALLABRIDA, V. R. Territory planning and management: the theory debate in Brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on territorial governance. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 4 (número especial): p. 51-77, 2015.

_____. Governança Territorial e Desenvolvimento: uma introdução ao tema. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, p. 15-38, 2011.

DALLABRIDA, V.; SIEDENBERG, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, n. 04, p. 33-62, 2004.

DANIEL, C. Perspectivas que o D.L. e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo. In: **Poder local e socialismo**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

DECHICHI, C. **Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental**. 2001. Tese [Doutorado em Psicologia da Educação]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

DOWBOR, L. **Educação e desenvolvimento local**. Anais Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido; São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire: Editora Esfera: p. 22-36, 2009.

DURKHEIM, E.; ANTHONY, G. **Emile Durkheim Selected Writings**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1972.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução de Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, p. 59-83 .2000.

FAGUNDES, M. V. C; GIROLETTI, D. A. **Universidade pública e desenvolvimento regional: um estudo da contribuição da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. UESB, 2014.

FERREIRA, J. R.; GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. In: SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. (Orgs.) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP&A, p. 372- 390, 2003.

FERRONATTO, B. C.; WAGNER; L. C.; FALKENBACH, A. P. **Inclusão laboral da pessoa portadora de deficiência**. Rev. Digital, Buenos Aires, v. 12, n. 117, 1988.

FIGUEIRA, E. **Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editora, 2008.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. (2010b). **O nascimento da medicina social**. In Microfísica do poder. São Paulo: Edições Graal. (Originalmente publicado em 1979), 1979.

FRANCO, A. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy**. Instituto de Política, 2001.

FURTADO, A. V.; PEREIRA-SILVA, N. L. Deficiência intelectual e trabalho: A inclusão segundo os membros familiares. In N. L. Pereira-Silva, A. G. Barbosa, & M. C. Rodrigues (Eds.), Pesquisas em desenvolvimento humano e educação (pp. 273-296). Curitiba, PR: CRV, 2016.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Ed. 7 letras, p. 210, Rio de Janeiro, 2007.

GLAT, R.; OLIVEIRA, E. da S. G. **Adaptações Curriculares. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro**. Banco Mundial, 2003. Disponível em: <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva>. Acessado em: 22 de jan. de 2021.

GODOY, A. S.; ANTONELLO, C. S. Competências individuais adquiridas durante os anos de graduação de alunos do curso de administração de empresas. **Revista de Ciências da Administração**. v. 11, n. 23, p. 134-156, 2009.

GOLDIM, J. R.; PITHAN, C. F.; OLIVEIRA, J. G.; RAYMUNDO, M. M. O processo de consentimento informado livre e esclarecido em pesquisa: uma nova abordagem. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 49, n. 4, p. 372-374, 2003.

GOMES, W. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Revista Fronteiras, São Leopoldo, v. VIII, n. 3, p. 214-222, 2005.

GOMES-MACHADO, M. L. et al. Effectsof Vocational Training on a Groupof People withIntellectualDisabilities. *Journalof PolicyandPractice in IntellectualDisabilities*, v. 13, p. 33-40, mar. 2016.

GUARAÍ, Recursos Humanos do município. **Funcionários lotados nas Secretarias do município**. Documento impresso, 2020.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoa com deficiência e o Direito do Trabalho. Florianópolis: **Obra Jurídica**. 2007.

HAFFNER, J. A. H. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950- 1961)**.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HEMMINGSON, H. B. L. **Environmental barriers in mainstream schools**.Accepted for publication, 22 august, 2001.

HUOT, R. **Métodos quantitativos para as Ciências Humanas**. (tradução de Maria Luísa Figueiredo). Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/guarai/historico>. Acessado em: 05 de jan. de 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/guarai/panorama>. Acessado em: 18 de fev. de 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2010. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/guarai/panorama>. Acessado em: 03 de dez. de 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/guarai/panorama>. Acessado em: 18 de fev. de 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Pesquisa nacional de saúde**: 2013. Ciclos de vida: Brasil e grandes regiões / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Trabalho e rendimento**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/guarai/panorama>. Acessado em: 18 de fev. de 2021.

INSS-GUARAÍ, Instituto Nacional de Seguro Social, Guaraí-TO. Deficientes Físico-motes residentes em Guaraí-TO. Dados do sistema do **INSS-GUARAÍ**. Documento impresso, 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicados do IPEA: Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE**. Nº 159, 01 de out. de 2013. Brasília: Ipea, 2013b.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992 -2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo**. Brasília: Ipea, 2013a.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Ed. Cortez, Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

KAFROUN, R.; PAN, M. A. G. de S. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso. **Rev. InterAÇÃO**, Curitiba, v. 5, p. 31-46, 2001.

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Education exceptional children**. Boston: Houghton MifflinCompany, 1987.

KLEIN, M. Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, p. 75-93, 1998.

LAMÓGLIA, F. B.; BONETI, L. W. O preceito da cidadania nas políticas públicas educacionais no brasil. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 5, n. 10, p. 57-79, jul.-dez. 2018.

LEAL, M. G. F.; LIMA, F. R. **Metodologia da pesquisa: Módulo VI, Curso de Especialização em Educação Tecnológica**. CEFET/RJ. Rio de Janeiro, 2009.

LEAL, W. P. P. A relação estado e políticas públicas: uma análise das ações de políticas públicas educacionais no estado do Tocantins a partir dos anos 1990. **Revista Humanidades e Inovação**, v.5, n. 4 – 2018.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LORENZO, Suelen Moraes. Inserção de pessoas com deficiências no mercado formal de trabalho a partir da percepção dos profissionais de recursos humanos das empresas. 2016. 138 f. **Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista**. Faculdade de Filosofia e Ciências. Marilía, 2016.

MACEDO, E. N. A BNCC como política educacional. **Espaço Público**, v. 3, p. 64-76, mar. 2019.

MACEDO, P. C. M. Deficiência Física Congênita e Saúde Mental. **Rev. SBPH**, v.11 n.2 Rio de Janeiro dez. 2008.

MACHADO, J. R.; FRANCO, C.; MUNHÃO, E. E.; FARIA, S. M. de. A pessoa com deficiência física e o mercado de trabalho: estudo empírico no município de Tangará da Serra-MT, dos afiliados da astandef e empresas inseridas no regime de cotas conforme Lei 8.213/91. **Rev. UNEMAT de Contabilidade UNEMAT**, v. 3, n. 5, p. 131-158, 2014.

MACIEL, M. R. C. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. Rev. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2: p. 51-56, 2000.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? porquê? como fazer? **São Paulo: Moderna**, 2006.

MARQUE, J. T.; BRACARENSE, L. dos S. F. P. **Efeitoda implantação de programas de sinalização para prevenção de acidentes viários na rodovia federal BR-153 no Estado do Tocantins**. Revista Desafios – v. 6, n. 2, p. 42-60, 2019.

MARQUES, N. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Palmas/TO: Universidade Federal do Tocantins / EDUFT, 2019.

MATALLO JR, H. **A problemática do conhecimento**. In: CARVALHO, M.C.M. (Org). Construindo o saber. 2. Ed. Campinas: Papirus, 2000.

MAZZARINO, J. M.; FALKENBACH, A.; RISSI, S. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física. **Revista Brasileira de Ciências doEsporte**, vol. 33, núm. 1, pp. 87-102, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MCGRANAHAN, D. EntwicklungsindikatorenundEntwicklungsmodelle. In: Handbuch der Dritten Welt, Band I. S. 208-221, 1974.

MENDES, E. G. **Breve histórico da Educação Especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, v. 22, n. 57: p. 93-109, 2010.

_____. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

_____. Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil. In: M. S. Palhares & S. C. F. Marins (Orgs.), **Escola Inclusiva** (p. 61-85) São Carlos: EduFSCar, 2002.

MENDES, Enicéia Gonçalves et al. Estado da arte das pesquisas sobre profissionalização do portador de deficiência. **Rev. Temas psicologia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 105-118, 2004.

MIRANDA, A. **História, deficiência e Educação Especial. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de alunos com deficiência ' mental.** São Paulo: Unimep, 2003.

MIRANDA, M. J. de. **Educação, deficiência e inclusão no município de Maringá.** Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2001.

NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. **Handbuch der Dritten Welt. Grundprobleme, Theorien, Strategien.** Band 1. 1., durchgesehener Nachdruck der 3. Auflage. Bonn, 1993.

PAIVA, C. Á. **Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas.** Rev. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 89-102, jul. 2006.

PASTORE, J. **Oportunidade de trabalho para portadores de deficiência.** São Paulo: LTr, 245p. 2000.

PEREIRA-AILVA, N. L.; FURTADO, A. V.; ANDRADE, J. F. C. de M. **A Inclusão no Trabalho sob a Perspectiva das Pessoas com Deficiência Intelectual.** Rev. TrendsPsychol., Ribeirão Preto, v. 26, n. 2: p. 1003-1016, 2018

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PHILERENO, D. C. et al. **Qualificação das pessoas com deficiência para o mercado de trabalho: um estudo de caso em Caxias do Sul – RS.** Estudo & Debate, Lajeado, v. 22, n. 1, p. 160-179, 2015.

PIMENTEL, K. P.; FALCÃO, A. C. N.; SANTOS, J. D. L. B. Políticas de inclusão de crianças com necessidades específicas nas escolas municipais de Paraíso do Tocantins. **Revista Sítio Novo**, v. 1, 2017.

POCHMANN, Márcio (Org.). **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social.** Petrópolis: Vozes, 2004.

POLETTI, Kézia Zanni. Pessoa com Deficiência e Mercado de Trabalho: Lei de Cotas. **Ldtr. Espírito Santo**, 2011.

PRETTO, N. de L. Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo. **Liinc em Revista**, v. 2, n. 1: p. 8-21. 2006.

REIS, E. Estatística Descritiva. **Ed. Sílabo**, 3ª Ed., Lisboa, 1996.

RIBEIRO, M. A.; CARNEIRO, R. **A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho.** *Rev. o&s* - Salvador, v.16 - n.50, p. 545-564, 2009.

RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar.** Salvador: EDUFBA, 2009.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa Social: Métodos e técnicas.* 3. ed. São Paulo: **Atlas, 2012.**

RODRIGUES, M. I. T.; LUCHESE, T. A. **EJA, deficiência e mercado de trabalho: a atuação docente com PCDs.** Ed. EDUCS, p.275-290, 2014.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SACHS, I. Prefácio. In: VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia.** São Paulo: Editora Best Seller, p. 141, 1999.

SANTO, A. G. do E.; CARNIELLO, M. F. As microcervejarias da região do médio paraíba fluminense como possíveis vetores de desenvolvimento regional. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 20, p. 310-327, 2019.

SANTO, G. F. E. Percepção de alunos sobre as competências individuais adquiridas durante o período de formação dos cursos superiores em tecnologia. 2013. **Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional)** – Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, 2013.

SANTOS, C. M. L. da S. A. dos. **Estatística descritiva: manual de autoaprendizagem.** Edições Sílabo – Ltda, 3ª Ed. Cidade de Manchester, Lisboa, 2018.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. da S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Rev. DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Ano 2, n. 1: p. 44-61, jul. 2012.

SANTOS, José Vitor Palhares et al. Políticas de Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma análise sobre o caso de Lavras (MG). **Revista Foco**, v. 8, n. 2, p.4-15, 2016.

SARDAGNA, H. V. **Educação para todos: Uma Política do mundo global.** Rev. Liberato: Educação, Ciência e Tecnologia, v. 7, n. 8: p. 1-8, 2006.

SARTORETTO, M L. M. Uma conquista de pais, professores e alunos. In: M. T. E. Mantoan (Org.), **Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos**

implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras (pp. 95-134) São Paulo: Memnon, 2001.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 174 p. 2003.

SCUSSIATTO, Caroline Carminatti. **Inclusão: percursos e experiências educacionais no Brasil e na Itália**. Informática na Educação: teoria e prática, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p.19-37, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. p 53. 1999.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN, Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Base de dados Geográficos: atualização**. Governo do Estado do Tocantins. Palmas, 2012.

_____. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Governo do estado do Tocantins. **Perfil socioeconômico dos municípios**. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Palmas, 2017.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A. 2000.

SIEDENBERG, D. R. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese**. Editora Unijuí, ano 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. 138p. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Nara Liana; FURTADO, Adelaine Vianna. **Inclusão no trabalho: a vivência de pessoas com deficiência intelectual**. **Interação em Psicologia**, v. 16, n. 1, jan. 2013.

SILVA, O.M. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 470p, 1987.

SILVEIRA, L. P. O.; SOUSA, E. A.; GUIMARÃES, A. P. M.; DOURADO, N. C. **Análise de dados e imagens fotográficas da condição atual de uma área da zona ripária do Rio Tranqueira, no município de Guaraí/TO**. **Natural Resources**, v.7, n.2, p.32-42, 2017.

SIQUEIRA, M. A. S. **Monografias e teses: das normas técnicas ao projeto de pesquisa**. 2.ed. Brasília: Consulex, 2013.

- SOARES, Z. C. B.; JUNIOR, L. da C. G. Representação social de pessoas deficientes na ocupação de diferentes cargos públicos no município de Guaraí/Tocantins. **Rev. LAJBM**. v. 11, n. 2, p. 120-130, 2020.
- SOUZA, M. R. de; KAMIMURA, A. L. M. Pessoas com deficiência e mercado de trabalho. **VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário O Trabalho em Debate “Saúde Mental Relacionada ao Trabalho”**, Sep. 2010.
- TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Rev. bras. educ. espec.** v.11 n.2: p. 273-94, Marília, 2005.
- TEM, Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais. 1990;2000 2010 E 2013. 2014**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br>. Acesso em: 12 de jan. de 2021.
- TESINI, S. F.; MANZINI, E. J. **Perspectivas de professores que trabalham com deficientes mentais sobre a proposta de inclusão na rede oficial de ensino**. Em E. J. Manzini (Org.), Integração do aluno com deficiência: perspectiva e prática pedagógica (pp. 85-96) Marília: UNESP, 1999.
- TESSARO, N. S.; WARICODA, A. S. R.; BOLONHEIS, R. C. M.; ROSA, A. P. B. Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais: inclusão escolar. **Rev. Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 1, p. 105-115, 2005.
- TOLDRÁ, R. C., DALDON, M. T. B., SANTOS, M. C., & LANCMAN, S. **Facilitadores e barreiras para o retorno ao trabalho: a experiência de trabalhadores atendidos em um centro de referência em saúde do trabalhador**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 35, n. 121: p. 10-22, 2010.
- VEIGA, J. E. da. **A Emergência Socioambiental**. São Paulo, Editora Senac. 2007.
- _____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VELTRONE, A. A.; ALMEIDA, M. A. Perfil da pessoa com deficiência no mercado de trabalho na cidade de São Carlos-SP. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 23, n. 36, p. 73-90, 2010.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- VIEIRA, E. T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: O Vale Do Paraíba Paulista Na Segunda Metade Do Século XX**. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.
- VIOLANTE, R. R.; LEITE, L. P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 14, n. 1, pp. 73-91, 2011.

WERTHEIN, J; CUNHA, C. da. **Educação científica e desenvolvimento: o que pensam os cientistas.** Brasília: UNESCO, Instituto Sangari, 2005.

WHA, World Health Association. Division of Mental Health. **Qualitative Research for Health Programmes.** Geneva: WHA, 1994.

ZANITELLI, L. M. **A lei de cotas para pessoas portadoras de deficiência nas empresas brasileiras: impacto e possíveis alternativas.** Rev. Ciên. & Saú. Col.; v. 18, n. 7: p. 2085-2094, 2013.

ZOLA, I. K. **Toward the necessary universalizing of disability policy.** The Milbank Quarterly, v. 83, n. 4, 2005.

APÊNDICE A –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

PREZADO(A) COLABORADOR(A), A SEGUIR SERÁ APRESENTADO O TERMO QUE ESCLARECE O OBJETIVO DO TRABALHO AO QUAL VOCÊ SERÁ PARTICIPANTE.

E-mail: _____

Nome _____ Completo _____ do _____ participante:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **“Deficientes Físicos e Desenvolvimento Regional: Aplicação e contribuição das Políticas Públicas Educacionais de inclusão social para o desenvolvimento de Guaraí/TO”**, sob a responsabilidade da pesquisadora “Zilma Cardoso Barros Soares”. Nesta pesquisa pretende-se “Analisar quais são e como têm sido aplicadas as políticas públicas educacionais para inclusão dos deficientes físicos em Guaraí/TO, baseando-se nas leis educacionais que impelem o poder público ao atendimento dessas pessoas e quais são os reflexos para o desenvolvimento daquela localidade”, por meio da abordagem qualitativa, uma vez que, leva-se em consideração a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Vale refletir que, o vínculo indissociável entre a subjetividade e o mundo objetivo do sujeito não é traduzível em números.

Utilizando-se da natureza exploratória, já que visa identificar os fatores decisivos para aprofundar o conhecimento da realidade do objeto de estudo, bem como a natureza descritiva, visando apresentar as ocorrências e fenômenos de determinada realidade, ao ser adotada, busca-se delinear os acontecimentos e fenômenos econômicos.

O tipo de análise selecionada para o desenvolvimento da pesquisa será a Estatística descritiva, além do uso do Excel e da formulação de tabelas, gráficos e figuras por ser uma técnica conhecida no meio acadêmico para o desenvolvimento de trabalhos científicos, a partir das interpretações que as pessoas dão ao significado e a sua significância. Utiliza-se também como suporte, as etapas

instituídas por Bardin, na sequência a seguir: Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

O questionário será aplicado às pessoas deficientes físico-motoras congênitas ou adquiridas e que são residentes no município, além dos chefes imediatos das instituições e empresas públicas e privadas, a Diretora Regional de Ensino e o Secretário Municipal de Educação de Guaraí.

O instrumento utilizado para desenvolver a pesquisa será a aplicação de questionários semiestruturados com perguntas fechadas. Estes questionários serão aplicados aos deficientes e empresários, a fim de levantar dados que evidenciem a aplicação das políticas públicas educacionais no processo de inclusão social dos deficientes físicos e os reflexos para o desenvolvimento local.

Já para a Diretora Regional de Ensino e o Secretário municipal de Educação, estes, participarão de uma entrevista estruturada com perguntas abertas, que, objetiva identificar quais são e como são gerenciadas estas políticas públicas educacionais em Guaraí.

Participarão da pesquisa um total de 214 deficientes físicos residentes no município. Além disso serão aplicados questionários a 23 empresários do município que possuem em seu quadro de funcionários pessoas com deficiência física.

Com relação a aplicação dos questionários para os chefes imediatos, a Diretoria Regional de Ensino de Guaraí, a Secretaria Municipal de Educação, há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios consistem em “contribuir para que a sociedade guaraiense aumente os níveis de efetivação de inclusão social, quer seja por contribuir para o aumento do conhecimento quer seja no sentido de ajudar a orientar novos rumos para a melhor utilização de políticas públicas” e os riscos “são mínimos uma vez que não há coleta de materiais ou documentos, nem realização de qualquer experimento”.

Entretanto para evitar que ocorram danos “o pesquisador responsável enviará os questionários pelo *GoogleForms*, de acordo com a disponibilidade de cada um, buscando, assim, evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano”. Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmos procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso haja algum dano ao participante, será garantido

ao mesmos procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização. O(A) Sr.(a) receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos.

Este termo de consentimento encontra-se armazenado na memória do Google Drive do e-mail utilizado para esta pesquisa e terá cópia arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao(à) senhor(a) via WhatsApp ou e-mail. Para qualquer outra informação o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone (63) 9.8404-2520, podendo inclusive realizar ligações a cobrar ou pelo e-mail zilma_pedagoga@hotmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o(a) Sr.(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br. O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

**Assinatura eletrônica do Termo para dar Consentimento ao recebimento e
resolução do questionário**

Caro participante, diante do que lhe foi esclarecido no presente termo, responda: O termo de Consentimento Livre e Esclarecimento apresentou seus objetivos de forma clara explicando passo a passo a função da sua participação nesta pesquisa?

- () Sim, o termo deixa claro o motivo da minha participação.
- () Não, o termo não deixou claro o motivo da minha participação.

Diante da leitura, você aceita participar desta pesquisa?

- () Sim.
- () Não.

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DEFICIENTES FÍSICO-
MOTORES RESIDENTES DE GUARAÍ - TO**

**Universidade de Taubaté/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional**

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Lourival da Cruz Galvão Júnior.

Mestranda: Zilma Cardoso Barros Soares

Atenção participante: o presente questionário contém 50 perguntas objetivas. Eu Zilma Cardoso Barros Soares, pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa intitulado “Deficientes Físicos e Desenvolvimento Local: Avaliação da aplicação das Políticas Públicas Educacionais de inclusão social e sua contribuição para o desenvolvimento de Guaraí/TO”, peço sua valiosa colaboração para o preenchimento do questionário a seguir que servirá para obtenção de informações que me permitirão analisar quais são e como tem sido aplicadas as políticas públicas educacionais para inclusão dos deficientes físicos em Guaraí/TO e quais são os reflexos para o desenvolvimento daquela localidade.

PERGUNTAS DE ORDEM PESSOAL

Elaborando o perfil do participante da pesquisa

1) Sexo:

- a) Feminino
- b) Masculino
- c) Outro

2) Faixa etária:

- a) Menos que 15 anos.
- b) 15 a 20 anos.
- c) 21 a 26 anos.
- d) 27 a 32 anos.

- e) 33 a 38 anos.
- f) 39 a 44 anos.
- g) 45 a 50 anos.
- h) 51 a 56 anos.
- i) 57 a 62 anos.
- j) Acima de 62 anos.

3) Nacionalidade:

- a) brasileiro (a).
- b) estrangeiro(a)

4) Naturalidade: _____

5) Estado civil:

- a) Solteiro(a)
- b) Casado(a)
- c) União Estável
- d) Separado(a)
- e) Divorciado(a)
- f) Viúvo(a)

6) Quantos filhos você tem?

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4
- f) 5
- g) 6 ou +

7) São biológicos?

- a) Sim
- b) Não

C) Não tenho filhos

8) Você é o responsável legal por estes filhos (educação, alimentação, vestimentas, saúde etc.)?

a) Sim

b) Não

C) Não tenho filhos

9) Tipo de Deficiência Física:

a) Paraplegia

b) Paraparesia

c) Monoplegia

d) Monoparesia

e) Tetraplegia

f) Tetraparesia

g) Triplegia

h) Triparesia

i) Hemiplegia

j) Hemiparesia

l) Malformação Congênita

m) AVC (Acidente Vascular Cerebral) leve (derrame)

n) Amputação

10) Qual a origem da sua deficiência física?

a) Genética.

b) Parto prematuro.

c) Acidente vascular.

d) Infecções virais, fúngicas, protozoárias e/ou bacterianas.

e) Neonatais (baixa oxigenação no cérebro, traumas no parto, procedimentos médicos inadequados etc.).

f) Hidrocefalia.

g) Subnutrição materna.

h) Subnutrição infantil.

i) Câncer.

j) Outro.

11) Como se locomove?

a) Cadeira de roda manual.

b) Cadeira de roda elétrica.

c) Moleta.

d) Bengala.

e) Me locomovo com dificuldades, mas não necessito de utensílios auxiliares.

f) Não necessito de utensílios auxiliares para locomoção.

12) Você julga o grau de sua necessidade física como:

a) Muito leve.

b) Leve.

c) Moderada.

d) Grave.

e) Muito grave.

13) Você possui alguma doença crônica grave?

a) Não tenho nenhuma doença.

b) Sou hipertenso.

c) Sou diabético.

d) Tenho colesterol alto.

e) Tenho câncer.

f) Sou falcêmico (anemia falciforme).

g) Sou hemolítico.

h) Tenho lúpus.

i) Tenho osteoporose.

j) Tenho alergias graves.

k) Tenho doença degenerativa do sistema nervoso.

l) Tenho doença degenerativa do sistema ósseo.

m) Tenho doença degenerativa do tecido muscular.

n) Outro.

14) Com relação aos laços familiares ao qual você cresceu e se desenvolveu, marque a alternativa abaixo que melhor se enquadra a sua realidade:

- a) Fui criado(a) e educado(a) pelos meus pais.
- b) Fui criado(a) e educado(a) somente por minha mãe.
- c) Fui criado(a) e educado(a) somente por meu pai.
- d) Fui criado(a) e educado(a) somente por meus avós.
- e) Fui criado(a) e educado(a) somente por meus tios.
- f) Fui criado(a) e educado(a) somente por meus primos.
- g) Fui criado(a) e educado(a) em um orfanato ou instituição de acolhimento a criança e ao adolescente.
- h) Fui criado(a) e educado(a) nas ruas.
- i) Sou adotado(a).
- j) Outro.

15) Atualmente, você mora com quem? Marque a alternativa que melhor representa a sua atual condição de convivência diária:

- a) Meus pais.
- b) Minha mãe.
- c) Meu pai.
- d) Meus avós.
- e) Meus tios.
- f) Meus primos.
- g) Com amigos.
- h) Com conhecidos.
- i) Com cônjuge ou companheiro(a).
- j) Com filhos.
- k) Sozinho.
- l) Outro.

PERGUNTAS DE ORDEM PESSOAL/ACADÊMICA

Desenvolvimento Humano

16) Com relação ao seu atual grau de instrução e instituição escolar marque a alternativa que melhor lhe representa logo abaixo:

GRAU DE INSTRUÇÃO EDUCACIONAL	MODALIDADE DE ENSINO			
	a) Integralmente pública.	b) Integralmente particular.	c) Parte pública e outro particular.	d) Não ingressei nesta etapa de estudos.
Fundamental I incompleto				
Fundamental I completo				
Fundamental II incompleto				
Fundamental II completo				
Ensino médio incompleto				
Ensino médio completo				
Ensino superior incompleto				
Ensino superior completo				
Especialista				
Mestre(a)				
Doutor(a)				

17) Você estudou em qual tipo de Instituição formadora?

- a) Totalmente em instituições de ensino especial apropriado para o meu tipo de deficiência.
- b) Parte, em instituições de ensino especial apropriado para o meu tipo de deficiência, associado ao ensino regular.
- c) Totalmente no ensino regular público.
- d) Totalmente no ensino regular privado.
- e) Parte no ensino regular público e parte no privado.
- f) Não lembro.
- g) Outro.

18) Quantos anos demorou para chegar ao nível de escolaridade ao qual se encontra atualmente?

- a) De 5 a 8 anos.
- b) De 9 a 11 anos.
- c) De 12 a 15 anos.
- d) De 16 a 18 anos.
- e) De 19 a 21 anos.
- f) De 22 a 25 anos.
- g) De 26 a 29 anos.
- h) De 30 a 35 anos.
- i) Mais de 36 anos.

19) Qual modalidade concluiu o seu ensino médio?

- a) Regular, matutino.
- b) Regular, vespertino.
- c) Regular, noturno.
- d) Regular, integral.
- e) Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- f) ENCCEJA
- g) Eu não cursei o Ensino Médio

20) As instituições de ensino básico ao qual você frequentou são no município de Guaraí, Tocantins?

- a) Sim.
- b) Não.

21) Marque as Instituições de ensino básico você frequentou em todo o seu processo de escolarização (pode marcar mais de uma alternativa, caso tenha estudado em mais de uma escola).

- a) Colégio Estadual Irineu Albano Hendges.
- b) Colégio Estadual Antônio Alencar Leão.
- c) Colégio Estadual Raimundo Alencar Leão.
- d) Centro de Ensino Médio Oquerlina Torres.
- e) Colégio Estadual Dona Anaídes Brito Miranda.
- f) Escola Estadual José Costa Soares.
- g) Escola Especial Estrela da Esperança.
- h) Escola Municipal de Tempo Integral Leôncio de Sousa Miranda.
- i) Escola Municipal Professora Maria do Socorro Coelho Silva.
- j) Escola Municipal Juscelino Kubitshek (JK).
- k) Escola Municipal Sossego da Mamãe.
- l) Centro Municipal de Educação Infantil Aquarela.
- m) Escola Municipal Luiz de Camões.
- n) Escola Municipal Euclides da Cunha.
- o) Colégio Comercial Impacto.
- p) Educandário Executivo.
- q) Educandário Moranguinho.
- r) Não estudei em Guaraí.

22) Durante o período de Escolaridade você teve alguma reprovação?

- a) Sim.
- b) Não.

23) Se sim, a que você atribui esta reprovação?

- a) Eu não tinha uma frequência assídua durante as aulas por complicação com minha deficiência.
- b) Eu não tinha uma frequência assídua durante as aulas, pois, não tinha utensílios que auxiliavam a minha locomoção.
- c) Eu não conseguia acompanhar os conteúdos.
- d) Eu não conseguia realizar as atividades e avaliações.
- e) Eu desistia do ano letivo.
- f) A maioria dos professores não tinham didática para atender um aluno com o meu tipo de deficiência.
- g) Não gostava de estudar.
- h) Não tinha afinidade com os colegas de aula, devido os eventos de bullying sofridos em decorrência da minha deficiência.
- i) Eventos depressivos que me impediam de estudar.
- j) Eu nunca reprovei nenhum ano letivo.

24) As Instituições de Ensino ao qual você participou possuíam professores capacitados para trabalhar com alunos que apresentavam as mesmas necessidades físicas que você?

- a) Sim.
- b) Não.

25) A estrutura predial das Instituições de ensino ao qual você participou possuíam adaptações pertinentes para atender as suas necessidades (rampas e corredores, banheiros adaptados, portas etc.)

- a) Sim.
- b) Não.

26) Os materiais didáticos pedagógicos utilizados pelos professores que participaram da sua formação escolar básica eram adequados para suprir as suas necessidades educacionais?

- a) Sim.
- b) Não.

27) Como você avalia o ensino que te foi ofertado durante seu período de escolarização básica?

- a) Ótimo.
- b) Bom.
- c) Regular.
- d) Ruim.
- e) Péssimo.

28) Você acredita que o processo de escolarização ao qual você foi submetido foi suficiente para te preparar para provas externas como ENEM e vestibulares?

- a) Sim.
- b) Não.

29) Você acredita que o processo de escolarização ao qual você foi submetido foi suficiente para te preparar para o mercado de trabalho?

- a) Sim.
- b) Não.

30) O que você acredita que seria necessário ser implantado nas instituições de ensino ao qual você frequentou para melhor preparar os alunos com deficiências físicas para o mercado de trabalho e para a vida? (Pode marcar mais de uma alternativa)

- a) Melhorar a estrutura predial (corredores, banheiros, biblioteca, pátio, salas de aula etc.)
- b) Implantar acessibilidade para deficientes físicos em toda a instituição, como, rampas, corrimão e carteiras.
- c) Oferecer um ensino igualitário, de acordo com a minha deficiência.
- d) Melhorar os materiais da sala de recurso educacional.
- e) Capacitar os professores para atender um aluno com o meu tipo de deficiência.
- f) Ofertar aulas de reforço no contra turno.
- g) Aumentar as ações de conscientização quanto ao deficiente físico.
- h) Promover ações de combate ao bullying contra o deficiente físico.

- i) Ofertar serviços psicológicos educacionais para tratar transtornos educacionais.
- j) Investir mais na capacitação do deficiente físico para realizar provas externas como, vestibular e ENEM.
- k) Investir mais na capacitação do deficiente físico para o mercado de trabalho.
- l) Promover mais reuniões de pais e mestres.

PERGUNTAS DE ORDEM PESSOAL/TRABALHISTA

Desenvolvimento Econômico

31) Como você mantém suas necessidades financeiras? (Pode marcar mais de uma alternativa)

- a) Sou aposentado.
- b) Sou pensionista.
- c) Recebo ajuda econômica de familiares (pai, mãe, avós, irmãos, tios etc.).
- d) Recebo ajuda econômica da comunidade (vizinhos, igreja, ongs etc.).
- e) Tenho meu próprio negócio.
- f) Trabalho formal (carteira assinada e/ou concursado).
- g) Trabalho informal (vendedor ambulante, produtor rural etc.).
- h) Outro.

32) Em qual seguimento está empregado atualmente?

- a) Concurado na Rede Federal.
- b) Concurado na Rede Estadual.
- c) Concurado na Rede Municipal.
- d) Seletista temporário na Rede Federal.
- e) Seletista temporário na Rede Estadual.
- f) Seletista temporário na Rede Municipal.
- g) Seletista com carteira assinada na Rede Privada.
- h) Não tenho trabalho formal.

33) Qual função desempenha em seu trabalho? (Pode marcar mais de uma alternativa)

- a) Operacional.

- b) Organizacional.
- c) Administrativo.
- d) Financeiro.
- e) Gerencia.
- f) Recursos Humano.
- g) Comercial.
- h) Trabalho informal.
- i) Outro.

34) A quanto tempo desempenha esta mesma função?

- a) Menos de 1 ano.
- b) De 1 a 2 anos.
- c) De 3 a 5 anos.
- d) De 6 a 7 anos.
- e) De 8 a 10 anos.
- f) De 11 a 15 anos.
- g) De 16 a 20 anos.
- h) A mais de 21 anos.

35) A quanto tempo trabalha nesta mesma empresa?

- a) Menos de 1 ano.
- b) De 1 a 2 anos.
- c) De 3 a 5 anos.
- d) De 6 a 7 anos.
- e) De 8 a 10 anos.
- f) De 11 a 15 anos.
- g) De 16 a 20 anos.
- h) A mais de 21 anos.

36) Sente-se bem com o seu trabalho?

- a) Sim.
- b) Não.

37) Quais são as principais dificuldades encontradas para desempenhar a sua função? (Pode marcar mais de uma alternativa)

- a) Redução ou total ausência de adaptações prediais que atendam a minha deficiência.
- b) Ausência de alguém para me auxiliar em alguns problemas específicos a serem resolvidos.
- c) Dificuldades de locomoção para desempenhar minhas funções.
- d) Preconceito por parte dos empregadores.
- e) Preconceito por parte da gerência.
- f) Preconceito por parte dos colegas de trabalho.
- g) Ausência de equipamentos ou utensílios utilizados para o desempenho da minha profissão que atendam o meu tipo de deficiência.
- h) Tenho dificuldades em compreender como devo desempenhar determinadas ações da minha profissão.
- i) Ausência de conhecimento básico para operar os sistemas referentes a minha profissão.
- j) Ausência de pessoal capacitado para lidar com a minha deficiência.
- k) Não tenho nenhuma dificuldade em desempenhar minhas funções trabalhistas.

38) Você contrataria uma pessoa deficiente para trabalhar na sua empresa?

- a) Sim.
- b) Não.

39) Após concluir sua formação educacional, demorou aproximadamente quanto tempo para conseguir um trabalho?

- a) Não consegui trabalho.
- b) Já estava trabalhando antes de concluir os estudos.
- c) De 1 a 6 meses após concluir os estudos.
- d) De 7 meses a 1 ano após concluir os estudos.
- e) De 1 a 2 anos após concluir os estudos.
- f) De 2 a 3 anos após concluir os estudos.
- g) Mais 3 anos após concluir os estudos.

40) Quais foram as maiores dificuldades encontradas por você para conseguir uma vaga de emprego?

- a) Nunca tentei uma vaga de emprego.
- b) Escolaridade inferior e/ou inadequada ao exigido pela vaga de trabalho.
- c) Falta de capacitação adequada exigida pelo mercado de trabalho.
- d) Ausência de competências e habilidades necessárias para resolver problemas relacionados a atuação profissional.
- e) Preconceito por parte dos empregadores quanto a sua capacidade de executar a função destinada a vaga de trabalho.
- f) Ausência de acessibilidade (adaptações prediais e capacitação de pessoal) para deficientes físicos na empresa e/ou órgão empregadores.
- g) Ausência de transportes adequados para o traslado até o trabalho.

41) Você se sente realizado com a sua atual condição financeira?

- a) Sim.
- b) Não.

42) Qual é a média dos seus gastos totais mensais com despesas familiares (mercado, água, luz, aluguel, vestimentas, medicamentos, internet etc.)

- a) Menos de 500,00 \$ mensais.
- b) De 500,00 a 1.000,00 \$ mensais.
- c) De 1.000,00 a 1.500,00 \$ mensais.
- d) De 1.500,00 a 2.000,00 \$ mensais.
- e) De 2.000,00 a 2.500,00 \$ mensais.
- f) De 2.500,00 a 3.000,00 \$ mensais.
- g) De 3.000,00 a 3.500,00 \$ mensais.
- h) De 3.500,00 a 4.000,00 \$ mensais.
- i) De 4.000,00 a 4.500,00 \$ mensais.
- j) De 4.500,00 a 5.000,00 \$ mensais.
- k) Acima de 5.000,00 \$ mensais.

43) A residência que você mora é?

- a) Própria.

- b) Alugada.
- c) Dos meus pais (cedida).
- d) De familiares (cedida).
- e) De amigos (cedida).
- f) De conhecidos (cedida).
- g) Não moro em uma residência.
- h) Outro.

44) Sua residência quanto ao imobiliário, possui alguns dos itens abaixo? (Marque todas as alternativas que representam a realidade da sua residência).

- a) Água encanada e tratada.
- b) Energia elétrica.
- c) Banheiro interno com fossa séptica ou esgoto.
- d) Cozinha independente.
- e) Sala independente.
- f) Quartos independentes.
- g) Muro.
- h) Outros.

45) Quanto ao mobiliário e aos veículos de transporte, sua casa possui os itens abaixo. (Marque todas as alternativas que representam a realidade da sua residência).

- a) Geladeira.
- b) Freezer.
- c) Fogão.
- d) Máquina de lavar roupa.
- e) Máquina de secar.
- f) Máquina de lavar louça.
- g) Aspirador de pó.
- h) TV em cores.
- i) Chuveiro elétrico.
- j) Ar-condicionado.
- l) Ventiladores.

- m) Ferro de passar.
- n) Liquidificador.
- o) Batedeira.
- p) Computador de mesa e/ou notebook.
- q) Telefone celular.
- r) Carro.
- s) Moto.
- t) Bicicleta.
- u) Sofá.
- v) Cama.
- x) Mesa.
- z) Armário de cozinha.
- k) Jet ski.
- w) Barco a motor.

46) Você tem algum veículo próprio que seja adaptado ao seu tipo de deficiência física? (Pode marcar mais de uma alternativa).

- a) Não tenho.
- b) Sim, uma bicicleta.
- c) Sim, uma cadeira de rodas.
- d) Sim, uma moto.
- e) Sim, um carro.
- f) Outro.

47) Qual é o seu plano de saúde?

- a) Público, Sistema Único de Saúde (SUS).
- b) Particular, 100% custeado pelo usuário.
- c) Conveniado, parte financiado pela empresa ou órgão empregador e parte pelo empregado.
- d) Não faço uso de nenhum dos planos de saúde disponíveis.
- e) Outro

48) Quantas pessoas da sua família são cobertas por seu plano de saúde?

- a) Nenhuma.
- b) Uma.
- c) Duas.
- d) Três.
- e) Quatro.
- f) Cinco.
- g) Mais que cinco.

49) Você, ou alguém da sua família faz uso de algum medicamento controlado?

- a) Sim.
- b) Não.

50) Como adquire estes medicamentos?

- a) Não dependemos de nenhum medicamento controlado.
- b) Custeio próprio.
- c) Custeio público.
- d) Doação de ong.
- e) Doação da comunidade.
- f) Outro.

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CHEFES IMEDIATOS DOS
DEFICIENTES FÍSICOS DE GUARAÍ – TO.**

**Universidade de Taubaté/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional**

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Lourival da Cruz Galvão Júnior.

Mestranda: Zilma Cardoso Barros Soares

Questionário destinado aos chefes imediatos dos deficientes físicos, com o objetivo de levantar dados relacionados ao índice de satisfação quanto ao trabalho desenvolvido pelo funcionário na empresa ou repartição. Atenção participante: o presente questionário contém 20 perguntas objetivas/discursivas.

Eu, Zilma Cardoso Barros Soares, pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa intitulado “Deficientes Físicos e Desenvolvimento Local: Avaliação da aplicação das Políticas Públicas Educacionais de inclusão social e sua contribuição para o desenvolvimento de Guarai/TO”, peço sua valiosa colaboração para o preenchimento do questionário a seguir que servirá para obtenção de informações que me permitirão analisar quais são e como tem sido aplicadas as políticas públicas educacionais para inclusão dos deficientes físicos em Guarai/TO e quais são os reflexos para o desenvolvimento daquela localidade.

PERGUNTAS PARA ELABORAR O PERFIL DO CHEFE

Elaborando o perfil do participante da pesquisa

1) Sexo:

- a) Feminino
- b) Masculino
- c) Outro

2) Grau de instrução:

- a) Fundamental I incompleto
- b) Fundamental I completo
- c) Fundamental II incompleto
- d) Fundamental II completo
- e) Ensino médio incompleto
- f) Ensino médio completo
- g) Ensino superior incompleto
- h) Ensino superior completo
- i) Especialista
- j) Mestre(a)
- l) Doutor(a)

3) Formação profissional?

4) Possui algum tipo de deficiência?

- a) Não.
- b) Sim.

PERGUNTAS DESTINADAS A ELABORAÇÃO DO PERFIL DA EMPRESA EMPREGADORA.**5) Qual o segmento da empresa empregadora?**

- a) Pública.
- b) Privada.
- c) Conveniada.
- d) Outro.

6) Qual o ramo da empresa?

7) Qual o seu cargo na empresa?

PERGUNTAS DESTINADAS A AVALIAR O INDICE DE SATISFAÇÃO DO EMPREGADOR
--

8) Quanto ao quantitativo de funcionários na empresa, por favor, responda as questões abaixo:

a) Atualmente, a empresa conta com um total de quantos funcionários?

b) Quantos destes funcionários possui algum tipo de deficiência?

c) Quantos são deficientes físicos?

9) A empresa ao qual trabalha já apresentou baixo desempenho, ou foi prejudicada de alguma forma devido a atuação de profissionais deficientes?

a) Sim

b) Não

RESPONDA À QUESTÃO ABAIXO SOMENTE SE SUA RESPOSTA FOI SIM NA QUESTÃO 9.

10) Descreva o que ocasionou o baixo desempenho ou prejuízo à empresa:

11) Na sua concepção, com relação ao desempenho profissional das pessoas com deficiência física nesta empresa é?

a) Péssimo.

b) Ruim.

c) Moderado.

d) Bom.

e) Ótimo.

f) Indiferente.

g) Nenhuma das alternativas.

12) Qual a maior dificuldade que a empresa encontra em contratar pessoas com deficiência física? (NESTA PERGUNTA VOCÊ PODE MARCAR MAIS DE UMA ALTERNATIVA, CASO JULGUE NECESSÁRIO).

- a) Baixa escolaridade.
- b) Ausência de capacitação na área a ser empregado.
- c) Baixo desempenho cognitivo.
- d) Baixo desempenho físico.
- e) Baixa assiduidade devido a problemas de saúde constante.
- f) Adequações a serem realizadas para a adaptação destas pessoas no ambiente.
- g) Dificuldades de resolução de problemas relacionados a sua função.
- h) Dificuldades de relacionamento com os outros funcionários e usuários.
- i) Dificuldades em compreender a hierarquia que rege a empresa.
- j) Dificuldades em aceitar as normas internas da empresa.
- k) Desconheço qualquer dificuldade inerente a deficientes físicos quanto a execução de sua profissão.
- l) Outro.

13) Onde você acredita que está o maior problema quanto a inclusão de pessoas com deficiência física no meio social e no mercado de trabalho? (NESTA PERGUNTA VOCÊ PODE MARCAR MAIS DE UMA ALTERNATIVA, CASO JULGUE NECESSÁRIO).

- a) Nas escolas de ensino público, que não são capacitadas e não fornecem conhecimentos básicos para estas pessoas resolverem problemas cotidianos.
- b) Nas escolas de ensino privado, que não fornecem educação inclusiva.
- c) Na família destas pessoas, pois não procuram recursos eficientes para o seu correto desenvolvimento cognitivo e motor.
- d) No sistema governamental do país, que não faz investimentos apropriados para mediar a formação deste cidadão.
- e) Na comunidade em geral, pois o brasileiro não possui conhecimento e estrutura para acolher pessoas com deficiência física nos ambientes sociais.
- f) Na maioria das empresas contratantes, pois, ainda não conseguiram se adequar corretamente para receber funcionários e clientes deficientes.

g) Na baixa quantidade de instituições especializadas para receber e instruir pessoas com deficiência física e assim, construir cidadãos preparados para os ambientes sociais.

h) Não vejo problema quanto a inclusão de pessoas com deficiência física em ambientes sociais e no mercado de trabalho.

14) Nos últimos 5 anos, algum funcionário com deficiência física foi promovido de cargo? Qual cargo?

15) Nos últimos 5 anos, algum funcionário com deficiência física foi exonerado devido abaixo desempenho da sua função trabalhista? Quantos?

16) Alguma vaga de chefia da empresa é ocupada por um deficiente físico? Qual?

17) Qual o grau de escolaridade dos funcionários com deficiência física que trabalham nesta empresa? (NESTA PERGUNTA VOCÊ PODE MARCAR MAIS DE UMA ALTERNATIVA, CASO JULGUE NECESSÁRIO).

- a) Ensino médio incompleto.
- b) Ensino médio completo.
- c) Ensino médio completo e técnico.
- d) Ensino superior e/ou tecnólogo.
- e) Especialização
- f) Mestrado.
- g) Doutorado.
- h) Outros

18) Algum deficiente físico contratado por esta empresa avançou nos estudos após o contrato?

- a) Sim.
- b) Não.

19) A empresa fornece aos funcionários com deficiência física curso de capacitação continuada para estimular a estadia deste no contrato?

a) Sim.

b) Não.

20) RESPONDA AS QUESTÕES ABAIXO SOMENTE SE SUA RESPOSTA FOI SIM NA QUESTÃO 19.

a) Por favor, nos dê os principais exemplos de adaptações existentes nas instalações físicas do prédio para atender esta demanda:

b) Por favor, nos diga qual o tipo de capacitação foi e/ou é fornecido aos funcionários da empresa para atender a demanda dos funcionários com deficiência física e os usuários de seus serviços (clientes):

**APÊNDICE D – ENTREVISTA REALIZADA COM A DIRETORIA DE ENSINO E
COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE GUARÁI –TO.**

**Universidade de Taubaté/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional**

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Lourival da Cruz Galvão Júnior.

Mestranda: Zilma Cardoso Barros Soares

Eu, Zilma Cardoso Barros Soares, pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa intitulado “Deficientes Físicos e Desenvolvimento Local: Avaliação da aplicação das Políticas Públicas Educacionais de inclusão social e sua contribuição para o desenvolvimento de Guarái/TO”, peço sua valiosa colaboração para o preenchimento do questionário a seguir que servirá para obtenção de informações que me permitirão analisar quais são e como tem sido aplicadas as políticas públicas educacionais para inclusão dos deficientes físicos em Guarái/TO e quais são os reflexos para o desenvolvimento daquela localidade.

Nome: _____

Tempo de Gestão: _____

Formação: _____

- 1) Quantos alunos deficientes físicos motores estão matriculados nas escolas estaduais de Guarái?
- 2) Existe atualmente algum documento orientador da educação estadual que preconize a elaboração e execução de Políticas Públicas Educacionais para a inclusão de deficientes físicos motores nas escolas do município? Quais são estes documentos e suas recomendações?
- 3) Quanto as necessidades de preparar os deficientes físicos motores para a resolução de problemas reais atribuídos ao mercado de trabalho e aos desafios da vida, quais são as recomendações previstas pela SEDUC para serem aplicadas nas escolas?

4) Quanto a disponibilidade de recursos para a educação. Existem recursos destinados a aquisição de material didático pedagógico para a inclusão de deficientes físicos no processo ensino-aprendizagem?

5) Existe recurso destinado para a aquisição de equipamentos ou utensílios de adaptação predial para a recepção de alunos deficientes físicos matriculados nas escolas regulares?

6) Qual é a autonomia que as escolas têm em elaborar projetos de Políticas Públicas Educacionais para a inclusão de deficientes e quais as possibilidades de conseguir recurso destinado a este projeto, como por exemplo, aquisição de cadeiras de rodas, muletas, bengalas e até mesmo, contratação de pessoal para ministrar cursos de capacitação a estes deficientes?

7) Na sua concepção, a inclusão educacional e social dos deficientes físicos de Guaraí pode contribuir para o desenvolvimento local? Como? Por quê?

ANEXO 1: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ (UNITAU)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Deficientes Físicos e Desenvolvimento Local: Avaliação da aplicação das Políticas Públicas Educacionais de inclusão social e sua contribuição para o desenvolvimento de Guarai/TO

Pesquisador: ZILMA CARDOSO BARROS SOARES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 38659020.0.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.335.779

Apresentação do Projeto:

Projeto está apresentado de maneira clara e bem objetivo e de extrema relevância a Avaliação da aplicação das Políticas Públicas Educacionais de inclusão social.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar quais são e como tem sido aplicada as políticas públicas educacionais para inclusão dos deficientes físicos em Guarai/TO e quais são os reflexos para o desenvolvimento daquela localidade

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão muito bem esclarecidos no TCLE e no PB para a devida proteção e segurança dos participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Um pesquisa de alta relevancia pois de acordo com a Lei de Cotas (Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991), é direito da pessoa deficiente o ingresso ao mercado de trabalho, sendo que, trata-se da Lei "destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania". Esta Lei define ainda que, a inclusão trabalhista destas pessoas deve ocorrer em "ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas"

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cep@unitau.br



Continuação do Parecer: 4.335.779

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos relevantes as pesquisa foram apresentados adequadamente.

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 09/10/2020, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1625905.pdf	29/09/2020 15:21:16		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Modelo_de_Termo_de_Compromisso_do_Pesquisador.doc	29/09/2020 15:17:04	ZILMA CARDOSO BARROS SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	29/09/2020 15:15:51	ZILMA CARDOSO BARROS SOARES	Aceito
Folha de Rosto	folhart.pdf	29/09/2020 15:14:24	ZILMA CARDOSO BARROS SOARES	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	QUESTIONARIO.docx	04/09/2020 18:16:26	ZILMA CARDOSO BARROS SOARES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_ZILMA_SOARES_UNITAU.docx	04/09/2020 18:14:39	ZILMA CARDOSO BARROS SOARES	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	04/09/2020 18:06:50	ZILMA CARDOSO BARROS SOARES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_INFRA4.pdf	04/09/2020 18:04:32	ZILMA CARDOSO BARROS SOARES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_INFRAESTRURA3.pdf	04/09/2020 18:03:51	ZILMA CARDOSO BARROS SOARES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_INFRAESTUTURA2.pdf	04/09/2020 18:02:41	ZILMA CARDOSO BARROS SOARES	Aceito

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cep@unitau.br



Continuação do Parecer: 4.335.779

Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_DEINFRAESTRUTURA 1.pdf	04/09/2020 18:01:53	ZILMA CARDOSO BARROS SOARES	Aceito
--	-----------------------------------	---------------------	-----------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 13 de Outubro de 2020

Assinado por:
Wendry Maria Paixão Pereira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br